

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/5
Componente curricular:	11447 - Direito de Família - Turma: CHADIR-5M
Professor:	28533 - Claudia Cinara Locateli
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/1

2 EMENTA

A proteção constitucional à família. Casamento e união estável: efeitos pessoais, patrimoniais e dissolução. O vínculo de parentesco e o direito de filiação. Institutos de proteção: guarda, adoção, tutela e curatela. Alimentos. Proteção ao idoso.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular Direito de Família estuda as relações familiares, direitos pessoais e patrimoniais, e seus efeitos sócio-jurídicos. As temáticas são essencial à formação jurídica por proporcionar o aprendizado técnico, com enfoque humanista, estimulando as habilidades jurídicas indispensáveis à atuação profissional. Estimula o desenvolvimento do raciocínio crítico e cênicos de seu papel na atual organização da sociedade no âmbito das relações familiares e de filiação, orientados pela visão constitucional da dignidade humana. A disciplina contribui para a formação do raciocínio crítico-lógico-jurídico, bem como do processo de construção da base jurídico-constitucional, e coaduna-se com a linha de pesquisa denominada "Dimensões Materiais e Eficaciais dos Direitos Fundamentais".

4 OBJETIVOS**OBJETIVO GERAL**

Estudar os direitos pessoais, patrimoniais e assistenciais que envolvem as relações familiares, com enfoque humanista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a pluralidade das entidades familiares à luz da Constituição Federal de 1988.
- Estudar as formalidades do casamento, o reconhecimento da união estável, as formas e conseqüências da dissolução conjugal após emenda constitucional n. 66/10.
- Compreender os vínculos familiares e o direito assistencial decorrente.
- Identificar as relações de filiação e suas conseqüências jurídicas.
- Ponderar acerca dos direitos e deveres derivados da tutela e curatela.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
17/02/2014 08:00 - 11:35	Parte I - Apresentação do Plano de Ensino e Aprendizagem. Parte II - Direito das Famílias - Objeto de estudo, conceito e espécies de entidade familiar; - Fontes e Valores; - Princípios atuais do Direito de Família; - Características; - Pluralismo das entidades familiares	Aula expositiva-dialogada.
24/02/2014 08:00 - 11:35	Leitura de texto e discussão sobre as novas concepções de entidades familiares e os reflexos sociais. Resolução de exercícios.	Análise texto e reflexões acerca mudanças sociais no conceito de entidade familiar.
08/03/2014 08:00 - 12:00	Casamento - Conceito e natureza jurídica - Casamento religioso - Capacidade matrimonial - Impedimentos Matrimoniais - Causas suspensivas	Aula expositiva-dialogada.
	Casamento (continuação) - Habilitação - Celebração e Provas	Resolução exercícios. Estudo teórico e jurisprudencial.

10/03/2014 08:00 - 11:35	- Invalidades - Casamento Putativo e efeitos Jurídicos	
17/03/2014 08:00 - 11:35	Efeitos Patrimoniais do Casamento - Disposições gerais - Pacto antenupcial - Regime de Bens entre os Cônjuges - Comunhão Universal de Bens - Comunhão Parcial de Bens	Aula expositiva-dialogada.
24/03/2014 08:00 - 11:35	Regime Patrimonial de bens (continuação) - Regime de Participação Final nos Aquestos - Separação de Bens	Aula expositiva dialogada. Análise de casos práticos.
31/03/2014 08:00 - 11:35	União Estável - Caracterização e requisitos comprobatórios. - Efeitos patrimoniais; - Aspectos relevantes.	Aula expositiva e exercícios de fixação e assimilação dos conteúdos.
07/04/2014 08:00 - 11:35	Avaliação - A1	Prova
14/04/2014 08:00 - 11:35	Parte I - Devolução provas e correção. Revisão. Parte II - Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal Separação Judicial: consensual ou litigiosa após Emenda Constitucional n. 66/2010. Divórcio: Direito ou Indireto/ Consensual ou Litigioso Culpa ou desamor como causa da separação Mediação familiar	Aula expositiva-dialogada.
26/04/2014 08:00 - 11:30	Danos morais nas relações familiares Rompimento de noivado e de namoro. Cabimento de danos morais. Análise de julgados e resolução de questões	Análise de julgados.
28/04/2014 08:00 - 11:35	Bem de família: voluntário e instituído. - Características; - Requisitos; - Reconhecimento e proteção concedida	Aula expositiva e análise de julgados divergentes.
05/05/2014 08:00 - 11:35	Avaliação - A1	Prova.
12/05/2014 08:00 - 11:35	Parte I - Devolução provas e correção. Parte II - Filiação: - Reconhecimento e investigação de paternidade - Critérios adotados pelo direito brasileiro - Constatação da paternidade	Aula expositiva dialogada. Análise de casos práticos.
19/05/2014 08:00 - 11:35	Alimentos - Fundamentos e características - Ação de Alimentos, Execução e Revisão de Alimentos - Alimentos provisionais e provisórios	Aula expositiva. Análise de julgados. Novas tendências jurisprudenciais.
26/05/2014 08:00 - 11:35	Poder Familiar - Exercício - Suspensão, destituição e extinção Institutos protetivos - Tutela: definição, espécies e exercício e impedimentos - Curatela: Definição, espécies e interdição	Aula expositiva-dialogada.
02/06/2014 08:00 - 11:35	Estatuto do Idoso. Direito fundamentais. Acesso à justiça.	Análise de julgados
09/06/2014 08:00 - 11:35	Avaliação final A1 expansiva.	Prova
16/06/2014 08:00 - 11:35	Devolução provas. Correção.	Revisão final dos conteúdos.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliações escritas A1 e A2 conforme regulamento da UNOESC.

As avaliações conterão questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas práticos na área do Direito de Família, abrangendo o máximo dos conteúdos ministrados.

Serão considerados aspectos como participação nas aulas, clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas.

- A média correspondente a A1 será composta por três avaliações, da seguinte forma:

a) Prova (A1.1) composta por questões discursivas e objetivas, com peso 10,0, sem consulta ao Código Civil.

b) Prova (A1.2), cumulativa, individual, composta por questões objetivas e subjetivas, com peso 10,0.

c) Prova (A1.3), abrangente, individual, composta por questões objetivas e subjetivas , com peso 10,0.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. 4. ed., rev. ampl. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. FACHIN, Luiz Edson. Comentários ao novo código civil: do direito de família, do direito pessoal, das relações de parentesco. Rio de Janeiro: Forense, 2003. PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Novo código civil da família: anotado, legislação correlata em vigor . São Paulo: Síntese, 2003.	Básica
ALMEIDA, Renata Barbosa de; JUNIOR, Walsir Edson Rodrigues. Direito Civil. Famílias. São paulo: Atlas2012., DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: RT, 2012. FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias. São paulo: Lumen Juris, 2012. LÔBO, Paulo. Famílias. São Paulo: Saraiva, 2013. MALUF, Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2013.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/5
Componente curricular:	10219 - Direito Penal III - Turma: CHADIR-5M
Professor:	280903 - Renan Soares de Souza
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/1

2 EMENTA

Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Dos crimes contra o costume. Dos crimes contra a família.

3 JUSTIFICATIVA

O Direito Penal III destaca-se na medida que contribui para a formação acadêmica de uma compreensão prévia de sua temática, que visa formar o discente como um cientista jurídico e social, capaz de realizar, adequadamente, o raciocínio jurídico necessário à ótima aplicação dos institutos jurídico-processuais constantes da matriz curricular. Sinteticamente, estudam-se alguns dos crimes em espécie previstos no Código Penal, a partir de uma breve introdução sobre a forma pela qual a parte especial do Código deve ser analisada cientificamente. Durante a análise dos tipos penais mais importantes, são realizados apontamentos críticos, muitos de suporte constitucional, conectando a legislação criminal à leitura constitucionalizada de seus institutos. Além de demonstrar a dogmática comum dos crimes em espécie, são enfrentadas as grandes questões jurisprudenciais sobre os tipos penais, fruto da jurisprudência dos tribunais superiores, aguçando assim o espírito teórico e crítico dos discentes. Para a correta compreensão das diversas tipificações penais, faz-se necessária uma ótima compreensão da partes geral, estudada em componentes curriculares anteriores, especialmente da teoria geral do delito e da norma penal, conteúdos intrínsecos ao estudo da parte especial do Código Penal.

4 OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS:

Interpretar os institutos penais relacionados aos crimes em espécie, previstos na legislação codificada.

Analisar as diversas posições doutrinárias sobre os tipos penais mais destacados;

Analisar a interpretação jurisprudencial sobre os tipos penais.

Verificar a aplicabilidade teórica e prática desses institutos no ordenamento jurídico, desenvolvendo o raciocínio jurídico necessário para a correta identificação da tipificação penal dos fatos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Contribuir para a fundamentação jurídica da análise dos crimes previstos no Código Penal e preparar o aluno para resolução de problemas e teses práticas;

Questionar os discentes sobre as incoerências legislativas, objetivando o olhar crítico e a leitura constitucional de alguns delitos ;

Fomentar a formação do pensamento lógico-jurídico (científico);

Despertar o interesse do

acadêmico a partir da sensação de estranhamento sobre a má técnica legislativa no tratamento de alguns institutos;

Demonstrar as variadas óticas interpretativas da matéria, trazendo os entendimentos dos tribunais superiores e procedendo as devidas críticas quando necessárias.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
21/02/2014 08:00 - 11:30	Introdução à parte especial do Código Penal. Crimes Contra a Pessoa. Homicídio.	aula expositiva
28/02/2014 08:00 - 11:30	Homicídio. Participação em suicídio. Infanticídio.	aula expositiva
07/03/2014 08:00 - 11:30	Aborto. Lesão corporal.	aula expositiva
14/03/2014 08:00 - 11:30	Lesão Corporal. Periclitção da vida (Delitos relevantes. Omissão de socorro e rixa).	aula expositiva
21/03/2014 08:00 - 11:30	Crimes contra a honra.	aula expositiva
28/03/2014 08:00 - 11:30	Crimes contra a honra.	aula expositiva
29/03/2014 08:00 - 11:30	Atividade escrita - pesquisa	Crime contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Delitos relevantes.

04/04/2014 08:00 - 11:30	Crimes contra a liberdade pessoal (delitos principais). Sequestro e cárcere privado.	aula expositiva
11/04/2014 08:00 - 11:30	Avaliação parcial I - prova escrita	prova escrita
12/04/2014 08:00 - 11:30	Atividade escrita - pesquisa	Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Delitos relevantes. Dos crimes contra a família.
25/04/2014 08:00 - 11:30	Crimes contra o patrimônio. Delitos relevantes. Furto.	aula expositiva
02/05/2014 08:00 - 11:30	Roubo.	aula expositiva
09/05/2014 08:00 - 11:30	Extorsão.	aula expositiva
16/05/2014 08:00 - 11:30	Estelionato.	aula expositiva
23/05/2014 08:00 - 11:30	Estelionato. Receptação. Apropriação indébita	aula expositiva
30/05/2014 08:00 - 11:30	Imunidades. Crimes contra a dignidade sexual. Delitos relevantes.	aula expositiva
06/06/2014 08:00 - 11:30	Avaliação A1 abrangente	prova escrita - questões objetivas e dissertativas
13/06/2014 08:00 - 11:30	correção da prova e revisão	aula expositiva

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação A1: Será composta de 01 (uma) prova, a qual será atribuída peso 10, contendo questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas.

Avaliação final (prova abrangente e cumulativa): Compreenderá todo o conteúdo ministrado no semestre e será composta de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal; Parte Especial. 22. ed. São Paulo, Saraiva, 1999. v. 2.	Básica
NUCCI, Guilherme Souza. Código Penal comentado. 2. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.	Básica
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal; Parte Geral. 2. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.	Básica
SMANIO, Gianpaolo Poggio. Direito penal: parte especial. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.	Complementar
FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal: parte especial, arts. 213 a 359 CP. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.	Complementar
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo, Atlas, 1995. v. 2.	Complementar
NOGUEIRA, Carlos Frederico Coelho. Comentários ao código de processo penal: e, a partir dele, aos dispositivos correlatos de toda a legislação especial, inclusive do código de processo penal militar : atualizado até a lei n. 10.259, de 12.7.2001 e a emenda constitucional n. 35, de 20.12.2001 : volume I (arts. 1º ao 91). São Paulo: Edipro, 2002.	Complementar
PRADO, Luiz Regis. Elementos de direito penal : parte especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/6
Componente curricular:	10000 - Direito Penal IV - Turma: CHADIR-6M
Professor:	270683 - Ronaldo Neckel Moretto
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Dos Crimes contra Administração Pública. Crimes contra a Fé Pública. Das Contravenções. Leis Penais Especiais.

3 JUSTIFICATIVA

O conteúdo desenvolvido neste Componente Curricular é indispensável na formação do conhecimento do acadêmico em Direito Penal, eis que abrange temas essenciais relativos a Parte Geral do Código Penal e ainda outras Leis Esparsas, tais como os crimes contra a Fé Pública, Administração Pública, Lei de Contravenções Penais, crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro e Crimes Previstos no Estatuto do Desarmamento. A temática adquire maior relevância com a abordagem interdisciplinar, sob o ponto de vista de sua aplicação prática e seus reflexos em outros campos de estudo do Direito. O Desenvolvimento do conteúdo pretende propiciar ao acadêmico a habilidade de conhecer e realizar a aplicação, enquanto Operador do Direito, do que é proposto no Componente Curricular, não obstante viabilizar a reflexão crítica sobre o conteúdo.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Possibilitar ao aluno o estudo dos ilícitos penais compreendidos no conteúdo sob o viés interdisciplinar, tornando-o hábil para a reflexão e aplicação de seus conhecimentos em Direito Penal.

4.2 Objetivos Específicos

Capacitar o aluno para a compreensão dos tipos penais estudados e seus reflexos e relações com diferentes campos de estudo do Direito;
 Estimular o aluno para a reflexão crítica dos temas propostos no desenvolvimento do conteúdo;
 Habilitar o acadêmico para a aplicação prática dos temas sob estudo.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
30/07/2014 08:00 - 11:30	1. Crimes contra a Fé Pública 1.1 Falsificação de Moeda 1.1.1 Falsificação de Moeda e Crime de Dano ao Patrimônio Público 1.1.2 Falsificação de Moeda e Princípio da Insignificância 1.1.3 Elementos de segurança da cédula 1.2 Petrechos para falsificação de moeda 1.3 Emissão de Título ao Portador sem Permissão Legal	Aula Expositiva
06/08/2014 08:00 - 11:30	1.4 Da Falsidade de Títulos e Outros Papéis Públicos 1.4.1 Falsificação de Papéis Públicos 1.4.2 Petrechos de Falsificação 1.4.3 O Agente Público e a Circunstância Especial de Aumento de Pena	Aula Expositiva
13/08/2014 08:00 - 11:30	1.5 Da Falsidade Documental 1.5.1 Falsificação de Documento Público 1.5.2 Falsificação de Documento Particular 1.5.3 Falsidade Ideológica 1.5.4 Uso de documento Falso 1.5.5 Supressão de Documento	Aula Expositiva e resolução de exercícios (Questões de provas de concursos públicos e Exame da OAB).
20/08/2014 08:00 - 11:30	1.6 De Outras Falsidades 1.6.1 Falsa Identidade	Aula Expositiva

	1.6.2 Fraude de Lei Sobre Estrangeiros 1.6.3 Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor	
27/08/2014 08:00 - 11:30	2. Dos Crimes Contra a Administração Pública: Definição de Funcionário Público para fins Penais 2.1 Peculato 2.1.2 Peculato Culposo 2.1.3 Peculato Mediante Erro de Outrem 2.2 Inserção de dados falsos em sistema de informações 2.3 Modificação ou alteração não autorizada em Sistema de Informações	Aula Expositiva
03/09/2014 08:00 - 11:30	2.4 Concussão 2.4.1 Excesso de Exação 2.5 Corrupção Passiva 2.6 Corrupção Ativa	Aula Expositiva e resolução de exercícios (Questões de provas de concursos públicos e Exame da OAB).
10/09/2014 08:00 - 11:30	2.7 Prevaricação 2.8 Omissão quanto a inserção e uso de dispositivo de comunicação em estabelecimento penal 2.9 Condescendência Criminosa 2.10 Advocacia Administrativa	Aula Expositiva
17/09/2014 08:00 - 11:30	2.11 Usurpação de Função Pública 2.12 Resistência 2.13 Desobediência 2.14 Desacato 2.15 Desacato e Crimes Contra a Honra	Aula Expositiva
24/09/2014 08:00 - 11:30	DATA RESERVADA PARA AVALIAÇÃO	Realização de Avaliação: A1 Parcial
01/10/2014 08:00 - 11:30	2.16 Descaminho 2.17 Contrabando 2.18 Sonegação de Contribuição Previdenciária 2.19 Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção 2.20 Falso Testemunho ou Falsa Perícia 2.21 Coação no Curso do Processo 2.23 Fraude Processual	Aula Expositiva e resolução de exercícios (Questões de provas de concursos públicos e Exame da OAB).
08/10/2014 08:00 - 11:30	Data reservada para a Prova Preparatória para OAB/ENADE.	Prova Preparatória para OAB/ENADE.
TAE	Crimes Contra a Fé Pública / Crimes Contra a Administração Pública	Produção de Texto Científico Pertinente ao Conteúdo Ministrado
22/10/2014 08:00 - 11:30	2.24 Fraude Processual 2.25 Exercício Arbitrário das Próprias Razões 2.26 Favorecimento Pessoal 2.27 Favorecimento Real 2.28 Patrocínio Infiel 2.28.1 Tergiversação	Aula Expositiva
29/10/2014 08:00 - 11:30	2.29 Dos Crimes Contra as Finanças Públicas 2.29.1 Assunção de Obrigação no último ano do mandato ou legislatura 2.29.2 Aumento de Despesa Total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	Aula Expositiva
05/11/2014 08:00 - 11:30	3. Das Contravenções Penais 3.1 Lei de Contravenções Penais - Parte Geral 3.2 Da Contravenção de Vias de Fato 3.3 Da Contravenção de Omissão de Cautela na Guarda de Animais	Aula Expositiva e resolução de exercícios (Questões de provas de concursos públicos e Exame da OAB).
12/11/2014 08:00 - 11:30	3.4 Da Contravenção Penal de Porte de Arma 3.4.1 Crimes do Estatuto do Desarmamento 3.5 Da Contravenção de Vadiagem	Aula Expositiva
19/11/2014 08:00 - 11:30	4. Dos Crimes Previstos no Código de Trânsito Brasileiro 4.1 Lesão Corporal Culposa na condução de Veículo Automotor 4.2 Do Homicídio Culposo na condução de Veículo Automotor 4.3 Do Delito de Condução de Veículo Automotor sob o efeito de drogas ou álcool com capacidade psicomotora alterada 4.4 Do Delito de afastar-se de local de acidente automobilístico	Aula Expositiva
26/11/2014 08:00 - 11:30	DATA RESERVADA PARA AVALIAÇÃO	Realização de Avaliação: A1 Final

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

6.1. Prova com questões objetivas de múltipla escolha, em duas datas: A1 Parcial e A1 Final.

6.2. Produção de texto científico com tema pertinente ao conteúdo ministrado.

6.3 Aos Alunos que atingirem a média 7 (sete) na Prova Preparatória para OAB/ENADE, fica garantido o bônus de 1 (um) ponto na A1 parcial.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Volume 3. 10º ed - Editora Saraiva, São Paulo-SP: 2013.	Básica
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Volume 4. 10º ed - Editora Saraiva, São Paulo-SP: 2013.	Básica
CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal para Concursos. Ed.Jus Podivm. Salvador, BA: 2012.	Básica
GRECO, Rogério. Código Penal Comentado. Ed.Impetus. Niteroi, RJ: 2012.	Básica
CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Processo Penal, Doutrina e Prática. Editora Jus Podivm. Salvador-BA:2010.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/8
Componente curricular:	10070 - Direito Tributário I - Turma: CHADIR-8M
Professor:	250724 - Daniel Sbeghen
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Princípios e institutos do Direito tributário. Legislação tributária. Crédito tributário. Fato gerador da obrigação tributária. Constituição do crédito tributário. Espécies de lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

3 JUSTIFICATIVA

O Direito Tributário se caracteriza por seu caráter multidisciplinar, envolvendo-se com todos os demais ramos do Direito Público e do Direito Privado, em especial com o Direito Constitucional, Direito Financeiro, Direito Administrativo, Direito Empresarial e Direito Processual, disciplinando as relações entre o Estado e a Sociedade no que concerne às atividades de instituição, arrecadação e fiscalização de tributos.

Os conhecimentos obtidos no estudo do Direito Tributário permitirão à(o) acadêmica(o) enfrentar e solucionar questões que envolvam os limites impostos ao Poder Público na tarefa de instituir e cobrar os tributos dos contribuintes, bem como os eventos jurídicos e respectivos efeitos que se sucedem até o nascimento e/ou extinção do crédito tributário.

4 OBJETIVOS

Objetivo geral

Compreender a relação jurídico-tributária que se estabelece entre o Estado e o sujeito passivo (contribuinte e/ou responsável tributário).

Objetivos

específicos

Estudar as limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios constitucionais tributários e imunidades tributárias) com o propósito de instigar o(a) acadêmico(a) a refletir sobre a tensão existente entre a vontade arrecadatória do Estado e a proteção mínima conferida pelo ordenamento jurídico ao sujeito passivo.

Analisar a linha do tempo da relação jurídico-tributária, de modo a permitir que o(a) acadêmico(a) compreenda desde o nascimento até a extinção do crédito tributário, bem como os eventos jurídicos que porventura poderão ocorrer nesta espaço temporal.

Proporcionar à(o) acadêmica(o) de direito a análise e compreensão do Sistema Tributário Brasileiro com base nos elementos contidos na Constituição Federal Brasileira e das normas gerais em matéria tributária previstas no Código Tributário Nacional.

Abordar e debater com o(a) acadêmico as questões atuais do direito tributário, especialmente aquelas que se encontram nos Tribunais Superiores.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
31/07/2014 08:00 - 11:30	Apresentação do plano de ensino. A atividade financeira do Estado. As receitas originárias e derivadas. O Conceito de Direito Tributário. A codificação do Direito Tributário. O Código Tributário Nacional.	Aula expositiva.
07/08/2014 08:00 - 11:30	Legislação tributária: fontes do direito tributário, vigência, aplicação, interpretação e integração.	Aula expositiva.
14/08/2014 08:00 - 11:30	Limitações constitucionais ao poder de tributar: princípios constitucionais tributários e imunidades tributárias.	Aula Expositiva.
	Continuação da aula anterior (limitações	Aula expositiva.

21/08/2014 08:00 - 11:30	constitucionais ao poder de tributar: princípios constitucionais tributários e imunidades tributárias).	
28/08/2014 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior (limitações constitucionais ao poder de tributar: princípios constitucionais tributários e imunidades tributárias).	Aula Expositiva.
04/09/2014 08:00 - 11:30	Relação jurídico-tributária: a hipótese de incidência, o fato gerador, a obrigação tributária, o lançamento tributário e o crédito tributário.	Aula expositiva.
11/09/2014 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior (relação jurídico-tributária: a hipótese de incidência, o fato gerador, a obrigação tributária, o lançamento tributário e o crédito tributário).	Aula expositiva
18/09/2014 08:00 - 11:30	Sujeitos da relação jurídico-tributária: sujeito ativo e sujeito passivo. A questão da parafiscalidade tributária. O domicílio tributário.	Aula expositiva.
25/09/2014 08:00 - 11:30	Atividade avaliativa: prova abrangendo todo o conteúdo trabalhado (questões objetivas e subjetivas).	
02/10/2014 08:00 - 11:30	Estudo da responsabilidade tributária.	Aula expositiva.
09/10/2014 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior (estudo da responsabilidade tributária).	Aula Expositiva.
16/10/2014 08:00 - 11:30	O conceito e modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário: a moratória, o depósito do montante integral, as reclamações e os recursos no âmbito do contencioso administrativo, a liminar em mandado de segurança, a antecipação de tutela em outras ações judiciais, o parcelamento.	Aula Expositiva.
TAE		Semana Acadêmica
30/10/2014 08:00 - 11:30	O conceito e modalidades de extinção do crédito tributário: o pagamento, a compensação, a transação, a remissão, a prescrição, a decadência, a conversão do depósito em renda, o pagamento antecipado e a homologação, a consignação em pagamento, a decisão administrativa irreformável, a decisão judicial passada em julgado e a dação em pagamento de bens imóveis.	Aula expositiva
06/11/2014 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior.	Aula Expositiva.
13/11/2014 08:00 - 11:30	Exclusão do crédito tributário: a isenção e a anistia.	Aula Expositiva.
20/11/2014 08:00 - 11:30	Avaliação final - A1 Abrangente (prova objetiva e subjetiva).	Aula Expositiva.
27/11/2014 08:00 - 11:30	Devolução da prova final (A1 Abrangente) e revisão aos acadêmicos que deverão prestar o exame (A2) na data de 4/12/2014.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação observará o disposto nos arts. 84 a 96 do Regimento Interno da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

As provas conterão questões objetivas (questões do Exame da OAB e de concursos públicos) e subjetivas.

A última prova (A1 cumulativa) será abrangente, com todo o conteúdo ministrado durante o semestre.

O(a) acadêmico(a) que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete) pontos na prova preparatória para a OAB/ENADE, a ser realizada na data provável de 8/10/2014, será acrescido 1 (um) ponto no trabalho acadêmico efetivo que será realizado em 23/10/2014.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2010.	Básica
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo, Malheiros, 2011.	Básica

SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2012.	Básica
CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	Básica
ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. Curso de direito tributário. Porto Alegre: Verbo Jurídico; 2006.	Complementar
BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2001.	Complementar
KFOURI JUNIOR, Anis. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar
MELO, José Eduardo Soares de. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2009.	Complementar
CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2014.	Complementar
BECHO, Renato Lopes. Lições de direito tributário: teoria geral e constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011.	Complementar
COSTA, Regina Helena. Curso de direito tributário: Constituição e Código Tributário Nacional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	10019 - Direito Tributário II - Turma: CHADIR-9M
Professor:	250724 - Daniel Sbeghen
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Espécies tributárias. Procedimento e processo administrativo tributário. Procedimento da inscrição em dívida ativa e processo judicial tributário. Formas de elisão fiscal.

3 JUSTIFICATIVA

A principal fonte de custeio do Estado é representada pelo crédito tributário. A partir disso, a Constituição Federal de 1988 previu um título próprio para a tributação e o orçamento (Título VI), estabelecendo nos arts. 145 a 169 quais as espécies tributárias que podem ser criadas pelos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e a respectiva distribuição do produto da arrecadação. A instituição e a arrecadação dos tributos constitucionalmente previstos é uma atividade estatal que deve ser pautada pelo princípio da legalidade. Entretanto, eventualmente a atividade estatal que invade o patrimônio do contribuinte foge aos parâmetros legais, ofendendo direitos básicos dos cidadãos. Para tanto, o ordenamento jurídico prevê mecanismos limitadores desta atividade arrecadatória, destacando-se as limitações constitucionais ao poder de tributar. Além disso, o contribuinte poderá se valer do direito de defesa na esfera administrativa ou judicial. Em sendo assim, a disciplina de Direito Tributário II tem como escopo o estudo das espécies tributárias, a forma de cobrança estatal e os mecanismos de defesa postos à disposição do contribuinte para evitar e/ou cessar uma cobrança indevida, cujo conhecimento é de fundamental importância na formação técnico-científica do bacharel em Direito.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Possibilitar a compreensão e assimilação dos instrumentos hábeis e necessários ao exercício da atividade de determinação e exigência do crédito tributário, dos remédios jurídicos hábeis à defesa das garantias tributárias do cidadão frente ao poder de tributar do Estado, inserindo, nesse contexto, a legislação relativa aos crimes contra a ordem tributária.

4.2

Objetivos

Específicos

Realizar um estudo sobre as normas que disciplinam a atuação e funcionamento da administração fazendária, especialmente quanto a atividade relacionada à arrecadação e fiscalização tributária;

Realizar um estudo sobre o processo administrativo fiscal, instrumento posto à disposição do contribuinte para o exercício de seu direito constitucionalmente assegurado ao contraditório e à ampla defesa no âmbito do próprio processo administrativo de exigência fiscal;

Realizar um estudo sobre o processo judicial tributário, medidas judiciais à disposição da Fazenda Pública que visem à satisfação de seus créditos tributários e medidas judiciais à disposição do contribuinte para o exercício do seu direito de defesa; e,

Realizar um estudo sobre os crimes contra a ordem tributária, inserindo, neste contexto, o estudo dos crimes contra a previdência social em decorrência da omissão no recolhimento e repasse de contribuições a ela devidas.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
24/02/2015 08:00 - 11:30	Apresentação do plano de ensino. Tributos: noção e conceito de tributo; figuras e espécies tributárias; identificação e classificação dos tributos.	Aula expositiva.
03/03/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva.
10/03/2015 08:00 - 11:30	Competência tributária: conceito, características e espécies. A questão da parafiscalidade tributária.	Aula expositiva.

17/03/2015 08:00 - 11:30	Estudo das espécies tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Aula expositiva.
24/03/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior: estudo das espécies tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Aula expositiva.
31/03/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior: estudo das espécies tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Aula expositiva.
07/04/2015 08:00 - 11:30	O procedimento de inscrição do crédito tributário em dívida ativa. Garantias e privilégios do crédito tributário. A certidão de regularidade fiscal.	Aula expositiva.
14/04/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva.
TAE	Trabalho acadêmico efetivo a ser oportunamente detalhado aos acadêmicos.	
28/04/2015 08:00 - 11:30	Processo administrativo fiscal: noções gerais, princípios norteadores, procedimento, instâncias julgadoras, pedido de reconsideração, depósito no processo administrativo, desistência e renúncia do processo administrativo.	Aula expositiva.
05/05/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior: processo administrativo fiscal.	Aula expositiva.
12/05/2015 08:00 - 11:30	A1 parcial (questões objetivas e subjetivas).	Prova.
19/05/2015 08:00 - 11:30	Contencioso judicial tributário: estudo das medidas judiciais do sujeito ativo (execução fiscal e medida cautelar fiscal) e das medidas judiciais do sujeito passivo (embargos à execução fiscal, mandado de segurança, ação anulatória de débito tributário, ação declaratória, ação de repetição do indébito tributário, ação de consignação em pagamento e tutelas de urgência em matéria tributária).	Aula expositiva.
26/05/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior: contencioso judicial tributário.	Aula expositiva.
02/06/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior: contencioso judicial tributário.	Aula expositiva.
09/06/2015 08:00 - 11:30	Continuação da aula anterior: contencioso judicial tributário.	Aula expositiva.
16/06/2015 08:00 - 11:30	Crimes contra a ordem tributária e a previdência social: noções gerais, análise dos artigos 1º e 3º da Lei n. 8.137/1990, análise dos artigos 168-A e 337-A do Código Penal, análise do artigo 334 do Código Penal, a ação penal nos crimes contra a ordem tributária e a previdência social e os efeitos do pagamento ou parcelamento do tributo nos crimes contra a ordem tributária e a previdência social.	Aula expositiva.
23/06/2015 08:00 - 11:30	A1 final (todo o conteúdo ministrado durante o semestre). Questões objetivas e subjetivas.	Prova.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Na avaliação do desempenho acadêmico serão realizados estudos de casos concretos, trabalho acadêmico efetivo e provas com questões objetivas e subjetivas.

As questões objetivas serão retiradas de exames de ordem e concursos públicos.

As questões subjetivas e o estudo de casos concretos serão realizados a partir da prova prático-profissional do exame de ordem da OAB, bem como de situações fáticas que se encontram em análise no Poder Judiciário.

O exame final (A2) compreenderá toda a matéria ministrada no semestre e consistirá numa prova com questões objetivas e subjetivas.

Aos acadêmicos que obtiverem média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos no "Simulado Enade/OAB" será atribuído 1 (um) ponto na média final do semestre.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
------------	------

<p>BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.</p> <p>CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>CARRAZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 16 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.</p>	Básica
<p>BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Crimes Federais: contra a administração pública, a previdência social, a ordem tributária, o sistema financeiro nacional, as telecomunicações e as licitações, estelionato, moeda falsa, abuso de autoridade, tráfico transnacional de drogas, lavagem de dinheiro. 2ª ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.</p> <p>CASSONE, Vittorio, CASSONE, Maria Eugenia Teixeira. Processo Tributário: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional. 4a. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva. 2014.</p> <p>CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 6ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Dialética, 2008.</p> <p>HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 14ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>LOPES, Mauro Luís Rocha. Processo Judicial Tributário: Execução Fiscal e Ações Tributárias. 9a. ed., rev. e atual. Niterói: Impetus, 2014.</p> <p>MELO FILHO, João Aurino de (coord.). Execução Fiscal Aplicada: Análise pragmática do processo de execução fiscal. 3a. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm. 2014.</p> <p>SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	11251 - Responsabilidade Civil - Turma: CHADIR-9M
Professor:	37493 - SINTIA MARIA DALBOSCO
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Conceito e princípios da responsabilidade civil. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Responsabilidade civil do Estado e seus agentes. Perspectivas da responsabilidade civil.

3 JUSTIFICATIVA

A importância do estudo do componente curricular responsabilidade civil é evidente, uma vez que toda atividade que acarreta prejuízo traz em seu bojo, como fato social, o problema da responsabilidade. Trata-se de uma matéria de natureza multidisciplinar, pois não se refere somente ao Direito Civil, mas sim a praticamente todos os ramos do Direito, uma vez que destina-se ela a restaurar o equilíbrio moral e patrimonial provocado pelo autor do dano, fato esse que torna possível dizer que a esmagadora maioria das questões levadas ao Judiciário tocam, direta ou indiretamente ao instituto ora em estudo.

4 OBJETIVOS

O b j e t i v o

Proporcionar a retomada do estudo do Direito das Obrigações, propiciando ao acadêmico a compreensão da evolução normativa e principiológica do instituto da responsabilidade civil, sob a ótica da recente codificação civilista.

O b j e t i v o s

- Compreender a dinâmica interdisciplinar da responsabilidade civil, aplicada às diferentes áreas do direito.
- Desenvolver a capacidade de interpretar, analisar e diagnosticar fundamentadamente casos práticos de responsabilidade civil.
- Estimular o estudo crítico e investigativo da casuística pátria e analisar as situações concretas de maior relevo e repercussão doutrinária e jurisprudencial.

G e r a l

E s p e c í f i c o s

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
21/03/2015 08:00 - 11:30	Apresentação plano de ensino. - Introdução à Responsabilidade Civil. - Conceitos básicos: ato ilícito, abuso de direito como ato ilícito. - Princípios norteadores da responsabilidade civil. - Elementos da Responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar.	Aula expositiva e dialogada
21/03/2015 13:30 - 17:00	Continuação do estudo dos elementos da Responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar.	Aula expositiva e dialogada. Estudo de caso.
28/03/2015 08:00 - 11:30	Classificação da responsabilidade civil quanto à culpa: - A responsabilidade civil subjetiva e noção de culpa; e - responsabilidade civil objetiva e atividade de risco. - Excludentes de ilicitude.	Aula expositiva e dialogada.
28/03/2015 13:30 - 17:00	Exercícios para fixação do conteúdo.	
	Responsabilidade civil por ato praticado por terceiro.	Aula expositiva e dialogada. Correção

11/04/2015 08:00 - 11:30	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores.	dos exercícios.
18/04/2015 08:00 - 11:30	Responsabilidade civil do Estado e seus agentes. Perspectivas da responsabilidade civil.	Aula expositiva e dialogada.
25/04/2015 08:00 - 11:30	Avaliação abrangente A1 escrita composta por questões objetivas e subjetivas, individual sem consulta ao CC/02.	
25/04/2015 13:30 - 17:00	Trabalho para composição da A1, com peso 10.	
09/05/2015 08:00 - 11:30	Correção virtual da A1 abrangente e do trabalho para composição da A1.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação seguirá as disposições do Regimento Interno da Unoesc. A mesma compreenderá aspectos quantitativos e qualitativos do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração a potencialidade individual do acadêmico. As avaliações envolvem métodos disciplinares e interdisciplinares. A A1 será composta de 2 (duas) avaliações.

1) Nota 1: Trabalho para composição da A1, com peso 10.

2) Nota 2: Avaliação A1 abrangente, individual, sem consulta, com questões objetivas e discursivas, com atribuição de peso 10.

Será analisado para composição da nota final do acadêmico o comprometimento e frequência do mesmo nas aulas, bem como a realização e entrega do trabalho (Nota 1) e a realização da A1 abrangente (Nota 2). A média bimestral será apurada realizando-se a somatória dos valores obtidos no trabalho e na A1 abrangente e nas outras formas de avaliação.

- Exame final, constituído de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, sem consulta.

- Em caso de falta a avaliação (Nota 1), ficará facultado ao docente, mediante solicitação expressa do acadêmico, aplicar prova oral sobre o conteúdo atinente a avaliação em questão.

- Em caso de falta a avaliação (Nota 2), deverá o acadêmico solicitar a realização da mesma, de forma expressa, à coordenação do curso, para que possa ser realizada fora do prazo estabelecido no plano de ensino do presente componente curricular.

- Será considerado reprovado o aluno que exceder o limite de faltas correspondente à 25% da carga horária prevista para o componente curricular.

- As faltas somente serão abonadas com o deferimento dos atestados médicos pela coordenação do curso e, somente no caso de reprovação por falta.

- As regras da avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc no artigo 135, "Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros".

- Demais avaliações que forem exigidas pela instituição.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil . v. III. São Paulo : Saraiva.	Básica
VENOSA. Silvio de Salvo. Responsabilidade Civil . v.4. São Paulo : Atlas.	Básica
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil . v. 4. São Paulo: Saraiva.	Básica
SAAD, Renan Miguel. O ato ilícito e a responsabilidade civil do estado: doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Lumen Juris	Complementar
DIREITO, Carlos Alberto Menezes; CAVALIERI FILHO, Sergio; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Comentários ao novo código civil: da responsabilidade civil, das preferências e privilégios creditórios. Rio de Janeiro: Forense.	Complementar
NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria de Andrade, Org, v.1,3, 4, 5, 6. São Paulo: Revista dos Tribunais.	Complementar
STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil . São Paulo : Revista dos Tribunais.	Complementar
TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil . 7 ed. São Paulo : Método.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	11253 - Trabalho de Curso I - Turma: CHADIR-9M
Professor:	29186 - Rogis Juarez Bernardy
Nr. créditos/Carga Horária:	8/120
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Conforme regulamento específico aprovado pelo Colegiado do Curso.

3 JUSTIFICATIVA

A presente disciplina insere-se no curso de Direito orientada pela condução do aluno à reflexão jurídica, de modo a fomentar o senso de pesquisa. Constitui-se a base para o Trabalho de Curso I - primeira parte. Nesta disciplina busca-se articular os elementos básicos e fundamentais para a pesquisa jurídica, com base nas temáticas vistas durante a formação no curso de Direito, a partir de tema definido no oitavo semestre, na disciplina de Metodologia da Pesquisa.

4 OBJETIVOS**OBJETIVO GERAL**

Abordar as estruturas e técnicas de pesquisas e elaboração de projetos para organização metodológica das atividades científica, como a monografia. A disciplina visa despertar a aptidão para a pesquisa e o senso crítico reflexivo, bem como a autonomia do pensamento e o desenvolvimento de conhecimentos sobre metodologia jurídica para a elaboração do projeto e para a redação da monografia. Por fim, é de registrar que a disciplina justifica-se, sobretudo, pelo seu objetivo de articulação entre teoria e prática, preparando os alunos para problematizar questões jurídicas e afins.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar os aspectos relevantes para definição de tema de pesquisa
 Entender técnicas para otimizar a leitura, a escrita bem como a sua estrutura;
 Elaborar proposta de pesquisa como suporte para o desenvolvimento de Trabalho de curso - conclusão do curso;
 Entender métodos de levantamento e análise de dados;
 Compreender técnicas de análises de dados;
 Preparar o estudante para a elaboração de pesquisa e de Trabalho de curso;
 Propiciar ao aluno o aprimoramento do uso da linguagem escrita através da redação e do estilo.
 Estruturar o Trabalho de Curso I

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
	26/02/2015 Explicação do plano de ensino Explicação das regras do Trabalho de Curso I Apresentação do Regimento do Trabalho de Curso I	Aulas presenciais Atendimento individual Acompanhamento orientador temático Acompanhamento orientador metodológico
	05/03/2015 Funções do Orientador temático Funções do Orientador metodológico OBS: Sala de aula	
	12/03/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas Data limite para a formalização do orientador temático Data final para a Entrega do Formulário do Orientador Temático	
	19/03/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas	

26/02/2015 - 03/07/2015	26/03/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas OBS: Avaliação presencial - Nota A1a = 2,0 (Apresentação parcial TC_I A avaliação segue as determinações do Regimento de Estágio da UNOESC
	09/04/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas
	16/04/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas
	23/04/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas
	30/04/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas
	07/05/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas TAE
	14/05/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas
	21/05/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas
	28/05/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas
	11/06/2015 Elaboração do Trabalho de Curso I Orientações temáticas e metodológicas Data estipulada para a Entrega do Trabalho de Curso I Cópia impressa e em meio digital - conforme o Regimento da UNOESC
	18/06/2015 Apresentação do Trabalho de Curso I A1b = Avaliação Metodológica do desempenho na disciplina do Trabalho de Curso I e Apresentação do Trabalho de Curso I (peso 1,0) A1c = Avaliação individual e desempenho sistemático no semestre a partir de Formulário de Avaliação do Orientador temático (peso 7,0)
	25/06/2015 Apresentação do Trabalho de Curso I A1b = Avaliação Metodológica do desempenho na disciplina do Trabalho de Curso I e Apresentação do Trabalho de Curso I (peso 1,0) A1c = Avaliação individual e desempenho sistemático no semestre a partir de Formulário de Avaliação do Orientador temático (peso 7,0)

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá mediante apresentação de pesquisa de curso parcial e em forma do Trabalho de Curso I, no final do semestre, além do desempenho individual de cada acadêmico.

Os acadêmicos devem seguir os seguintes elementos compostos no ementário do componente curricular.

Entregar a Pesquisa de Curso I para a avaliação parcial em 26/03/2015

Entregar a Pesquisa de Curso I relativa ao 1º Semestre de 2015 em 11/06/2015

Elaborar e Apresentar a Pesquisa de Curso I em 18 ou 26/06/2015 (participação obrigatória também como ouvinte)

Frequência mínima = 75%

Sistemática da Avaliação:

Nota A1a = 26 de Março de 2015 (apresentação parcial do TC_I - todos acadêmicos, conforme o Plano de Ensino). (peso 2,0)

A1b = 18 e 25 de Junho de 2015 Avaliação Metodológica do desempenho na disciplina do Trabalho de Curso I e Apresentação do TC_I

(peso 1,0)

A1c = 18 e 25 de Junho de 2015 Avaliação Final do Orientador Temático a partir de entrega de formulário de Avaliação do desempenho da Disciplina (peso 7,0)

Fórmula da composição final da nota $N = [(n1 + n2 + n3) \times 2/2]$

OBS: Todas as avaliações seguem as determinações do Regimento da UNOESC para Estágios que possui o Regulamento para Trabalho de Curso - amplamente esclarecidas no primeiro dia de aula.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.	Básica
NUNES, Luiz Antônio R. Manual da monografia jurídica. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
TRIVINOS, Augusto. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2011.	
BARRAL, Welber. Metodologia da pesquisa jurídica. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boitex.	Complementar
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro.	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro.	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro	

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/8
Componente curricular:	14417 - Direito Processual Civil V (procedimentos Especiais) - Turma: CHADIR-8M
Professor:	248153 - Juliana Zamignan
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Procedimentos Especiais nas legislações extravagantes. Ação Monitória

3 JUSTIFICATIVA

O estudo aprofundado do Processo Civil disponibiliza ao acadêmico conhecimentos em que serão aplicados não só em processos que envolvam matérias cíveis, mas em todos os ramos do direito, que utilizam subsidiariamente as regras do processo civil. Ademais, o conhecimento formal proporciona uma visão sistemática do processo, ajudando ao futuro profissional do direito ao desempenho adequado de suas funções.

4 OBJETIVOS

Proporcionar aos acadêmicos noções teóricas e práticas gerais sobre os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária, sua utilização e aplicabilidade nas atividades jurídicas.

Entender a razão pela qual os procedimentos especiais não se subordinam ao processo de conhecimento comum, bem como o entendimento de cada um dos procedimentos.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
30/07/2015 08:00 - 11:30	Plano de Ensino. Introdução a disciplina. Sistema adotado pelo Código de Processo Civil.	Aula Expositiva.
06/08/2015 08:00 - 11:30	Ação de Consignação em Pagamento; fase extrajudicial.	Aula expositiva.
13/08/2015 08:00 - 11:30	Ação de Consignação em Pagamento; fase judicial.	Aula Expositiva.
20/08/2015 08:00 - 11:30	Leitura direcionada -Ações Possessórias.	Não presencial.
27/08/2015 08:00 - 11:30	Ação de Depósito.	Aula Expositiva.
03/09/2015 08:00 - 11:30	Avaliação A1.	Avaliação A1 com consulta ao Código de Processo Civil, sem comentários.
10/09/2015 08:00 - 11:30	Correção da avaliação A1. Ação de Usucapião.	Aula Expositiva.
17/09/2015 08:00 - 11:30	Ações Possessórias: Reintegração de Posse, Manutenção de Posse e Interdito Possessório.	Aula Expositiva.
24/09/2015 08:00 - 11:30	Continuação; Ações Possessórias: Reintegração de Posse, Manutenção de Posse e Interdito Possessório.	Aula expositiva.
01/10/2015 08:00 - 11:30	Ação Monitória e meio de defesa.	Aula Expositiva.
08/10/2015 08:00 - 11:30	Ação de Exigir Contas.	Aula expositiva.
15/10/2015 08:00 - 11:30	Avaliação A1.	Avaliação A1 sem consulta a qualquer material.
22/10/2015 08:00 - 11:30	Correção da avaliação A1. Embargos de Terceiro. Oposição	Aula Expositiva.
29/10/2015 08:00 - 11:30	Das ações de Família. Ação de Restauração de Autos.	Aula Expositiva.
05/11/2015 08:00 - 11:30	Habilitação. Jurisdição voluntária.	Aula Expositiva.
12/11/2015 08:00 - 11:30	Semana Acadêmica.	Aula Expositiva.

19/11/2015 08:00 - 11:30	Avaliação A1 - abrangente.	Prova A1 - abrangente sem consulta a qualquer tipo de material, com todo o conteúdo ministrado durante o semestre.
26/11/2015 08:00 - 11:30	Correção da avaliação A1 abrangente, encerramento da disciplina.	Aula expositiva e dialogada.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A primeira avaliação (A1.1) consistirá em prova composta de questões objetivas e subjetivas com peso 10,0. Será permitida nesta primeira avaliação consulta ao Código de Processo Civil sem comentários.

A segunda avaliação A1 (A1.2) consistirá em prova composta de questões objetivas e subjetivas com peso 10,0. Não será permitida nesta segunda avaliação consulta a qualquer material.

A avaliação A1 abrangente (A1.3), consistirá em uma prova composta de questões objetivas e subjetivas com peso 10,0. Não será permitida consulta a qualquer material, abrangendo todo o conteúdo ministrado durante o semestre.

Aos acadêmicos que não fizerem as provas A1 parciais nas datas estipuladas, será agendada nova data para a realização da mesma, sendo que a prova será realizada de forma oral.

Aos acadêmicos que atingirem média 7,0 na Prova Preparatória OAB/ENADE, receberão o bônus de 1,0 (um ponto), na primeira avaliação A1 parcial (A1.1).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fábio Caldas de; GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Procedimentos cautelares e especiais: antecipação de tutela, jurisdição voluntária, ações coletivas e constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.	Básica
OLIVEIRA, Francisco de Assis; PIRES, Alex Sander Xavier. Curso de direito processual civil: vol. 3 : processo cautelar; procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.	Básica
THEODORO JÚNIOR, Humberto,. Curso de direito processual civil. 52. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.	Básica
MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.	Complementar
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: processo cautelar e procedimentos especiais. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.	Complementar
NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	Complementar
OLIVEIRA, Francisco de Assis; PIRES, Alex Sander Xavier. Curso de direito processual civil: processo cautelar, procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.	Complementar
VIEIRA, Cristiane Maria. Medidas cautelares e procedimentos especiais. 1. ed. São Paulo: Desafio Cultural, 2002.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	10022 - Estágio de Prática Jurídica III - Turma: CHADIR-9C
Professor:	184375 - Darlea Carine Palma Mattiello
Nr. créditos/Carga Horária:	5/75
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Conforme regulamento específico aprovado pelo Colegiado do Curso.

3 JUSTIFICATIVA

A presente disciplina pretende desenvolver aptidões profissionais no que tange à elaboração de peças práticas processuais da esfera civil e de direito administrativo, além de outros instrumentos indispensáveis ao exercício da profissão da advocacia, como audiências (conciliatórias e instrutórias) e análise de processos, buscando aplicar o conhecimento adquirido nas disciplinas do eixo fundamental e profissional do Curso de Direito, inserindo o aluno no ambiente da resolução de casos concretos, bem como priorizando, sempre que possível, meios extrajudiciais de acesso à justiça.

4 OBJETIVOS

Proporcionar aos alunos conhecimentos práticos processuais do Direito Civil e do Direito Administrativo, oportunizando a aquisição de conhecimentos sólidos e eficazes à atuação judicial e o domínio processual adequado para a condução das respectivas demandas.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
24/02/2016 13:30 - 17:50	Apresentação dos quadros de estágio aos alunos, explicações sobre metodologia de ensino e aprendizagem, avaliações, faltas, e demais assuntos relativos à disciplina. Divisão dos grupos. Introdução à elaboração de peças processuais cíveis - procedimentos especiais.	Aula expositiva e dialogada. Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema.
02/03/2016 13:30 - 17:50	Ação de Retificação de Registro Civil.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
09/03/2016 13:30 - 17:50	Ação Monitória.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
16/03/2016 13:30 - 17:50	Ação de Usucapião.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividade simulada.
23/03/2016 13:30 - 17:50	Inventário e partilha. Arrolamento.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
30/03/2016 13:30 - 17:50	Ações possessórias.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividade simulada.
06/04/2016 13:30 - 17:50	Embargos de terceiro.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
	Avaliação escrita e individual - matéria cível, com	Avaliação.

13/04/2016 13:30 - 17:50	elaboração de peça processual.	
20/04/2016 13:30 - 17:50	Entrega e correção das avaliações.	Entrega e correção das avaliações.
27/04/2016 13:30 - 17:50	Ação ordinária contra a Fazenda Pública (fornecimento de medicamentos).	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
04/05/2016 13:30 - 17:50	Recursos em ação ordinária contra a Fazenda Pública (para fornecimento de medicamentos).	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
11/05/2016 13:30 - 17:50	Processo de execução contra a Fazenda Pública.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
18/05/2016 13:30 - 17:50	Mandado de segurança.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
25/05/2016 13:30 - 17:50	Pareceres em matéria de Direito Administrativo.	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
01/06/2016 13:30 - 17:50	Recursos administrativos (processo administrativo disciplinar).	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
08/06/2016 13:30 - 17:50	Recursos administrativos (matéria de trânsito).	Esclarecimentos teórico-processuais sobre o tema. Realização e correção da atividades reais e simuladas.
15/06/2016 13:30 - 17:50	Avaliação escrita e individual - matéria cível, com elaboração de peça processual.	Avaliação.
22/06/2016 13:30 - 17:50	Entrega e correção das avaliações.	Entrega e correção das avaliações.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

FORMAS DE AVALIAÇÃO

a) O aluno deverá cumprir integralmente cada uma das atividades requeridas pela professora do Estágio.

b) Cada aula gerará uma ou mais atividades, simulada(s) ou real(is), devendo ser realizado o respectivo relatório. A perda do prazo estipulado pelo NPJ para acompanhamento dos casos reais implica a atribuição de 0,0 (ZERO) na disciplina de estágio e reprovação automática do grupo.

c) Serão consideradas, para efeitos de avaliação, quatro notas, cada uma valendo de zero a dez, sendo:

c.1 - Uma nota correspondente ao Relatório de Estágio - Prática Processual Direito Civil.

c.2 - Uma nota correspondente ao Relatório de Estágio - Prática Processual Direito Administrativo.

c.3 - Uma nota decorrente de Avaliação Final Prática Processual Direito Civil (Prova Escrita individual - com consulta apenas a legislação sem comentários).

c.4 - Uma nota decorrente de Avaliação Final Prática Processual Direito Administrativo (Prova Escrita individual - com consulta apenas a legislação sem comentários).

A avaliação poderá consistir em questões dissertativas e/ou peça processual.

A nota final corresponderá à média aritmética das avaliações e dos relatórios apresentados.

d) O relatório de estágio deverá conter todas as atividades realizadas durante o estágio:

- peças processuais propostas;

- formulário de acompanhamento **quatro audiências** em matéria cível e/ou Fazenda Pública, sendo instrução e/ou conciliação, na **Justiça Federal**;

- formulário de uma visita orientada (o órgão e data serão informados pelo NPJ);

- formulário de análise de autos findos, se houver.

e) Para Avaliação do Relatório, serão considerados os seguintes itens:

e.1 - Relatório de Atendimento realizados;

e.2 - Elaboração das Peças com a devida utilização das normas técnico-jurídicas, correta utilização da terminologia jurídica, com pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica (art.4º Res.9/2004 CNE/CES);

e.3 - Frequência e pontualidade, bem como o relacionamento com usuários e equipe/participação e colaboração, relatório de acompanhamento de audiências, relatório de análise de autos findos, relatório das visitas orientadas e acompanhamento processual;

e.4 - A data de entrega do relatório no NPJ será entre os dias **20/06/2016 e 24/06/2016**, não havendo prorrogação do prazo, sob pena de reprovação.

f) Fazem parte das atividades realizadas pelo do NPJ os projetos de Mediação e Conciliação, balcão do consumidor, bem como outras atividades de cunho assistencial e pedagógico em parceria com agentes da comunidade, como por exemplo o projeto de "Olho na Cidadania", a ser realizado no bairro Expoente de Chapecó.

*A participação do aluno em tais atividades é válida como encontro presencial do estágio.

* Será realizada visita técnica ao Tribunal de Mediação e Arbitragem de Blumenau e Região/SC, em data a ser informada pelo professor

orientador.

VISTO NAS PEÇAS PROCESSUAIS

As peças processuais não exibidas ao professor orientador durante o semestre não serão avaliadas no relatório final. Ao longo do semestre os alunos deverão imprimir as peças e obter o visto do professor orientador, antes da composição do relatório final, sob pena de reprovação automática. As peças processuais copiadas da internet implicarão reprovação automática.

DOS ATENDIMENTOS REAIS

A pasta do respectivo atendimento deverá ser entregue ao professor, no final do dia de estágio, para conferência dos registros pertinentes.

O registro no relatório de atendimento deverá sempre ser iniciado pela data.

A peça processual elaborada a partir de atendimento real deverá ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias, à exceção de peças com prazo diverso.

DA REPOSIÇÃO DE AULA

A frequência no estágio é de 100%. Contudo, o aluno poderá requerer a reposição de no máximo 3 (três) ausências (art.14 do Regulamento de Estágio).

O requerimento de reposição deverá ser solicitado na secretaria do NPJ e assinado pelo professor orientador que recebeu o aluno para reposição . A reposição deverá ser feita na aula prática que o aluno faltou. Não será aceita reposição em turma diversa, sob pena de reprovação.

DA ESCALA DE PLANTÃO

É compulsória a escala de plantão estipulada aos alunos pelos professores orientadores de estágio, durante os meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, sendo obrigatória a participação do aluno.

DO SIGILO PROFISSIONAL E POSTURAS

É expressamente proibido indicar telefones particulares, ou outros meios de comunicação de cunho particular aos clientes. O telefone e e-mail de contato serão sempre do NPJ, devendo assim o acadêmico manter sigilo nas informações trazidas pelos atendidos reais. O acadêmico também deverá cuidar da sua vestimenta e postura quando da realização dos atendimentos no NPJ.

DO HORÁRIO DO ESTÁGIO

O acadêmico deve observar os horários de início e fim de cada aula do estágio, sob pena de reprovação pelo não cumprimento dos horários.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - todos os volumes. São Paulo: Saraiva.	Complementar
NEGRÃO, Theotônio; Gouvêa, José Roberto Ferreira. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. São Paulo: Saraiva.	Complementar
NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	Complementar
VIEIRA, Cristiane Maria. Medidas cautelares e procedimentos especiais. 1. ed. São Paulo: Desafio Cultural, 2002.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	11453 - Argumentação Jurídica - Turma: CHADIR-7N
Professor:	224558 - Carlos Luiz Strapazon
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2013/2

2 EMENTA

O surgimento da Teoria da Argumentação Jurídica no pensamento jurídico contemporâneo. Teoria e decisão da teoria da aplicação judicial. Lógica jurídica e lógica da aplicação jurídica. O modelo de racionalidade do Direito. Silogismo e o dilema da decisão do aplicador no Direito. Tópica no Direito: Th. Wiehweg. Nova retórica no Direito: Ch. Perelman. A Teoria da Argumentação Jurídica de S. Toulmin, N. MacCormick e R. Alexy. A proposta de Habermas

3 JUSTIFICATIVA

Direito Constitucional é disciplina fundamental no processo de aprendizagem do acadêmico de Direito, uma vez que é elemento central de todos os demais ramos da dogmática jurídica. A disciplina tem o escopo de analisar a Constituição federal, documento jurídico-político brasileiro indispensável à existência de um Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal confere unidade e sistematização ao Ordenamento Jurídico Pátrio. Sendo assim, seu estudo e compreensão é imprescindível ao futuro bacharel em Direito, que irá aplicar os conhecimentos obtidos na disciplina em diversas situações, pois deverá invocar os ditames constitucionais, bem como seus princípios, em vários momentos de sua vida estudantil e profissional.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da disciplina de Direito Constitucional II consiste em propiciar aos graduandos um preciso entendimento acerca dos fundamentos teóricos que envolvem a disciplina e assim, habilitar o acadêmico a realizar uma análise crítica naquilo que tange ao Direito Constitucional contemporâneo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar a Organização do Estado.

Analisar a Organização dos Poderes.

Examinar os conceitos referentes à Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Compreender o sistema tangente à Tributação e Orçamento brasileiro.

Verificar a previsão e definição da Ordem Econômica e Financeira.

Estudar a ordem social.

Analisar as perspectivas do Direito Constitucional.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
03/08/2013 08:00 - 11:30	Apresentação do Plano de Ensino. Organização do Estado.	Aula expositiva e dialogada
03/08/2013 13:30 - 17:00	Organização do Estado.	Aula expositiva e dialogada.
24/08/2013 08:00 - 11:30	Organização do Estado.	Aula expositiva e dialogada.
24/08/2013 13:30 - 17:00	Organização dos Poderes.	Aula expositiva e dialogada.
21/09/2013 08:00 - 11:30	Organização dos Poderes.	Aula expositiva e dialogada.
28/09/2013 08:00 - 11:30	Conteúdo ministrado em aula.	Avaliação A1.
28/09/2013 13:30 - 17:00	Organização dos Poderes.	Aula expositiva e dialogada.
05/10/2013 08:00 - 11:30	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	Aula expositiva e dialogada.
05/10/2013 13:30 - 17:00	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.	Aula expositiva e dialogada.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Primeira avaliação: Participação em aula e trabalhos

Segunda avaliação: Prova com questões objetivas e dissertativas

Terceira avaliação: Prova oral

Quarta avaliação: Prova com questões objetivas e dissertativas

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no Estado de Direito Democrático. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, Renovar/FGV, 1999.	Básica
BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.	Básica
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2004.	Básica
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.	Básica
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e teoria da constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2002.	Básica
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 5. ed., revista. São Paulo: Saraiva, 2002.	Básica
GARCIA, Maria. Desobediência civil, direito fundamental. São Paulo: RT, 1994.	Básica
LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador. Porto Alegre: SAFE, 2001.	Básica
MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. 5. ed. revista e atualizada. São Paulo: RT, 2000.	Básica
MARTINS-COSTA, Judith (Org.). A reconstrução do Direito Privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado. São Paulo: RT, 2002.	Básica
MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo Meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos. 14 ed., rev. ampl. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2002.	Básica
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. 3. ed., 4. tir. O Conteúdo jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros, 1998.	Básica
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2003.	Básica
PINHEIRO, Carla. Direito internacional e direitos fundamentais. São Paulo: Atlas, 2001.	Básica
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional. 5. ed., rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Max Limonad, 2002.	Básica
SÉGUIN, Elida. Direitos das minorias. Rio de Janeiro: Forense, 2001.	Básica
SADEK, Maria Tereza (Org.). Acesso à justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.	Básica
SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.	Básica
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.	Básica
TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002.	Básica
TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos direitos fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.	Básica
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14a edição. São Paulo: Saraiva, 2010.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/3
Componente curricular:	10209 - Direito Constitucional I - Turma: CHADIR-3N
Professor:	250724 - Daniel Sbeghen
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2013/2

2 EMENTA

Teoria Constitucional. Constituição, Poder Constituinte e Constitucionalismo. Interpretação, aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. As Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988: Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos da nacionalidade e direitos políticos.

3 JUSTIFICATIVA

O instrumento formal de organização do Estado é denominado de **Constituição**, sendo o ramo do direito público responsável pelo seu estudo chamado de **direito constitucional**. O direito constitucional é destacado por ser fundamental à organização e funcionamento do Estado e tem por objeto de estudo a constituição política desse ente que se convencionou chamar de Estado, constituindo-se, desse modo, disciplina fundamental à formação do bacharel em Direito.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Introduzir conceitos jurídicos fundamentais para a compreensão e utilização adequada da teoria constitucional.

Objetivos

Abordar temas que compõem o núcleo do Direito Constitucional, titularizado como Direitos e Garantias Fundamentais, com análise dos direitos e deveres individuais e coletivos, dos direitos sociais, da nacionalidade, bem como explanar sobre os direitos políticos e partidos políticos, desenvolvendo um senso teórico-doutrinário com base na aplicação efetiva da legislação e jurisprudência, com ênfase nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Específicos

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
01/08/2013 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino. Direito Constitucional: noções introdutórias e conceito. Constituição: concepções do termo (sociológica, política, jurídica, material e formal e culturalista).	Aula expositiva.
08/08/2013 19:00 - 22:35	Classificação das Constituições: quanto à forma, quanto ao conteúdo, quanto à origem, quanto ao modo de elaboração, quanto à estabilidade, quanto à extensão. Constituições garantia, balanço e dirigente (Manoel Gonçalves Ferreira Filho). Constituições liberais (negativas) e sociais (dirigentes) - André Ramos Tavares.	Aula expositiva.
15/08/2013 19:00 - 22:35	Poder Constituinte: conceito, natureza jurídica e características. Poder Constituinte Originário: conceito, subdivisão, características e formas de expressão. Poder Constituinte Derivado: conceito e espécies (reformador, decorrente e revisor). Poder Constituinte Difuso: conceito.	Aula expositiva.
22/08/2013 19:00 - 22:35	Histórico das Constituições Brasileiras: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 (Emenda Constitucional n. 1/1969) e 1988. A Estrutura da Constituição Federal de 1988. Preâmbulo: conceito e natureza jurídica. Ato	Aula expositiva.

	das Disposições Constitucionais Transitórias: conceito e natureza jurídica.	
29/08/2013 19:00 - 22:35	Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais: classificação das normas constitucionais segundo a eficácia: eficácia plena, contida e limitada (José Afonso da Silva). Classificação das normas constitucionais sugerida por Maria Helena Diniz. Normas constitucionais no tempo: revogação, recepção, repristinação, desconstitucionalização e recepção material de normas constitucionais.	Aula expositiva.
05/09/2013 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva.
12/09/2013 19:00 - 22:35	Interpretação e Aplicação da Constituição: métodos de interpretação da Constituição e princípios de interpretação da Constituição.	Aula expositiva.
19/09/2013 19:00 - 22:35	Avaliação - Prova objetiva e subjetiva.	
26/09/2013 19:00 - 22:35	Princípios estruturantes da ordem constitucional e fundamentos da República Federativa do Brasil.	Aula expositiva.
03/10/2013 19:00 - 22:35	Teoria dos Direitos Fundamentais: conceitos afins; natureza e classificação; características; evolução dos direitos fundamentais; eficácia horizontal e vertical dos direitos fundamentais; concorrência e colisão de direitos fundamentais; e direitos fundamentais em espécie.	Aula expositiva.
TAE	Trabalho Acadêmico Efetivo.	Atividade extraclasse.
17/10/2013 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior: Teoria dos Direitos Fundamentais.	Aula expositiva.
24/10/2013 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior: Teoria dos Direitos Fundamentais.	Aula expositiva.
31/10/2013 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior: Teoria dos Direitos Fundamentais.	Aula expositiva.
07/11/2013 19:00 - 22:35	Direitos de Nacionalidade: conceito, espécies de nacionalidade, diferenças de tratamento entre brasileiro nato e naturalizado e perda do direito de nacionalidade.	Aula expositiva.
14/11/2013 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva.
21/11/2013 19:00 - 22:35	Direitos Políticos: conceito, espécies, direito de sufrágio (conceito de sufrágio e espécies de sufrágio), sistemas eleitorais, direitos políticos positivos e negativos, perda ou suspensão dos direitos políticos e princípio da anualidade da legislação eleitoral.	Aula expositiva.
28/11/2013 19:00 - 22:35	Avaliação - Prova Objetiva e Subjetiva - Abrangente.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação observará o disposto nos arts. 84 a 96 do Regimento Interno da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

A avaliação compreenderá provas e trabalho acadêmico efetivo (TAE).

A última prova (A1 cumulativa) será abrangente, com todo o conteúdo ministrado durante o semestre.

As provas conterão questões objetivas (questões do Exame da OAB e de concursos públicos) e subjetivas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. Coimbra: Almedina, 2002.	
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 7. reimpressão. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217 p.	
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.	

<p>BONAVIDES, Paulo; DE ANDRADE, Paes. História Constitucional do Brasil. OAB DEPTO, 2006.</p> <p>CAPELLETTI, Mauro. O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado. Tradução por Aroldo Gonçalves. Porto Alegre: SAFE, 1984. 142 p.</p> <p>COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2001. 504 p.</p> <p>FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Normas constitucionais programáticas: normatividade, operatividade e efetividade. São Paulo: RT, 2001. 263 p.</p> <p>FERREIRA, Waldemar Martins. História do Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Max Limonad, 1954. 384 p.</p> <p>FIORAVANTI, Maurizio. Los derechos fundamentales. Apuntes de Historia de las Constituciones. 2. ed. Presentación de Clara Álvarez Alonso. Traducción de Manuel Martínez Neira. Madrid: Trotta, 1998. 165 p.</p> <p>LASSALLE, Ferdinand. Qué es una Constitución?. Traducción de Wenceslao Roces. Barcelona: Ariel, 1997. 183 p.</p> <p>LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MARSHALL, T. S. Cidadania, classe social e status. Tradução por Meton Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.</p>	Básica
<p>ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.</p> <p>ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2003.</p> <p>BACHOF, Otto. Normas constitucionais inconstitucionais? Coimbra: Almedina, 1994.</p> <p>BARROS, Suzana de Toledo. O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.</p> <p>BARROSO, Pêrsio Henrique. Constituinte e Constituição: participação popular e eficácia constitucional (1987-1997). Curitiba: Juruá, 1999.</p> <p>DANTAS, Luís Rodolfo de Souza. Hermenêutica constitucional e transponibilidade das cláusulas pétreas. In. BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; RODRIGUEZ, José Rodrigo (Org.). Hermenêutica plural: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2011.</p> <p>LOEWENSTEIN, Karl. Teoría de la Constitución. 2. ed. amp. Traducción de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ariel, 1976.</p> <p>SARMENTO, Daniel. A ponderação de interesses na Constituição Federal. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.</p> <p>SCHIER, Paulo Ricardo. Filtragem constitucional. Construindo uma nova dogmática jurídica. Porto Alegre: SAFE, 1999.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.</p>	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/4
Componente curricular:	10215 - Direito Penal II - Turma: CHADIR-4NB
Professor:	275568 - Juliano dos Santos Seger 259677 - Karinne Emanuela Goettems dos Santos
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2013/2

2 EMENTA

Das Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Da Extinção da Punibilidade. Da prescrição.

3 JUSTIFICATIVA

A Parte Geral do Código Penal, com a Reforma Penal de 1984, estabeleceu as balizas para a individualização da pena, prevendo critérios de aplicabilidade da sanção penal de acordo com as circunstâncias verificadas em cada caso concreto e, com isso, afastando a possibilidade de punição uniforme (com penas iguais) para todos. O estudo desse aporte normativo constitui ferramenta indispensável para o dia a dia do Direito Penal, em que a crescente criminalidade faz multiplicar-se o número de sentenças condenatórias e, por conseguinte, a aplicação de sanções penais.

4 OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS:

Fornecer ao profissional em formação uma visão completa da Parte Geral do Código Penal brasileiro, em cotejo com os preceitos constitucionais aplicáveis e, dessa forma, permitir uma análise crítica do passo a passo do processo de aplicação da punição pela prática de infração penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Oferecer uma visão aprofundada da sanção penal, suas modalidades e critérios de aplicação, ação penal, extinção de punibilidade e prescrição.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
31/07/2013 19:00 - 22:35	Fundamentos e finalidades da sanção penal.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
07/08/2013 19:00 - 22:35	Modalidades de sanções penais: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos, pena de multa, medida de segurança detentiva e medida de segurança restritiva.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
14/08/2013 19:00 - 22:35	Critérios de aplicação das penas.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
21/08/2013 19:00 - 22:35	Critérios de aplicação das penas.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
28/08/2013 19:00 - 22:35	Critérios de aplicação das penas.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
04/09/2013 19:00 - 22:35	A1.1 - AVALIAÇÃO ESCRITA	Avaliação Escrita, de conteúdo abrangente, com questões objetivas de múltipla escolha e, pelo menos, duas questões dissertativas.
	Regime de cumprimento de pena privativa de	Aula expositiva dos aspectos legais da

11/09/2013 19:00 - 22:35	liberdade.	temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
18/09/2013 19:00 - 22:35	Suspensão condicional da pena.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
25/09/2013 19:00 - 22:35	Livramento condicional.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
02/10/2013 19:00 - 22:35	Efeitos da condenação.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
09/10/2013 19:00 - 22:35	Reabilitação.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
16/10/2013 19:00 - 22:35	A1.2 - AVALIAÇÃO ESCRITA	Avaliação Escrita, de conteúdo abrangente, com questões objetivas de múltipla escolha e, pelo menos, duas questões dissertativas.
23/10/2013 19:00 - 22:35	Medidas de segurança.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
30/10/2013 19:00 - 22:35	Ação penal.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
06/11/2013 19:00 - 22:35	Extinção da punibilidade.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
13/11/2013 19:00 - 22:35	Prescrição.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
20/11/2013 19:00 - 22:35	Prescrição.	Aula expositiva dos aspectos legais da temática abordada, com abordagem dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.
27/11/2013 19:00 - 22:35	A1.3 - AVALIAÇÃO ESCRITA	Avaliação Escrita, de conteúdo abrangente, com questões objetivas de múltipla escolha e, pelo menos, duas questões dissertativas.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação será realizada por meio de prova escrita (A1), de conteúdo abrangente, composta de questões objetivas de múltipla escolha e, pelo menos, duas questões dissertativas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral, parte especial. 8. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 1152 p. ISBN 9788520343302. Acervo 632607.	Básica
PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 809 p. Acervo 625284.	Básica
BOSCHI, José Antonio Paganella; AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. Das penas e seus critérios de aplicação. 4. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. 440 p. ISBN 8573484179. Acervo 580972.	Básica
FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo Revista dos Tribunais, c2002. 766 p. ; ISBN 8520319556. Acervo 431191.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/3
Componente curricular:	11442 - Teoria Geral do Direito Civil II - Turma: CHADIR-3N
Professor:	37493 - SINTIA MARIA DALBOSCO
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2013/2

2 EMENTA

Fatos jurídicos. Negócio jurídico: plano da existência, da validade e da eficácia. Atos ilícitos. Teoria das nulidades. Prescrição e decadência. Prova dos negócios jurídicos.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular Teoria Geral do Direito Civil II, justifica-se por contemplar o estudo de institutos que são pressupostos para os campos específicos regulados na Parte Especial do Código Civil. Impossível é a compreensão do direito das obrigações, sobretudo quanto aos contratos, se desconhecido os campos da validade e da eficácia do negócio jurídico, que abrange desde a sua manifestação e vai até os vícios de consentimento e sociais.

Mais que uma interligação, os vários institutos que se encontram na parte geral, são indispensáveis para os avanços também em outros campos, como no direito administrativo e no empresarial, que aproveitam sobretudo os regramentos da capacidade, dos negócios jurídicos, da sua validade e invalidade, da culpa, da prescrição e decadência, culminando com os meios de provas permitidos pelo ordenamento jurídico para atestar a validade ou invalidade dos mesmos em juízo.

4 OBJETIVOS**OBJETIVO GERAL**

Demonstrar a importância do estudo da parte geral do código civil como pré-requisito para todo estudo do Direito em geral, possibilitando aos acadêmicos noções suficientes à identificação e interpretação de seus elementos, habilitando os mesmos, para o desenvolvimento de uma leitura dinâmica desse diploma legal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver o estudo dos fatos jurídicos e os seus reflexos nos planos da existência, validade e eficácia.
- Classificar os fatos jurídicos lícitos e ilícitos, compreendendo a importância do tempo e seus reflexos no mundo jurídico.
- Compreender o negócio jurídico, seus elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia, através da interpretação das relações jurídicas, tendo por base uma visão crítica do fenômeno negocial conectando-o com a ordem econômica e com os princípios constitucionais.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
30/07/2013 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino de TGDC II. DISPOSIÇÕES LEGAIS 1. Fato jurídico em sentido amplo: 1.1. Conceito; 1.2. Espécies. 2. Fato jurídico em sentido estrito, ato-fato jurídico e ato jurídico em sentido estrito.	Aula expositiva e dialogada.
	3. Negócio Jurídico	Aula expositiva e dialogada.

06/08/2013 19:00 - 22:35	3.1. Conceito 3.2. Finalidade negocial 3.2.1. Aquisição de direitos 3.2.2. Conservação de direitos 3.2.3. Modificação de direitos 3.2.4. Extinção de direitos	
13/08/2013 19:00 - 22:35	4. Classificação dos negócios jurídicos: 4.1. Unilaterais, bilaterais e plurilaterais 4.2. Gratuitos e oneroso, neutros e bifrontes 4.3. Inter vivos e mortis causa 4.4. Principais e acessórios 4.5. Solenes (formais) e não solenes (de forma livre)	Aula expositiva e dialogada.
20/08/2013 19:00 - 22:35	Avaliação para composição da A1.	
27/08/2013 19:00 - 22:35	ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO 1. Classificação 2. A tricotomia existência-validade-eficácia (estudo da escada ponteana). 3. Requisitos de existência: 3.1. Declaração de vontade 3.1.1. O silêncio como manifestação de vontade 3.1.2. Reserva mental: 3.1.2.1. Conceito 3.1.2.2. Efeitos	Aula expositiva e dialogada.
03/09/2013 19:00 - 22:35	3.2. Finalidade negocial 3.3. Idoneidade do objeto 4. Requisitos de Validade: 4.1. Capacidade do agente 4.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável 4.3. Forma	Aula expositiva e dialogada.
10/09/2013 19:00 - 22:35	DA REPRESENTAÇÃO 1. Considerações iniciais 2. Espécies de representação 3. Espécies de representantes 4. Regras da representação 5. Representação e mandato 6. Contrato consigo mesmo (autocontratação) 6.1. Conceito 6.2. Efeitos	Aula expositiva e dialogada.
17/09/2013 19:00 - 22:35	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO. 1. Considerações Iniciais 2. Condição 2.1. Conceito 2.2. Elementos da condição 2.3. Condição voluntária e condição legal 2.4. Negócios jurídicos que não admitem condição	Aula expositiva e dialogada.
24/09/2013 19:00 - 22:35	3. Termo 3.1. Conceito 3.2. Espécie 3.3. Os prazos e sua contagem 4. Encargo ou modo	Aula expositiva e dialogada.
01/10/2013 19:00 - 22:35	Avaliação para composição da A1.	
08/10/2013 19:00 - 22:35	T.A.E. - EFAPI	Trabalho para fixação do conteúdo.
22/10/2013 19:00 - 22:35	DOS DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS 1. Considerações gerais 2. Vícios de consentimento: erro ou ignorância; dolo; coação; estado de perigo; lesão. 3. Vícios sociais: fraude contra credores e simulação.	Aula expositiva e dialogada.
29/10/2013 19:00 - 22:35	DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO 1. Negócio jurídico inexistente 2. Nulidade 2.1. Conceito 2.2. Espécies de nulidade 2.3. Causas de nulidade 3. Anulabilidade 3.1. Conceito 3.2. Causas de anulabilidade	Aula expositiva e dialogada.
05/11/2013 19:00 - 22:35	DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS DOS ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS 1. Conceito 2. Responsabilidade contratual e extracontratual 3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal 4. Responsabilidade objetiva e responsabilidade objetiva	Aula expositiva e dialogada.

	5. Atos lesivos não considerados ilícitos (excludentes de ilicitude) 5.1. A legítima defesa 5.2. O exercício regular e o abuso de direito 5.3. O estado de necessidade	
12/11/2013 19:00 - 22:35	7. Atos lesivos não considerados ilícitos (excludentes de ilicitude) 7.1. A legítima defesa 7.2. O exercício regular e o abuso de direito 7.3. O estado de necessidade	Aula expositiva e dialogada.
19/11/2013 19:00 - 22:35	DA PRESCRIÇÃO 1. Considerações iniciais 2. Conceito e requisitos 3. Pretensões imprescritíveis 4. Disposições legais sobre a prescrição 5. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição 6. Das causas que interrompem a prescrição. DA DECADÊNCIA 1. Conceito e características 2. Disposições legais sobre a decedências.	Aula expositiva e dialogada.
26/11/2013 19:00 - 22:35	Avaliação A1 conteúdo cumulativo, individual e sem consulta. (peso 10)	
03/12/2013 19:00 - 22:35	Exame A2.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

- Avaliações escritas, orais, estudo de casos, trabalhos individuais ou em grupos e artigos, (03 (três) avaliações).
- Aos faltantes das avaliações escritas será possibilitado fazer prova oral atinente ao conteúdo objeto da avaliação, exceto A1/G2, com peso m e n o r .
- Uma avaliação obrigatória A1, que deverá ser individual, escrita e abrangente de todo conteúdo estudado no semestre, sem consulta, que será aferida por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas;
- Frequência igual ou superior a 75% e participação em sala de aula;
- As faltas somente serão abonadas mediante deferimento dos atestados médicos pela coordenação do curso, somente serão abonadas no c a s o d e r e p r o v a ç ã o p o r f a l t a .
- Exame final, constituído de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0(sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas;
- As regras da avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc, descrito no artigo 135, "Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros".
- Demais avaliações que forem exigidas pela instituição.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
AMARAL, Francisco. Direito Civil. Introdução. 4º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Parte Geral. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2011. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Parte Geral. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2011. PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2003. TEPEDINO, Gustavo.(Coord). A Parte Geral do Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado.Vol. I. Campinas: Bookseller, 2001.	Básica
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. v.1. e atual. São Paulo: Saraiva. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . Rio de Janeiro: Forense. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral . v. 1. São Paulo: Atlas. TEPEDINO, Gustavo.(Coord). A Parte Geral do Novo Código Civil . Rio de Janeiro: Renovar, 2002.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/3
Componente curricular:	10221 - Teoria Geral do Processo - Turma: CHADIR-3N
Professor:	238829 - Juliana Gallina
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2013/2

2 EMENTA

Modos de aplicação da ordem jurídica: autotutela, heterotutela e jurisdição. Princípios gerais do direito processual. Norma processual, objeto, natureza, fontes, eficácia no tempo e no espaço, interpretação. Trilogia processual: jurisdição, ação e processo. Direito Processual Constitucional. Técnicas alternativas de resolução de conflitos: noções de mediação e arbitragem.

3 JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina elementar no estudo e no aprendizado do direito processual, com o escopo de proporcionar conhecimentos sólidos acerca dos mecanismos processuais, mas que também deve capacitar o aluno à análise crítica, reflexiva e argumentativa da aplicabilidade do direito processual, através de estudos de casos, aproximando, assim, a teoria da prática processual.

4 OBJETIVOS

Gerais:

- 1 - Capacitar o aluno para a identificação, interpretação e condução adequada do fenômeno social em conflito, a partir de conhecimentos sólidos do direito processual, tanto no ambiente da jurisdição como em espaços alternativos de solução de conflitos.
- 2 - Compreender a importância do estudo do direito processual sujeito aos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Específicos:

- 1 - Identificar a solução de conflitos através da autotutela, heterotutela e jurisdição.
- 2 - Compreender os princípios constitucionais e infraconstitucionais que norteiam o direito processual.
- 3 - Identificar a estrutura da jurisdição brasileira, bem como os órgãos que compõem o Poder Judiciário.
- 4 - Compreender os institutos básicos que permeiam a ligação entre jurisdição, ação e processo.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
29/07/2013 19:00 - 22:35	I - Exposição do Plano de Ensino II - Leituras Importantes III - Leituras Adicionais IV - Noções Introdutórias. 4.1. Origens históricas do direito processual. 4.2. Jurisdição, Ação e Processo. 4.3. Direito de Ação e Pretensão. 4.4. Relação Jurídica Processual (sujeito ativo e sujeito passivo). Ensaio a prática: questões para estudos de caso.	Aula dinâmica de apresentação do Plano de Ensino e introdução do conteúdo referente à Teoria Geral do Processo.
05/08/2013 19:00 - 22:35	I - Ambientes de solução de conflitos: jurisdicional e não jurisdicional. II - Autotutela e Heterotutela. III - Mediação, Arbitragem, Negociação e Conciliação. Estudo de Casos.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência. Sorteio de três alunos para apresentação do questionário que deverá ser respondido pela Turma.
12/08/2013 19:00 - 22:35	I - Jurisdição: escopos, princípios, função, espécies e estrutura. II - Tutela jurisdicional individual e coletiva. Estudo de casos.	Aula será expositiva dialética. Debate e posicionamento a respeito da análise do caso proposto e estudo crítico de jurisprudência.
	I - Ação: evolução do conceito, elementos e condições.	Parte I - Aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como

19/08/2013 19:00 - 22:35	II - Classificações da ação. Estudo de casos.	ferramenta de construção cognitiva. Parte II - Se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência.
26/08/2013 19:00 - 22:35	I - Processo e Direito Processual. II - Direito Processual e Direito Material. Estudo de casos. III - Norma Processual: objeto, fontes, interpretação e eficácia da lei processual no tempo e no espaço.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente se realizará um estudos de caso dirigido com o sorteio de três alunos para apresentação dos resultados obtidos.
02/09/2013 19:00 - 22:35	I - Princípios do Direito Processual. II - Direito Processual Constitucional: garantias constitucionais do processo. III - A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José Costa Rica). Estudo de casos.	Parte I - Aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Parte II - Leitura orientada, debate e reescrita dos princípios processuais.
09/09/2013 19:00 - 22:35	I - Processo e Procedimento. II - Relação Jurídica Processual e Relação Jurídica Material III - Pressupostos Processuais: conceito, classificação. IV - Capacidade civil e Capacidade processual. Estudo de casos.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará exercícios de fixação para que os alunos diferenciem o processo do procedimento.
16/09/2013 19:00 - 22:35	(continuação) V - Representação. VI - Substituição Processual. VII - Resolução de exercícios. Aplicação de exercícios.	Primeira Aula: A matéria será apresentada de forma expositiva dialética, Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência, objetivando que os alunos identifiquem as hipóteses de substituição processual nos casos hipotéticos.
23/09/2013 19:00 - 22:35	Revisão do conteúdo estudado para avaliação.	Exercícios escritos no estilo de questões que serão contempladas na avaliação A1 (no modelo do ENADE)
30/09/2013 19:00 - 22:35	1a Avaliação: escrita e individual.	Avaliação escrita de todo o conteúdo trabalhado
TAE	I - Pesquisa Jurisprudencial acerca do estudo da competência. Pesquisa.	Encaminhamento de tarefa de casa onde os alunos deverão pesquisar jurisprudências acerca da matéria - Competência Absoluta (H.M) e Competência Relativa (T.V).
21/10/2013 19:00 - 22:35	I - Entrega e correção da avaliação. II - Introdução à Competência Jurisdicional: competência internacional, interna e conflitos de competência. III - Competência quanto à matéria, função, valor da causa, quanto ao lugar e quanto aos bens imóveis. Estudo de Casos.	No primeiro momento à atividade será destinada à correção da Avaliação e considerações acerca dos erros e acertos. Segunda Parte da Aula será expositiva dialética, sobre a Competência Jurisdicional. Será realizado o sorteio de três alunos para apresentarem as jurisprudências pesquisadas na atividade domiciliar.
28/10/2013 19:00 - 22:35	(Competência: continuação) IV - Causas de modificação da competência. V - Prorrogação de Competência. VI - Conflito de Competência. Estudo de casos.	Aula Expositiva com utilizacao de Power Point. Com amplo uso de debates como ferramenta de construção crítica. Enfoque Dedutivo. Realizacao e exercicios ao final.
04/11/2013 19:00 - 22:35	Sujeitos Processuais: I - Partes e Procuradores, Juízes e os Auxiliares da justiça. Análise de casos práticos. II - O Ministério Público como sujeito processual: atributos, estrutura e a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos através de ação civil pública. Análise de casos práticos.	Seguindo com o conteúdo, a aula será expositiva dialética, como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará leitura orientada, debate e fixação, com reescrita dos conceitos presentes.
11/11/2013 19:00 - 22:35	2a Avaliação: escrita e em dupla/grupo. Aplicação de trabalho para resolução de questões em dupla ou em grupo.	Estudo orientado do textos jurisprudenciais e casos hipotéticos para síntese e fixação do conteúdo, objetivando identificar e sedimentar os principais tópicos de estudo da Teoria Geral do Processo.
18/11/2013 19:00 - 22:35	Revisão geral da disciplina, devolução e correção da 2a Avaliação.	Consideracoes finais da disciplina. Correcao da avaliacao e tira-duvidas.
	3a Avaliação Abrangente: individual e escrita.	Avaliação escrita de todo o conteúdo

25/11/2013 19:00 - 22:35		trabalhado.
02/12/2013 19:00 - 22:35	Devolutiva da avaliação e considerações a respeito dos acertos e erros.	Auto-avaliação através de relatos orais e avaliação dos aspectos positivos e deficitários no desenvolvimento da disciplina Teoria Geral do Processo. Reescrita do conceito de jurisdição, ação, lide, processo e procedimento.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação seguirá as disposições expressas no Regimento da UNOESC e contemplará aspectos quantitativos e qualitativos do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração as potencialidades dos acadêmicos. Acontecerá ao longo do semestre procurando manter um caráter processual e formativo, considerando a presença, participação e envolvimento efetivo nas atividades desenvolvidas, sejam elas individuais ou grupais, seminários, debates, pesquisas, análises críticas de documentários e vídeos. (Tudo o que tiver sido estudado, debatido em sala é conteúdo de prova).

A A1 consistirá na média aritmética de 3 (três) avaliações: 2 (duas) provas escritas e individuais, sendo a última de conteúdo cumulativo, bem como de aplicação de 1 (um) trabalho para resolução de casos, a ser realizado em dupla ou em grupo. Cada avaliação terá peso 10 e abordará o conteúdo programático desenvolvido em sala de aula. A nota de A1 será, então, a média das 3 (três) atividades: 2 provas e 1 trabalho.

A avaliação A2 consiste na aplicação de uma prova escrita, individual e cumulativa da matéria do semestre.

OBS: -Trabalhos solicitados e não entregues no prazo não serão aceitos. Trabalhos entregues fora do prazo com justificativa terão no máximo peso 7,0 (sete).

(Artigo 135) Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros.

-A respeito do percentual de frequência necessário para efeitos de aprovação observaremos rigorosamente o regimento da UNOESC. (Será considerado aprovado o acadêmico que tenha frequência igual ou superior a 75% e tiver alcançado média semestral igual ou superior a 7,0 (sete)).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et all. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros. (Usado pela Professora). MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais. THEODORO JUNIOR. Humberto, Curso de Direito Processual, Civil v. 1. Rio de Janeiro: Forense	Básica
DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo:Atlas. MORAES, José Luiz Bolzan de. Mediação e Arbitragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. PORTANOVA, Rui. Princípios do Processo Civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/4
Componente curricular:	10217 - Direito Administrativo I - Turma: CHADIR-4N
Professor:	29453 - Janaina Reckziegel
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/1

2 EMENTA

Noções Preliminares (conceito, evolução, fontes, regras de interpretação). Princípios de Direito administrativo. Administração Pública. Poderes Administrativos. Serviços Públicos - abordagem geral. Licitações e Contratos Administrativos - abordagem geral.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina tem aspectos bastante relevantes tanto na legislação/jurisprudência e doutrina como na prática. O direito Administrativo é um instrumento de trabalho simultaneamente com a teoria, a realidade e a prática. Auxilia os profissionais a entender melhor todo o Sistema Administrativo Nacional, para que consigam atuar nos Órgãos das Esferas Administrativa e Judiciária.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral da disciplina:

Conhecer e compreender o conteúdo do Direito Administrativo para utilizá-lo na solução de questões relacionadas aos órgãos públicos em geral e processos judiciais.

Objetivos Específicos:

Entender o Sistema Administrativo Brasileiro e sua estrutura.
 Compreender a Organização Administrativa do Estado e a necessidade dessa organização.
 Desenvolver análise crítica sobre os Princípios que norteiam o Direito Administrativo.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
17/02/2014 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino da disciplina. Definição da metodologia do trabalho e de avaliação. Introdução das questões fundamentais que serão tratadas na disciplina. História do Estado e da Administração: Povo; Território; Governo; Cristianismo; Racionalismo; Burguesia; Revolução Francesa de 1789. Conceito de Direito Administrativo; Fontes; Objeto; Administração Pública como função do Estado; Função Política ou de Governo e Função Administrativa; Relação de Administração;	Aula expositiva e dialogada.
24/02/2014 19:00 - 22:35	Conceito de Direito Administrativo; Fontes; Objeto; Administração Pública como função do Estado; Função Política ou de Governo e Função Administrativa; Relação de Administração;	Aula expositiva e dialogada.
08/03/2014 08:00 - 11:30	T.A.E - Trabalho Acadêmico Efetivo.	T.A.E - Trabalho Acadêmico Efetivo.
10/03/2014 19:00 - 22:35	Princípios que norteiam o Direito Administrativo.	Aula expositiva e dialogada.
17/03/2014 19:00 - 22:35	Administração Pública Brasileira: Organização; Órgãos Públicos e seus Agentes; Jurisdição Administrativa; Competências Administrativas; Tribunais Administrativos; Tribunais de Contas.	Aula expositiva e dialogada.
	Administração Pública Indireta: Autarquias; Fundações Públicas; Empresas	Aula expositiva e dialogada.

24/03/2014 19:00 - 22:35	Públicas; Sociedades de Economia Mista; Agências Executivas e Agências Reguladoras; Outras Entidades Paraestatais.	
31/03/2014 19:00 - 22:35	Ato Administrativo: Conceito; Atos Administrativos Vinculados e Discricionários; Atributos, Requisitos/Elementos; Classificação e Espécies.	Aula expositiva e dialogada.
07/04/2014 19:00 - 22:35	Ato Administrativo: Conceito; Atos Administrativos Vinculados e Discricionários; Atributos, Requisitos/Elementos; Classificação e Espécies.	Aula expositiva e dialogada.
14/04/2014 19:00 - 22:35	1ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA ENTREGA DA IDÉIA PRINCIPAL DA BIBLIOGRAFIA: IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	Prova.
26/04/2014 08:00 - 11:30	T.A.E - Trabalho Acadêmico Efetivo.	T.A.E - Trabalho Acadêmico Efetivo.
28/04/2014 19:00 - 22:35	Poderes Administrativos: Poder Vinculado; Poder Discricionário; Poder Hierárquico; Poder Disciplinar. Poder Regulamentar: definição; características, diferenças entre Lei e Regulamento; O regulamento ante o princípio da Legalidade; Natureza do Poder Regulamentar; Importância do Poder Regulamentar; Limites da atribuição Regulamentar; Classificação; Decretos; Resoluções; Avisos; Instruções e Portarias. Poder de Polícia; Polícia Sanitária. Poder de Polícia: Conceito e Fundamento; Características; Diferenças da Polícia Judiciária; Atributos; Atos em que se manifesta; Limitação Administrativa da propriedade. Polícia Sanitária: Campo de atuação; Fundamento; Normas Gerais de Defesa e Proteção da Saúde; Competência Legislativa; Legislação; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Agência Nacional de Saúde Suplementar; Códigos Sanitários Estaduais; Regulamentos Sanitários Municipais.	Aula dialogada e expositiva.
05/05/2014 19:00 - 22:35	Contratos Administrativos: conceito e previsão legal, classificação quanto ao regime jurídico, requisitos e características, formalidades e eficácia, prazos e prorrogação, interpretação e formalização, execução/inexecução e consequências, modalidades de contratos administrativos.	Aula expositiva e dialogada.
12/05/2014 19:00 - 22:35	Contratos Administrativos: conceito e previsão legal, classificação quanto ao regime jurídico, requisitos e características, formalidades e eficácia, prazos e prorrogação, interpretação e formalização, execução/inexecução e consequências, modalidades de contratos administrativos.	Aula expositiva e dialogada.
19/05/2014 19:00 - 22:35	Licitações: conceito, princípios, modalidades, fases, regime jurídico para realização de obras, serviços, aquisições e alienações da Administração Pública Federal, procedimentos, comissão de licitação, revogação e anulação, recursos administrativos, subcontratações.	Aula expositiva e dialogada.
26/05/2014 19:00 - 22:35	Licitações: conceito, princípios, modalidades, fases, regime jurídico para realização de obras, serviços, aquisições e alienações da Administração Pública Federal, procedimentos, comissão de licitação, revogação e anulação, recursos administrativos, subcontratações.	Aula expositiva e dialogada.
02/06/2014 19:00 - 22:35	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS PELOS GRUPOS.	Apresentação dos trabalhos pelos grupos.
09/06/2014 19:00 - 22:35	2ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA.	Prova.
16/06/2014 19:00 - 22:35	T.A.E - Trabalho Acadêmico Efetivo.	T.A.E

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

O primeiro critério para aprovação é a frequência, sendo esta inferior a 75% o acadêmico reprova mesmo tendo média suficiente para passar sem exame.

A1 - Tipo de Avaliação Valor

2 Provas Escritas (múltipla escolha e discursiva) 0 à 10

Entrega da idéia principal da bibliografia indicada. 1,0 na 1ª prova

Apresentação dos trabalhos sobre um dos tópicos relacionados a ementa da disciplina, a escolha do grupo, não podendo ser repetidos os assuntos. A nota será composta de 7 (sete) pontos para a consistência da pesquisa em doutrinas, jurisprudências, etc, 1 (um) ponto na entrega do resumo na hora da apresentação para todos os colegas e a professora (para poder acompanhar a apresentação) e 2 (dois) pontos para a forma de apresentação (dinâmica) desenvolvida. Todos os trabalhos deverão ser apresentados na data marcada previamente no plano de ensino, e todos os componentes do grupo deverão apresentar, pois a nota será da apresentação ao grande grupo. 0 à 10
TOTAL 100%

A2 - Avaliação Valor

Prova Objetiva (múltipla escolha e discursiva): elaborada com base nas questões exigidas nos últimos concursos de Juiz Federal (4ª Região), Estadual (RS/SC), Procurador da República, Procurador do Estado (RS) e Promotor de Justiça (RS/SC), etc, e subjetiva.

100%

OBS: O aluno que precisar faltar no dia de prova (por motivo justificado e aceito pela UNOESC) e queira realizá-la, terá que seguir primeiro as regras do Regimento Interno da UNOESC para efetivar seu pedido e após esta a prova será marcada em nova data, de FORMA ORAL.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
GASPARINI, DIOGENES. Direito Administrativo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2011.	Básica
LEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 18. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo. 5. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2004. IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. MELLO. Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2011. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional Administrativo. 28ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/4
Componente curricular:	10214 - Direito Constitucional II - Turma: CHADIR-4N
Professor:	221590 - Caren Silva Machado Medeiros 224558 - Carlos Luiz Strapazzon
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/1

2 EMENTA

Organização do Estado. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem social. Perspectivas do Direito Constitucional.

3 JUSTIFICATIVA

Direito Constitucional é disciplina fundamental no processo de aprendizagem do acadêmico de Direito, uma vez que, é elemento central de todos os demais ramos da dogmática jurídica. A disciplina tem o escopo de analisar a Constituição federal, documento jurídico-político brasileiro indispensável à existência de um Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal confere unidade e sistematização ao Ordenamento Jurídico Pátrio. Sendo assim, seu estudo e compreensão é imprescindível ao futuro bacharel em Direito, que irá aplicar os conhecimentos obtidos na disciplina em diversas situações, pois deverá invocar os ditames constitucionais, bem como seus princípios, em vários momentos de sua vida estudantil e profissional.

4 OBJETIVOS

A) O objetivo geral da disciplina de Direito Constitucional II consiste em propiciar aos graduandos um preciso entendimento acerca dos fundamentos teóricos que envolvem a disciplina e assim, habilitar o acadêmico a realizar uma análise crítica naquilo que tange ao Direito Constitucional contemporâneo.

B) Objetivos específicos

- Estudar a Organização do Estado.
- Analisar a Organização dos Poderes.
- Examinar os conceitos referentes à Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
- Compreender o sistema tangente à Tributação e Orçamento brasileiro.
- Verificar a previsão e definição da Ordem Econômica e Financeira.
- Estudar a ordem social.
- Analisar as perspectivas do Direito Constitucional.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
21/02/2014 19:00 - 22:35	Apresentação do Plano de Ensino. Diretrizes para o semestre. Apresentação da docente, bem como dos acadêmicos. Demonstrar a importância do estudo da disciplina. Conceitos introdutórios sobre o Direito Constitucional.	aula expositiva e dialogada
28/02/2014 19:00 - 22:35	Divisão espacial do poder: organização do Estado. Federação brasileira. União Federal. Estados-membros.	aula expositiva e dialogada
07/03/2014 19:00 - 22:35	Organização do Estado: Estados-membros. Municípios. Distrito Federal. Territórios. Divisão orgânica do Poder: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Introdução. Relação entre os poderes. Poder Legislativo: Atribuições do Congresso Nacional; Atribuições do Senado Federal; Atribuições da Câmara de Deputados. Reuniões. Comissões parlamentares.	aula expositiva e dialogada
	Poder Legislativo: Imunidades parlamentares. Espécies normativas. Processo	aula expositiva e dialogada

14/03/2014 19:00 - 22:35	legislativo: Emendas Constitucionais, Leis Delegadas, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Decreto Legislativo, Resoluções.	
21/03/2014 19:00 - 22:35	Poder Judiciário: estrutura. Composição dos tribunais. Quinto constitucional. Ênfase ao Supremo Tribunal Federal: estrutura, competência, controle de constitucionalidade. Súmula Vinculante. Conselho Nacional de Justiça.	aula expositiva e dialogada
28/03/2014 19:00 - 22:35	Poder Judiciário: estrutura. Controle de constitucionalidade. Súmula Vinculante. Conselho Nacional de Justiça.	Aula expositiva e dialogada.
TAE	Resolução de questões.	Atividade individual.
04/04/2014 19:00 - 22:35	Poder Executivo: Presidencialismo. Atribuições do Presidente da República. Administração Superior. Crimes de responsabilidade do Presidente da República. Crimes comuns. Competência para julgar o Presidente da República.	Aula expositiva e dialogada.
11/04/2014 19:00 - 22:35	Poder Executivo: Mandato tampão. Linha sucessória do Presidente. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional. Estudo de caso sobre decisões do Supremo Tribunal Federal.	aula expositiva e dialogada
25/04/2014 19:00 - 22:35	Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia Privada e Defensoria Pública.	aula expositiva e dialogada
TAE	Texto sobre Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública e Advocacia Privada.	Atividade individual.
09/05/2014 19:00 - 22:35	Jurisprudência do STF.	Debate.
16/05/2014 19:00 - 22:35	Ordem social: Seguridade Social. Educação. Desporto. Meio ambiente. Índios. Tributação e Orçamento: identificar os impostos federais, estaduais e municipais. Repartição das receitas tributárias.	aula expositiva e dialogada
23/05/2014 19:00 - 22:35	Temas atuais sobre o Direito Constitucional: Ações Afirmativas.	Debates orais.
30/05/2014 19:00 - 22:35	Ordem Econômica e Financeira: Princípios gerais. Atuação do Estado. Princípios da Ordem Econômica. Sistema Financeiro Nacional.	aula expositiva e dialogada
06/06/2014 19:00 - 22:35	Avaliação individual e sem consulta.	Prova.
13/06/2014 19:00 - 22:35	Entrega e correção das provas. Diretrizes para o exame.	Aula prática.
TAE	Indicação leitura.	Atividade individual.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação global: ética, participação, dedicação - Peso 1,0

Apresentação oral e slides: Peso 4,0

Mini Artigo: Peso: 5,0

Avaliação individual e sem consulta: Peso: 10,0

Avaliação individual e sem consulta: Peso: 10,0

OBSERVAÇÕES:

1. O mini artigo deve seguir as regras da ABNT e conter cinco laudas.

2. NÃO SERÁ ADMITIDO PRESTAR PROVA ATRASADA FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO REGULAMENTO DO CURSO.

3. Questões objetivas: conterão apenas uma assertiva correta. Caso haja maircação dúplice ou rasura a questão será considerada errada.

4. Questões dissertativas: será analisada a correção técnica da resposta, bem como correção gramatical, raciocínio lógico, coesão, coerência, capacidade de síntese do acadêmico. Letra ilegível pode acarretar que a questão seja considerada errada.

5. Será atribuída nota zero ao acadêmico que: esteja portanto material que não seja lápis, borracha e caneta durante a execução da prova, e ainda, se houver comunicação entre os acadêmicos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no Estado de Direito Democrático. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, Renovar/FGV, 1999.	Básica
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.	

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e teoria da constituição. 4. ed.Coimbra: Almedina, 2002. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2003.	
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14a edição. São Paulo: Saraiva, 2010. MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo Meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos. 14 ed., rev. ampl. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2002. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. 3. ed., 4. tir. O Conteúdo jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros, 1998. PINHEIRO, Carla. Direito internacional e direitos fundamentais. São Paulo: Atlas, 2001. SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/4
Componente curricular:	11445 - Direito das Obrigações - Turma: CHADIR-4N
Professor:	37493 - Sintia Maria Dalbosco
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/1

2 EMENTA

Elementos constitutivos das obrigações. Fontes. Modalidades. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento e suas consequências. O princípio da boa-fé objetiva.

3 JUSTIFICATIVA

Na ciência do Direito, especificadamente no domínio do Direito privado, desponta com supremacia o Direito Civil, com características do Direito Comum, básico ou fundamental, a reger a conduta dos indivíduos, em suas relações particulares. Os princípios contidos no Direito Civil condicionam indubitavelmente toda a vida jurídica dos indivíduos, uma vez que abrigam os direitos pessoais, obrigacionais, associativos, reais, de família e de sucessões. O estudo do componente curricular Teoria Geral das Obrigações, busca oferecer noções da relação obrigacional, ante o estudo de suas fontes, classificações, efeitos, garantias, transmissão, bem como as formas decorrentes do adimplemento (pagamento direto e indireto) e das consequências advindas quando ocorrer o inadimplemento (absoluto ou relativo). Dessa forma, é, portanto, imprescindível conhecer de forma adequada os institutos que compõe o Direito Civil II - Teoria Geral das Obrigações, conhecimento que na atualidade necessita obrigatoriamente estar focado e baseado no estudo das disposições do Novo Código Civil, que servirá de embasamento para os próximos componentes curriculares do Direito Civil e demais áreas.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Promover o estudo sistemático e lógico da Teoria Geral das Obrigações, evidenciando o conceito de relação obrigacional, buscando identificar suas fontes, classificação, efeitos, garantias e transmissão das obrigações, bem como as consequências atinentes ao inadimplemento voluntário ou involuntário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Proporcionar aos acadêmicos estabelecer as diferenças entre a relação jurídica obrigacional das demais obrigações sociais, identificando as modalidades existentes;

Aplicar os conhecimentos adquiridos com desenvoltura e habilidade no manuseio com o Código Civil Brasileiro;

Instigar o acadêmico a identificar as diversas modalidades obrigacionais por meio da pesquisa ao Código Civil Brasileiro, doutrinas e jurisprudências pertinentes ao componente curricular, estabelecendo desta forma a relação teórica-prática de sua aplicabilidade;

Compreender e identificar os conceitos e regras básicas pertinentes ao direito obrigacional e a sua importância para a atividade jurisdicional;

Analisar criticamente a legislação de forma a ter uma interpretação contextualizada dos seus dispositivos a partir da visão geral do Código Civil Brasileiro;

Correlacionar os fundamentos da legislação em situações relativas ao exercício de suas atividades profissionais.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
19/02/2014 19:00 - 22:35	Aula Inaugural; Apresentação do plano de ensino; Introdução ao Direito das Obrigações: 1. Acepções da obrigação; 2. Conceitos e elementos;	Aula expositiva e dialogada.

	3. Distinção entre Crédito e Débito; 4. Fontes das Obrigações.	
26/02/2014 19:00 - 22:35	5. Vínculo obrigacional; 6. Débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung), segundo Brinz; e 7. Obrigações naturais.	Aula expositiva e dialogada.
05/03/2014 19:00 - 22:35	Classificação das Obrigações pelo Objeto: 1. Características das prestações; 2. Obrigações positivas e negativas; 3. Obrigações de dar coisa certa e coisa incerta; 4. Obrigação de fazer e de não fazer.	Aula expositiva e dialogada.
12/03/2014 19:00 - 22:35	5. Obrigações conjuntivas e alternativas 6. Obrigações fungíveis e infungíveis; 7. Obrigações divisíveis e indivisíveis.	Aula expositiva e dialogada.
19/03/2014 19:00 - 22:35	9. Obrigação em dinheiro e dívidas de valor. a) Dívidas de valor; b) Cobrança de débitos em juízo. Pesquisa sobre das obrigações pela pluralidade dos sujeitos: a) Obrigações ambulatorias. Obrigações "propter rem" ou reais.	Aula expositiva e dialogada.
26/03/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1, escrita (questões objetiva e subjetivas), individual, com consulta ao Código Civil, peso 10.	
02/04/2014 19:00 - 22:35	Classificação das Obrigações pelos Sujeitos; - Elucidação das eventuais dúvidas acerca da pesquisa feita; 1. Pluralidade de credores e devedores; 2. Obrigações conjuntas; 3. Obrigações solidárias; 4. Solidariedade ativa; 5. Solidariedade Passiva.	Aula expositiva e dialogada.
09/04/2014 19:00 - 22:35	Avaliação para composição da A1, escrita (questões objetivas e subjetivas), individual, com consulta ao Código Civil, peso 10.	
16/04/2014 19:00 - 22:35	Do Adimplemento e Extinção das Obrigações 1. Execução da obrigação; 2. Pagamento total e parcial; 3. Capacidade para pagar e receber: 3.1. Capacidade para pagar; 3.2. Capacidade para receber.	Aula expositiva e dialogada.
23/04/2014 19:00 - 22:35	4. Objeto do pagamento e sua prova. Moeda. 5. Lugar e tempo do pagamento: 5.1. Lugar do pagamento; 5.2. Tempo do pagamento; 5.3. Vencimento antecipado.	Aula expositiva e dialogada.
30/04/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1, escrita (questões objetivas e subjetivas), individual, com consulta ao Código Civil, peso 10.	
07/05/2014 19:00 - 22:35	Adimplemento Indireto ou Especial das Obrigações: 1. Pagamento em Consignação; 2. Pagamento com Sub-rogação; 3. Imputação do Pagamento;	Aula expositiva e dialogada.
14/05/2014 19:00 - 22:35	4. Novação; 5. Compensação; 6. Remissão das Dívidas.	Aula expositiva e dialogada.
21/05/2014 19:00 - 22:35	Avaliação para composição da A1 escrita (questões objetivas e subjetivas), individual, com consulta ao Código Civil, peso 10.	
28/05/2014 19:00 - 22:35	Da inexecução das obrigações 1. Da inexecução das obrigações. Responsabilidade contratual: 1.1. Responsabilidade civil 2. Caso fortuito e força maior 2.1. Casos de culpa presumida; 2.2. Responsabilidade objetiva.	Aula expositiva e dialogada.
	2.2. Responsabilidade objetiva. 3. Perdas e Danos; Danos patrimonial e moral. 4. Juros. 5. Cláusula Penal; 4. Direito de Retenção; 5. Arras ou sinal (art. 417 e ss. do CC); Transmissão	Aula expositiva e dialogada.

04/06/2014 19:00 - 22:35	das Obrigações: 1. Cessão de Crédito. 2. Assunção de dívida ou cessão de débito.	
11/06/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1 individual, cumulativa do conteúdo do semestre, com consulta ao CC, com peso 10.	
18/06/2014 19:00 - 22:35	Entrega da A1 abrangente e correção.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação seguirá as disposições do Regimento Interno da Unoesc. A mesma compreenderá aspectos quantitativos e qualitativos do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração a potencialidade individual do acadêmico. As avaliações envolvem métodos disciplinares e interdisciplinares. A A1 será composta de 5 (cinco) avaliações.

- 1) Nota 1: Avaliação para composição da A1, individual, escrita (questões objetivas e discursivas), com consulta ao CC/02, com peso 10.
- 2) Nota 2: Avaliação para composição da A1, individual, escrita (questões objetivas e discursivas), com consulta ao CC/02, com peso 10.
- 3) Nota 3: Avaliação para composição da A1, individual, escrita (questões objetivas e discursivas), com consulta ao CC/02, com peso 10.
- 4) Nota 4: Avaliação para composição da A1, individual, escrita (questões objetivas e discursivas), com consulta ao CC/02, com peso 10.
- 5) Nota 2: Avaliação A1 abrangente, individual, com consulta ao Código Civil 2002, com questões objetivas e discursivas, com atribuição de peso 10.

Observações: Será analisado para composição da nota final do acadêmico o comprometimento do mesmo nas aulas e tarefas solicitadas. A média bimestral será apurada realizando-se a somatória dos valores obtidos no trabalho e na A1 abrangente e nas outras formas de avaliação.

- Exame final, constituído de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, sem consulta.

- Em caso de falta a uma das avaliações (Nota 1 e Nota 2), ficará facultado ao docente, mediante solicitação expressa do acadêmico, aplicar prova escrita ou oral sobre o conteúdo atinente a avaliação em questão.

- Será considerado reprovado o aluno que exceder o limite de faltas correspondente à 25% da carga horária prevista para o componente curricular.

- As faltas somente serão abonadas com o deferimento dos atestados médicos pela coordenação do curso e, somente no caso de reprovação por falta.

- As regras da avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc no artigo 135, "Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros".

- Demais avaliações que forem exigidas pela instituição.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
AZEVEDO, Álvaro Villaça. Curso de direito civil: teoria geral das obrigações. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2011. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2011. MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado. Campinas: Bookseller, 2010.	Básica
NORONHA, Fernando. Direito das obrigações : fundamentos do direito das obrigações, introdução à responsabilidade civil. 2.ed., rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. TEPEDINO, Gustavo. Obrigações : estudos na perspectiva civil - constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. WALD, Arnoldo. Direito Civil : Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos.v.2. São Paulo : Saraiva.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/6
Componente curricular:	10003 - Direito do Trabalho I - Turma: CHADIR-6N
Professor:	221590 - Caren Silva Machado Medeiros
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/1

2 EMENTA

Formação histórica. A disciplina do Direito do Trabalho: caracterização e aspectos comparativos. Fontes normativas. Princípios jurídicos. Interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. Prescrição e decadência. Relação de emprego. Trabalhador urbano e rural. Trabalho temporário. Terceirização. O empregador. Contrato de trabalho: classificação, elementos e tipos de contrato de trabalho e seus efeitos. Obrigações do empregado e do empregador.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito do Trabalho I contribui para a formação curricular mínima exigida legalmente ao Bacharel em Direito, bem como disponibiliza conteúdo para uma ampliada compreensão das particularidades do respectivo ramo do Direito, de forma integrada dentro da Ciência Jurídica, com a necessária compreensão dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender o Direito do Trabalho com base nos princípios, na Constituição Federal, na legislação trabalhista consolidada, nas demais leis infraconstitucionais específicas, nas súmulas e orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Propiciar conhecimento dos aspectos históricos envolvidos na formação da disciplina;
 Estudar os princípios característicos do direito do trabalho;
 Conhecer as fontes normativas, métodos de interpretação e integração do direito do trabalho;
 Estudar o contrato de trabalho, suas características, sujeitos e modalidades;
 Entender o fenômeno da terceirização;
 Conhecer as responsabilidades pelo pagamento das verbas trabalhistas;
 Estudar a onerosidade no contrato de emprego;
 Conhecer as afetações do contrato de emprego;
 Estudar o instituto da cessação contratual, seus procedimentos e institutos correlatos.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
20/02/2014 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino, da docente e dos acadêmicos. Ajustamentos. Histórico. Princípios.	Aula expositivo e dialogada.
27/02/2014 19:00 - 22:35	Princípios. Sujeitos Contrato de Trabalho. Natureza Jurídica do contrato de trabalho. Diferença entre relação de trabalho e relação de emprego.	Aula expositiva e dialogada.
06/03/2014 19:00 - 22:35	Sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. Requisitos do Contrato de Trabalho.	Aula expositiva e dialogada.
13/03/2014 19:00 - 22:35	Características do contrato de trabalho. Classificação do contrato de trabalho. Modalidades de contrato de trabalho por prazo determinado.	Aula expositiva e dialogada.
20/03/2014 19:00 - 22:35	Direitos constitucional do trabalho.	Aula expositiva e dialogada.
27/03/2014 19:00 - 22:35	Apresentação de Trabalhos.	Slides.
TAE	Leitura de texto enviado por e-mail.	Leitura e interpretação.
03/04/2014 19:00 - 22:35	Avaliação individual e sem consulta.	Prova.
10/04/2014 19:00 - 22:35	Remuneração e salário.	Aula expositiva e dialogada.

24/04/2014 19:00 - 22:35	Remuneração e salário. Alteração, interrupção e suspensão do contrato de trabalho. Terceirização.	Aula expositiva e dialogada.
TAE	Jornada de Trabalho. Leitura de texto.	Leitura de texto individual.
08/05/2014 19:00 - 22:35	Resolução de questões.	Aula prática.
15/05/2014 19:00 - 22:35	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. Estabilidade provisória.	Aula expositiva dialogada.
22/05/2014 19:00 - 22:35	Leitura direcionada sobre a obra A Banalização da Injustiça Social.	Leitura e debates.
29/05/2014 19:00 - 22:35	Término do contrato de trabalho.	Aula expositiva e dialogada.
05/06/2014 19:00 - 22:35	Avaliação individual e sem consulta.	Prova.
12/06/2014 19:00 - 22:35	Entrega das avaliações e encontro para os acadêmicos retirarem dúvidas finais sobre o exame.	Correção de provas finais.
TAE	Responder uma questão de forma virtual.	Portal Unoesc.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação global: participação, interesse, respeito, ética, dedicação - Peso 1,0

Apresentação oral e slides: peso 4,0

Mini artigo: peso 5,0 (cinco laudas)

Prova: peso 10,0

Prova: peso 10,0

OBSERVAÇÕES:

Somente serão aplicadas provas atrasadas na hipótese prevista no Regulamento do Curso.

O artigo deve seguir as normas da ABNT e deve ser entregue IMPRETERIVELMENTE no dia 24 de abril. Sob pena de ser atribuída nota zero.

As provas serão realizadas sem consulta a qualquer tipo de material.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CARRION, Valentim. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2012. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de direito do trabalho. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2011.	Básica
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010. GONÇALVES, Gilson. Resumo Prático de Direito do Trabalho. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1999. GUEDES, Carlos Eduardo Paletta. Direito do Trabalho. São Paulo: Fundamento, 2006. SARAIVA, Renato. Direito do Trabalho - Versão Universitária. 5a ed. São Paulo: Método, 2012. JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. A Decadência e a Prescrição no Direito do Trabalho. Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 2003.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/4
Componente curricular:	10001 - Direito Processual Civil I - Turma: CHADIR-4N
Professor:	28983 - Wilson Jair Gerhard
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/1

2 EMENTA

Processo civil, introdução. As partes no processo. O Ministério Público e os auxiliares da justiça. Intervenção de terceiros. Os atos processuais. A formação, suspensão e extinção do processo.

3 JUSTIFICATIVA

O estudo aprofundado do Processo Civil disponibiliza ao acadêmico conhecimentos em que serão aplicados, não só em processos que envolvam matérias cíveis, mas em todos os ramos do direito, inclusive trabalhista, que utiliza subsidiariamente as regras do processo civil. Ademais, o conhecimento formal proporciona uma visão sistêmica do processo, ajudando ao futuro profissional do direito ao desempenho adequado de suas funções.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Fornecer aos acadêmicos noções teóricas gerais a respeito do Direito Processual Civil, fixando noções acerca da teoria geral do processo e proporcionando estudo e conhecimento tocante à Jurisdição e competência, a Ação e ao Processo, como colunas mestras da disciplina, bem como quanto aos atos processuais e condições para sua validade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- fixar com os acadêmicos noções gerais referentes à teoria geral do processo;
- fornecer aos acadêmicos noções introdutórias acerca da disciplina, orientando quanto à importância de conhecer e manusear corretamente o Código de Processo Civil;
- proporcionar aos alunos o conhecimento dos conceitos basilares do processo civil, no tocante à Jurisdição, competência, ação e processo;
- estudar as noções fundamentais acerca do processo, seus sujeitos, atos processuais, bem como sua formação, suspensão e extinção;
- estudar as condições de validade dos atos processuais, bem como os vícios que podem determinar sua nulidade.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
18/02/2014 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino e discussão das metodologias. Iniciação da revisão de teoria geral do processo. A jurisdição - conceito; princípios; estruturação do Poder Judiciário; competências absoluta e relativa.	Aula expositiva e discussão dos temas propostos.
25/02/2014 19:00 - 22:35	Teoria geral do processo - o processo: conceito; princípios aplicáveis (importância do estudo destes princípios); procedimento; normas de processo (eficácia temporal e territorial).	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
11/03/2014 19:00 - 22:35	Teoria geral do processo e a ação: conceito; a ação como direito autônomo e abstrato; as condições da ação; a classificação das ações; a ação de conhecimento; os elementos identificadores da ação.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
18/03/2014 19:00 - 22:35	A Jurisdição e unidade e territorialidade. A inércia da jurisdição. As condições de ação. A ação declaratória e a litigiosidade no curso do processo.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.

22/03/2014 08:00 - 11:30	As partes e legitimidade. Pessoas casadas. Pessoas jurídicas. A formação do litisconsórcio (facultativo e necessário / unitário e simples). A capacidade. A capacidade postulatória e advogado. A substituição das partes e procuradores.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
25/03/2014 19:00 - 22:35	Os direitos e deveres das partes. A litigância de má-fé. O adiantamento das despesas. A verba de sucumbência e despesas e honorários. A fixação dos honorários advocatícios de sucumbência.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
01/04/2014 19:00 - 22:35	A intervenção de terceiros. A assistência. Conceito. Utilidade. Procedimento. A sentença. A oposição. Nova ação por parte do terceiro. Utilidade. Procedimento. A prejudicialidade da sentença. A nomeação a autoria. Utilidade. Procedimento. A sentença em relação ao terceiro.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
08/04/2014 19:00 - 22:35	A intervenção de terceiros. A denúncia da lide. Conceito. Utilidade. Procedimento. A sentença declaratória de regresso. O chamamento ao processo. Conceito. Utilidade. Procedimento. A sentença de declaração da solidariedade.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
15/04/2014 19:00 - 22:35	A participação do Ministério Público no processo civil. Parte e fiscal da lei. Revisão de conteúdos para avaliação.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos. Formulação de problemas para preparação à avaliação.
22/04/2014 19:00 - 22:35	Avaliação.	Aplicação de prova (questões objetivas).
29/04/2014 19:00 - 22:35	O estudo das competências: absoluta e relativa. A competência relativa: principais regras. A conexão e continência. O estudo da incompetência. O conflito de jurisdição: solução.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
06/05/2014 19:00 - 22:35	A atividade do juiz no processo. Princípios. O impedimento e a suspeição. Os atos: sentença, decisão interlocutória e despacho de mero expediente. Os serventuários e os auxiliares da justiça.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos. Devolução da avaliação.
13/05/2014 19:00 - 22:35	Os atos processuais e conceito. Estudo dos principais atos gerais: protocolo, registro, autuação, distribuição. Lugar dos atos processuais. Tempo dos atos processuais.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
20/05/2014 19:00 - 22:35	Os prazos no processo civil. Contagem.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos. Apresentação de problemas envolvendo contagem de prazos.
27/05/2014 19:00 - 22:35	A comunicação dos atos processuais. As cartas: precatória, rogatória e de ordem. A citação: conceito; finalidade; efeitos; formas de realização. As intimações: conceito e finalidade; formas de realização.	Aula expositiva com discussão dos conteúdos propostos.
03/06/2014 19:00 - 22:35	Conteúdo não cadastrado	
10/06/2014 19:00 - 22:35	Avaliação geral.	Aplicação de prova (questões objetivas e subjetivas).
17/06/2014 19:00 - 22:35	Revisão Geral da disciplina - avaliação do semestre. Entrega da prova geral aplicada com correção.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Serão utilizados como critérios para composição das avaliações Parciais e Gerais (com aplicação de provas com questões objetivas e subjetivas), além da avaliação da participação do acadêmico em sala de aula e na realização das atividades propostas com realização extraclasse.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
DOWER, Nelson Godoy Bassil. Direito processual civil . Curso básico. Nelpa edições, São Paulo, 2002.	Básica

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil . Bookseller, Campinas, 1997.	Básica
NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor . Saraiva, São Paulo, 34ª ed., 2003.	Básica
SILVA, Ovídio A. B. Curso de direito processual civil . RT, São Paulo, 3ª ed., 2000.	Básica
THEODORO Júnior, Humberto. Curso de direito processual civil . Forense, Rio de Janeiro, 38ª ed., 2002.	Básica
ALVIN, Arruda. Tratado de direito processual civil . RT, São Paulo, 2ª ed.	Complementar
COSTA, José Rubens. Manual de processo civil . Saraiva, Rio de Janeiro, 1997.	Complementar
FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. Comentários ao Código de Processo Civil . Saraiva, São Paulo.	Complementar
FIGUEIRA Júnior, Joel Dias. Comentários à novíssima reforma do CPC . Forense, Rio de Janeiro, 2002.	Complementar
GRECO Filho, Vicente. Direito processual civil brasileiro . 1º vol., Saraiva, São Paulo, 16ª ed., 2003.	Complementar
GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel e CINTRA, Antônio Carlos Araújo. Teoria geral do processo . Malheiros, São Paulo, 2001.	Complementar
NERY Júnior, Nelson. Princípios do processo civil na Constituição Federal . RT, São Paulo, 7ª ed., 2002.	Complementar
SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil . Saraiva, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1999.	Complementar
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil . Saraiva, Rio de Janeiro, 21ª ed., 1999.	Complementar
WAMBIER, Luiz Rodrigues et alli. Curso avançado de direito processual civil . RT, São Paulo, 4ª ed., 2001.	Complementar
ZAVASKI, Teori. Antecipação da tutela . Saraiva, São Paulo, 1997.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/5
Componente curricular:	10220 - Direito Administrativo II - Turma: CHADIR-5N
Professor:	184375 - Darlea Carine Palma Mattiello
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Responsabilidade civil do Estado; Agentes e servidores públicos; Domínio Público; Intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio público; Responsabilidade fiscal - aspectos destacados.

3 JUSTIFICATIVA

Os conhecimentos obtidos com o estudo do Direito Administrativo permitem ao acadêmico conhecer a Administração Pública e suas relações, analisando os órgãos e entidades administrativas, a Administração e seus agentes, bem como a Administração e seus administrados. Assim, revela-se componente curricular imprescindível na formação do bacharel em Direito que atuará profissionalmente ligado à Administração, especialmente no tange à responsabilização do Estado perante os particulares; aos agentes e servidores públicos, assim como às formas de ingresso na carreira pública; aos bens públicos e nas hipóteses em que o Estado intervém na propriedade privada; e aos aspectos relevantes da responsabilidade fiscal. O conhecimento do Direito Administrativo não possibilita, apenas, a atuação profissional ligada à área pública, mas, também, o exercício da cidadania pelo acadêmico, através de sua participação e fiscalização pessoal, ao compreender seu papel na sociedade.

4 OBJETIVOS

Geral:

- Estudar o Direito Administrativo em alguns aspectos destacados, tais como a responsabilidade civil, a responsabilidade fiscal, os agentes públicos, o domínio público e as hipóteses de intervenção do Estado na propriedade privada.

Específicos:

- Conhecer a normatização aplicável ao Direito Administrativo, inserindo-o no contexto do Direito Público.
- Analisar a responsabilidade civil do Estado, seus conceitos, fundamentos e evolução.
- Estudar os agentes e servidores públicos, em especial o regime jurídico aplicável e formas de ingresso na carreira pública.
- Compreender o domínio público, aprofundando o conhecimento sobre os bens públicos.
- Verificar as possibilidades de intervenção do Estado na propriedade privada e respectivos fundamentos.
- Examinar os aspectos destacados da responsabilidade fiscal, à luz da legislação específica.
- Proporcionar aos acadêmicos um contato com as discussões mais recentes e os tópicos atuais dos temas estudados no componente curricular.
- Promover o debate, aliado às diversas concepções doutrinárias, bem como às determinações legais e constitucionais.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
29/07/2014 19:00 - 22:35	Apresentação da docente e dos discentes. Exposição do Plano de Ensino, esclarecimento das diretrizes para o semestre e das formas de avaliação. Introdução ao tema. Direito Administrativo: natureza, objeto de estudo, sistema brasileiro, a atividade administrativa nas esferas federal, estadual, distrital e municipal. Regime jurídico administrativo. Princípios da Administração Pública.	Aula expositiva e dialogada.
05/08/2014 19:00 - 22:35	Os agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos (estatutários, temporários e empregados públicos), particulares em colaboração com o Poder Público. Acesso a funções, cargos e empregos públicos.	Aula expositiva e dialogada.
12/08/2014 19:00 - 22:35	Servidores públicos: Regime jurídico. Previdência. Formas de provimento. Posse	Aula expositiva e dialogada.

	e exercício. Estágio probatório. Remuneração. Vedação à acumulação de cargos. Direito de greve e à associação sindical. Vacância.	
19/08/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial: resolução de questões.	Avaliação.
26/08/2014 19:00 - 22:35	Responsabilidade civil do Estado: Evolução. Conceito. Fundamentos. Dispositivos constitucionais. Força maior e caso fortuito. Teorias (da culpa administrativa, do risco administrativo e do risco integral).	Aula expositiva e dialogada.
02/09/2014 19:00 - 22:35	Responsabilidade civil do Estado: Ação de reparação de dano. Ação regressiva. Responsabilidade civil, penal, patrimonial e administrativa do agente público.	Aula expositiva e dialogada.
09/09/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial: estudo de caso.	Avaliação.
16/09/2014 19:00 - 22:35	Domínio público: Bens públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios; Administração Indireta). Conceito. Classificação. Atributos.	Aula expositiva e dialogada.
23/09/2014 19:00 - 22:35	Domínio público: Afetação e desafetação. Espécies. Aquisição e alienação. Concessão, permissão e autorização.	Aula expositiva e dialogada.
30/09/2014 19:00 - 22:35	Intervenção do Estado na propriedade privada: conceito, aspectos constitucionais, fundamentos, competência.	Aula expositiva e dialogada.
07/10/2014 19:00 - 22:35	Intervenção do Estado na propriedade privada: desapropriação, requisição administrativa, servidão administrativa, limitações (poder de polícia), ocupação temporária, tombamento.	Aula expositiva e dialogada.
14/10/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial: resolução de questões.	Avaliação.
TAE	Resolução de questões.	Resolução de questões modelo OAB-Enade.
28/10/2014 19:00 - 22:35	O controle da Administração Pública (controles administrativo, legislativo e judicial). Prescrição. Coisa julgada administrativa. Introdução à Lei Complementar n. 101/2000.	Aula expositiva e dialogada.
04/11/2014 19:00 - 22:35	Responsabilidade fiscal: Transparência pública e controle social. A Lei Complementar n. 101/2000. Portais de transparência. Controladoria Geral da União. Formas de responsabilização. Improbidade administrativa.	Aula expositiva e dialogada.
11/11/2014 19:00 - 22:35	Revisão de pontos principais do conteúdo.	Aula expositiva e dialogada, com retomada dos conteúdos.
18/11/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1 abrangente.	Avaliação.
25/11/2014 19:00 - 22:35	Entrega das avaliações. Esclarecimentos de dúvidas.	Esclarecimento de dúvidas.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo continuado e participativo, que se desenvolve ao longo do processo de ensino-aprendizagem e que compreende: (a) capacidade de pesquisa e estudo; (b) participação nas aulas e atividades propostas; (c) criação, elaboração e apresentação de trabalhos; (d) explanação de conhecimento através de provas e questões de avaliação.

Assim, os alunos serão avaliados conforme:

- presença nas aulas - mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;
- participação efetiva durante as aulas (entendendo-se participação efetiva como aquela que contribui com o processo de compreensão e entendimento efetivo do conteúdo discutido);
- postura acadêmica e respeito para com todos em sala de aula;
- avaliações no sistema de provas (presenciais e individuais) e trabalhos (escritos e orais), com resolução de questões objetivas e dissertativas, em grupo e/ou individual;
- uma prova cumulativa, individual, realizada por escrito, contemplando todo o conteúdo trabalhado na disciplina, com questões objetivas e dissertativas, nos termos do Regimento da Unoesc.

OBSERVAÇÕES:

- cópias textuais que configurem plágio e trabalhos idênticos e/ou similares não serão avaliados, sendo atribuída nota zero ao(s) acadêmico(s) incidente(s) na falta;
- as atividades propostas deverão ser realizadas com comprometimento e seriedade, bem como entregues conforme estipulado no Plano de Ensino e em sala de aula pela professora, nas datas previamente agendadas;
- sob pena de descontos nas notas, as atividades e provas escritas deverão seguir as regras gramaticais, coesão e coerência nos textos ou respostas, sendo avaliados a correção técnica da resposta, o raciocínio lógico e o poder de síntese do acadêmico;
- nas questões objetivas, haverá apenas uma assertiva correta (em caso de marcação dúlice ou rasura a questão será considerada errada);
- atividades orais (apresentações) deverão obedecer as regras de conduta, postura e oratória;
- somente haverá recuperação de nota(s) - referentes a prova(s) ou trabalho(s) não entregue(s) tempestivamente - na modalidade de prova oral, em data a ser designada pela professora (preferencialmente, na aula seguinte àquela da avaliação não realizada), não sendo recebidos posteriormente eventuais trabalhos não entregues ou provas não realizadas nas datas previamente estipuladas;
- as atividades escritas somente serão aceitas quando entregues em cópia física (não serão aceitas via e-mail, tampouco por intermédio

de secretárias de curso ou quaisquer outros funcionários da Instituição);

- alunos que excederem os 25% (vinte e cinco por cento) de faltas serão reprovados por falta, independentemente de terem obtido média/nota para aprovação;

- quanto aos atestados: seguir os prazos e formalidades do Regimento Institucional, ressaltando-se que não exigem o acadêmico de realizar as atividades propostas e provas;

- é responsabilidade do aluno, em caso de atestado e/ou falta, contatar a professora (via e-mail ou pessoalmente) para tomar ciência das atividades/provas perdidas, sob pena de zerar na atividade/avaliação;

- é responsabilidade do aluno, igualmente, em caso de atestado e/ou falta, contar a coordenação do curso para a formalização de eventuais requerimentos (p. ex., protocolo de atestado e requerimento de A1 fora do prazo);

- atentar para formalidades e prazos em geral, sob pena de falta de nota e/ou consequente reprovação;

- eventuais considerações e diretrizes sobre o componente curricular serão repassadas e discutidas em sala de aula, independente do quórum de presenças, constituindo-se dever do acadêmico faltante informar-se com os demais colegas sobre comunicados repassados durante o período de aula;

- os acadêmicos que atingirem média 7,0 na prova preparatória para OAB/Enade, a ser aplicada conforme critérios da instituição, em data a ser previamente agendada e comunicada durante o semestre letivo, receberão bônus de 1,0 (um) ponto em uma das avaliações parciais;

- data provável para realização da avaliação A2: 02/12/2014.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.	Básica
GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	Básica
MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 15ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.	Básica
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 37ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.	Básica
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.	Básica
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vidente. Direito Administrativo Descomplicado. 21ª ed., rev. e atual. São Paulo: Método, 2013.	Complementar
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.	Complementar
FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.	Complementar
MUKAI, Toshio. Direito Administrativo Sistematizado. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/6
Componente curricular:	11449 - Direito da Criança e do Adolescente - Turma: CHADIR-6NA
Professor:	28533 - Claudia Cinara Locateli
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente. Direitos Fundamentais e o Princípio do Melhor Interesse da Criança e ao Adolescente. Prevenção e Políticas de Atendimento. Procedimentos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Medidas de Proteção. Ato Infracional.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular Direito da Criança e Adolescente propicia uma formação centrada no novo ramo do Direito, que teve como marco a Constituição Federal de 1988, se filiou a Doutrina da Proteção Integral, e foi regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Justifica-se o estudo pela necessidade de compreender a estrutura legislativa protetiva, fazendo jus a um direito diferenciado, pela sua condição de pessoa em condição especial de desenvolvimento. Denota relevância social e jurídica, caracteriza-se essencialmente pela interdisciplinaridade, uma vez que se edifica a partir das premissas dos Tratados e Convenções Internacionais, perpassa por todas as áreas do Direito, tendo ainda relação com a Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Sociologia, Criminologia, dentre outras.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar, através de uma postura reflexiva e crítica, a importância e significado da Doutrina da Proteção Integral para a criança e adolescente, afastando-se da tendência dogmática penal, pois trata-se de direito especial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Equacionar problemas ligados ao Direito da Criança e do Adolescente sob a perspectiva constitucional.
- Pesquisar legislação, jurisprudência e doutrina a respeito dos diversos conteúdos do Direito da Criança e do Adolescente.
- Utilizar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica visando efetiva proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.
- Debater temas ligados ao componente curricular divulgados pela mídia.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
08/12/2014 19:00 - 22:35	Apresentação do Plano de Ensino. Módulo I - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA HISTÓRIA 1 A infância e a adolescência: aspectos evolutivos 2 Tratados e Convenções Internacionais 3 A infância e adolescência no Brasil 4 Tutela Jurídica da Infância e Adolescência: direito em construção - Código de Menores (Mello Mattos 1927) - Código de Menores (1979) Doutrina da Situação Irregular - Estatuto da Criança e do Adolescente - Doutrina da Proteção Integral	Aula expositiva dialogada.
09/12/2014 19:00 - 22:35	Módulo II - A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL - Conceito e aplicação prática do preceito fundamental DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE - Direito à vida, saúde, integridade, lazer, educação, etc - Análise de julgados acerca da aplicação dos direitos	Aula expositiva dialogada e avaliação.

	fundamentais e sua prioridade	
10/12/2014 19:00 - 22:35	Módulo III - DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR - Família natural, ampliada e substituta - Guarda, tutela e adoção - Análise das alterações trazidas pela Lei 12.010/2009 Avaliação A1 - Trabalho	Aula expositiva dialogada. Avaliação
11/12/2014 19:00 - 22:35	Módulo V - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. -O ato infracional - A responsabilização do adolescente. - Procedimento de apuração Trabalho avaliativo A1.2	Aula expositiva dialogada.
12/12/2014 19:00 - 22:35	Módulo VI - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS. - Medidas preventivas - Crimes - Infrações administrativas. - Políticas Públicas de atendimento e rede de proteção - Entidades de atendimento: Conselhos de direitos, Conselho tutelar, entre outros	Aula expositiva
15/12/2014 19:00 - 22:35	Módulo VII Estudo da Lei 12.594/2012 - Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas.	Estudo de caso.
16/12/2014 19:00 - 22:35	Prova A1	Prova expansiva, sem consulta.
17/12/2014 19:00 - 22:35	Atividade relacionada as políticas públicas implementadas pelo CONANDA e pelo SINASE.	Atividade extraclasse.
18/12/2014 19:00 - 22:35	Devolução avaliações, correção e encerramento do componente curricular	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliações escritas A1 e A2, conforme regulamento da UNOESC.

A1 - Para formar a média de A1, o aluno será submetido a dois trabalhos que serão realizados em sala e uma prova final expansiva. A prova final será elaborada com questões objetivas e dissertativas e o aluno não poderá consultar a legislação. Além disto, será considerada para formar média de A1, a participação do aluno em sala e o comprometimento com a pesquisa e temáticas propostas para os debates.

A2 - A prova conterá questões objetivas e dissertativas e não será possível consultar a legislação.

Caso o aluno não realizar uma das avaliações, deverá submeter-se avaliação oral, em época especial.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CURY, Munir (coord). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado – Comentários Jurídicos e Sociais. São Paulo: Malheiros.	Básica
ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente - Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2004.	
LIBERATI, Wilson Donizeti. Adolescente e ato infracional: medica sócio-educativa é pena?. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.	
PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	Complementar
PEREIRA, Tânia da Silva (Org.). O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar. São Paulo: Renovar, 2010.	
ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. Estatuto da Criança e Adolescente Comentado artigo por artigo. São Paulo: RT, 2012.	
VERONESE. Interesses Difusos e o Estatuto da Criança e Adolescente. Ed. Del Rey, 2010	

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	10006 - Direito do Trabalho II - Turma: CHADIR-7N
Professor:	248312 - Elizabete Geremias
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Noções introdutórias. Normas gerais de tutela do trabalho. Normas especiais de tutela do trabalho. Relações coletivas de trabalho. Relações laborais no Mercosul.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito do Trabalho II tem sua importância vinculada a oportunizar ao acadêmico o conhecimento das instituições básicas das normas do direito coletivo. Visa trazer um aprimoramento na teoria para a aquisição de conhecimentos sobre os institutos jurídicos do direito trabalhista coletivo, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma consciência objetiva e crítica, possibilitando ao acadêmico desenvolver as aptidões profissionais indispensáveis ao exercício da profissão, culminando na capacidade de aplicar o conhecimento adquirido para promover o avanço e melhoria nas relações capital-trabalho.

4 OBJETIVOS

A disciplina traz como objetivos proporcionar aos alunos conhecimento específico nas relações coletivas, desde a parte histórica até a atualidade, salientando sua importância na pacificação dos conflitos entre o capital e o trabalho. Visa ainda apresentar e desenvolver as particularidades da tutela nas relações laborais trabalhistas de cunho coletivo, de forma a permitir que os alunos adquiram conhecimentos sólidos e suficientes à atuação na Justiça Especializada do Trabalho, a qualquer título.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
01/08/2014 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino. Introdução as normas gerais e especiais da tutela do trabalho	Apresentação do Plano de Ensino. Aula expositiva/dialogada.
08/08/2014 19:00 - 22:35	Direito coletivo do trabalho. Denominação. Conceito. Divisão. Histórico.	Aula expositiva/dialogada. Exercícios de fixação.
15/08/2014 19:00 - 22:35	Liberdade e Organização Sindical. Noções históricas. Estrutura. Garantias. Classificação. Liberdade sindical. Autonomia.	Aula expositiva/dialogada. Exercícios de fixação.
22/08/2014 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva/ dialogada. Exercícios de fixação.
29/08/2014 19:00 - 22:35	Órgãos Sindicais e Organização Sindical. Noções históricas. Estrutura.	Aula expositiva/ dialogada. Exercícios de fixação.
05/09/2014 19:00 - 22:35	A Legislação sindical no Brasil e a Representação dos trabalhadores nas empresas. Inquérito para Apuração de falta grave.	Aula expositiva/ dialogada. Elaboração de peça trabalhista: Inquérito para apuração de falta grave.
12/09/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1/01.	Avaliação A1/01.
19/09/2014 19:00 - 22:35	Negociação Coletiva. Histórico. Características. Princípios. Competência para resolução.	Aula expositiva/ dialogada. Entrega e correção da avaliação.
26/09/2014 19:00 - 22:35	Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho. Definição. Natureza jurídica. Sujeitos. Conteúdo. Requisitos. Vigência.	Aula expositiva/ dialogada. Exercícios de fixação.
	Contrato Coletivo de Trabalho. Definição legal.	Aula expositiva/ dialogada. Exercícios

03/10/2014 19:00 - 22:35	Vigência. Aplicação.	de fixação.
10/10/2014 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva/ dialogada. Exercícios de fixação.
17/10/2014 19:00 - 22:35	Avaliação de A2/02.	A2/02.
24/10/2014 19:00 - 22:35	Semana Acadêmica do Curso.	Semana Acadêmica do Curso.
31/10/2014 19:00 - 22:35	Dissídios Coletivos. Instauração e Processamento. Sentença. Ação de Cumprimento do instrumento normativo. Greve. natureza jurídica. legitimidade. classificação. limitação.	Aula expositiva/ dialogada. Entrega e correção da avaliação.
07/11/2014 19:00 - 22:35	O Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho no Brasil e no mundo.	Aula expositiva/ dialogada. Exercícios de fixação.
14/11/2014 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva/ dialogada. Exercícios de fixação.
21/11/2014 19:00 - 22:35	Avaliação A1/03 (abrangente).	Avaliação A1/03 (abrangente).
28/11/2014 19:00 - 22:35	Entrega e correção da avaliação.	Entrega e correção da avaliação.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas na forma individual, por meio de realização de provas obrigatórias (A1). Para composição da (A1), haverá a realização de 3 (três) provas (A1/01, A1/02 e A1/03/abrangente). As avaliações terão questões objetivas e dissertativas.

As avaliações de A1 (A1/01, A1/02 e A1/03) terão peso 10 (dez) cada uma, conforme as datas agendadas no cronograma acima.

A A1/01 será com consulta tão somente a legislação seca (CF, CLT).

A A1/02 será com consulta tão somente a legislação seca (CF, CLT).

A1/03 será abrangente e sem consulta a qualquer legislação, material de apoio.

A A2 será de todo o conteúdo e sem consulta a qualquer material.

A nota A1, será calculada através da média aritmética entre as avaliações A1/01, A1/02 e A1/03. Se for necessário, haverá a avaliação (A2), para aqueles que não atingirem a média suficiente para aprovação de igual ou superior a 7,0 (sete), conforme regimento interno da UNOESC.

08/10/2014- Prova preparatório OAB/ENADE - observação: Os alunos que atingirem média 7,0 receberão bônus de 1,0 (um ponto) em uma das avaliações parciais, a critério do professor.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
<p>Bibliografia</p> <p>FREITAS JR, Antônio Rodrigues de. Sindicato: Domesticação e Ruptura. São Paulo: Departamento Editorial OAB-SP, 1989.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. 29ª ed. São Paulo: LTr, 2003.</p> <p>RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários à CLT. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990, v. I e II.</p> <p>SÜSSEKIND, A; MARANHÃO, D; VIANA, S; TEIXEIRA, L; Instituições de Direito do Trabalho. 18ª ed. São Paulo: LTR, 1999, v. I e II.</p> <p>WOLKMER, A. C. Fundamentos da História do Direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.</p>	Básica
<p>CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. Comentários à consolidação das leis do trabalho : Legislação complementar / Jurisprudência. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>CLT - Consolidação das Leis do Trabalho</p> <p>FREITAS JR, Antônio Rodrigues de. Sindicato: Domesticação e Ruptura. São Paulo: Departamento Editorial OAB-SP, 1989.</p>	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	11454 - Direito Penal V - Turma: CHADIR-7N
Professor:	209809 - Julio Cesar Pozo da Fonseca
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Dos Crimes definidos em legislação especial (Imprensa, Eleitorais, Falimentares, Telecomunicações, Responsabilidade, Antitóxicos, Militares, Menores, Hediondos, Organizados e outros).

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular apresenta significativa relevância na sistemática contemporânea do Direito Penal brasileiro. A previsão de figuras típicas fora da Parte Especial do Código Penal, em leis especialmente editadas para esgotar a disciplina de determinados tipos de delitos, representa um desafio aos profissionais com atuação na seara criminal. O conhecimento desses microsistemas normativos - como crimes de imprensa, eleitorais, falimentares, antidrogas e assim por diante - apresenta-se como uma ferramenta indispensável para o operador do Direito Penal.

4 OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS:

Fornecer ao profissional em formação uma visão do atual panorama do Direito Penal brasileiro, preparando-o para atuar nos diversos campos do ordenamento jurídico-penal, disperso em vários microsistemas normativos, para além das fronteiras da Parte Especial do Código Penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Oferecer uma visão aprofundada das diversas leis especiais em vigor, mediante estudo detalhado de cada microsistema jurídico-penal, a fim de preparar o profissional em formação para atuar dentro das especificidades de cada legislação estudada.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
02/10/2014 19:00 - 22:35	Aula inaugural do semestre Apresentação da disciplina Novos direitos conceituação dos direitos transindividuais	Aula expositiva do atual panorama do ordenamento jurídico-penal brasileiro e o entendimento da legislação especial e os novos direitos, para efeitos da defesa do direito coletivo
09/10/2014 19:00 - 22:35	Direito Preprocessual Coletivo: Ação Civil Pública, Ação Coletiva, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo, Ação de Improbidade Administrativa	Aula expositiva dos aspectos legal da aplicação do direito coletivo para a garantia da Legislação Penal Especial: Lei 7.347/85, Lei 8078/90, LEI Nº 4.717/65,
TAE	TAE	Trabalho de pesquisa versando sobre a legislação penal especial e outras
23/10/2014 19:00 - 22:35	Lei nº 8.072/1990 - Lei dos crimes Hediondos Lei 10671/2003 - Estatuto do Torcedor	Apresentação dos trabalhos, discussão dos crimes
30/10/2014 19:00 - 22:35	Lei nº 9.455/1997 - Lei de Tortura. Lei nº 10.826/2003 - Estatuto do desarmamento	Apresentação dos trabalhos Discussão dos crimes previstos
06/11/2014 19:00 - 22:35	Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro Lei nº 9.099/1995 - Juizados especiais cíveis e criminais	Apresentação dos trabalhos Discussão sobre os crimes previstos
13/11/2014 19:00 - 22:35	Lei 11.340/06 - Violência doméstica e familiar contra a mulher Leis 4.737/65 E 9.504/97 - Código Eleitoral	Apresentação dos trabalhos discussão dos crimes previstos
20/11/2014 19:00 - 22:35	Revisão do conteúdo trabalhado Execução de pesquisa sobre Direito Penal Militar	Aula expositiva e pesquisa

27/11/2014 19:00 - 22:35	Avaliação Final Escrita	Avaliação escrita, de conteúdo abrangente (todo o conteúdo trabalhado), com questões objetivas e questões dissertativas
--------------------------	-------------------------	---

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será desenvolvida obedecendo aos critérios definidos no Regimento da Unoesc, em relação ao rendimento acadêmico, assiduidade, grau de aplicação nos estudos e resultados obtidos mediante avaliações de aprendizagem aplicadas pelo professor.

Estratégias:

- Trabalhos desenvolvidos em sala de aula, apresentação e debates. (Respeitando o cronograma da disciplina);
- Participação e presença nas aulas;
- Provas escritas parciais;
- Prova A1 Abrangente;

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
Acervo 573467 - TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. xvi, 362 p. ISBN 8502007858.	Básica
Acervo 625190 - EL TASSE, Adel; GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogerio Sanches. Legislação criminal especial. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1275 p.	Básica
Acervo 643953 - NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 7. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 2v. ISBN 9788520346723(v.1).	Básica
Acervo 114091 - NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Leis especiais: aspectos penais, antitóxicos, abuso de autoridade, crimes hediondos, crimes culposos, economia popular, falimentar, propriedade material e imaterial, responsabilidade dos prefeitos.. 4. ed., rev. atual. aum. São Paulo: LEUD, 1993. 343 p.	Complementar
Acervo 166860 - RAMAYANA, Marcos. Leis penais especiais comentadas. Niterói, RJ: Impetus, 2007. 302 p. ; ISBN 9788576261988	Complementar
Acervo 615564 - RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto. Leis penais: especiais comentadas. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010. 127p. ISBN 9788578741037	Complementar
Acervo 632538 - FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza. Doutrinas essenciais direito penal: leis penais especiais I . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1022 p. (Edições Especiais Revista dos Tribunais - 100 anos ; 7) ISBN 9788520337899.	Complementar
Acervo 632633 - FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza. Doutrinas essenciais direito penal: leis penais especiais II. 1387 (Edições Especiais Revista dos Tribunais - 100 anos ; 8) ISBN 9788520337905.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/5
Componente curricular:	10005 - Direito Processual Civil II - Turma: CHADIR-5N
Professor:	259677 - Karinne Emanoela Goettems dos Santos
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Do processo e do procedimento e tipos. Tutela antecipatória. Procedimento sumário. Demanda e resposta do réu. Declaratória incidental. Saneamento. Prova. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Coisa julgada. Do processo nos Tribunais. Dos recursos.

3 JUSTIFICATIVA

O estudo do processo de cognição e dos diferentes ritos que o compõem é de fundamental importância para a formação do bacharel em direito na área cível. Da petição inicial aos recursos cíveis, a disciplina perpassa pelo processo de conhecimento, dando ênfase às principais alterações processuais, promovidas a partir da EC45/2004, rumo o novo Código de Processo Civil.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral.

Estudar o processo de conhecimento e os diferentes ritos processuais, previstos no Código de Processo Civil, a partir da petição inicial.

Objetivos Específicos.

- Explorar os Procedimentos Ordinário, Sumário e dos Juizados Especiais.
- Expor a Teoria Geral das Provas Cíveis.
- Expor a Teoria Geral dos Recursos no Processo Civil e os recursos em espécie.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
30/07/2014 19:00 - 22:35	- Recuperação dos elementos da teoria geral do processo civil - Exposição do cenário do Poder Judiciário na atualidade - Preparação para as aulas seguintes.	Aula expositiva e dialogada.
06/08/2014 19:00 - 22:35	A demanda. Petição Inicial. Citação.	Aula expositiva e dialogada. Estudo de caso.
13/08/2014 19:00 - 22:35	Da resposta do réu (contestação, reconvenção, exceções e impugnações)	Aula expositiva e dialogada. Estudo de caso.
20/08/2014 19:00 - 22:35	Da resposta do réu (contestação, reconvenção, exceções e impugnações) ADI	Aula expositiva e dialogada. Estudo de caso.
27/08/2014 19:00 - 22:35	Saneamento. Julgamento Antecipado.	Aula expositiva e dialogada. Estudo de caso.
03/09/2014 19:00 - 22:35	Fase instrutória. Espécies de prova.	Aula expositiva e dialogada. Estudo de caso.
10/09/2014 19:00 - 22:35	TAE	Treinamento com 30 questões.
17/09/2014 19:00 - 22:35	Rito Sumário. Juizados.	Aula expositiva e dialogada. Estudos de caso.
24/09/2014 19:00 - 22:35	Avaliação parcial: trabalho em grupo com pesquisa para resolução de estudos de caso. Não será permitido mo uso de computador.	Avaliação
01/10/2014 19:00 - 22:35	Alegações Finais. Sentença. Coisa Julgada.	Aula expositiva e dialogada. Estudo de caso.
08/10/2014 19:00 - 22:35	Teoria Geral dos Recursos - parte 1	Aula Expositiva e dialogada. Estudo de caso.
18/10/2014 08:00 - 11:30	Teoria Geral dos Recursos - parte 2	Resolução de exercícios.

22/10/2014 19:00 - 22:35	Semana Acadêmica.	Relato síntese de uma palestra à escolha do aluno.
29/10/2014 19:00 - 22:35	Apelação e Embargos de Declaração.	Aula Expositiva e dialogada. Estudo de caso.
05/11/2014 19:00 - 22:35	Agravos e Embargos Infringentes. Recurso Ordinário.	Aula Expositiva e dialogada. Estudo de caso.
12/11/2014 19:00 - 22:35	Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Embargos de Divergência.	Aula Expositiva e dialogada. Estudo de caso.
19/11/2014 19:00 - 22:35	A1 Abrangente.	Avaliação.
26/11/2014 19:00 - 22:35	Correção da Prova. Fechamento do semestre.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A média de A1 será composta:

- a) Avaliação Parcial: um trabalho para resolução de exercícios em grupo e com pesquisa, sendo vedado o uso de computador, com peso 10,0.
- b) Acréscimo de 1,0 sobre a A1 parcial, para os alunos participantes da Prova Preparatória ENADE/OAB, cuja média de acertos for igual ou superior a 70%.
- b) TAE referente à Semana Acadêmica: acréscimo de 0,5 sobre a A1 abrangente.
- c) A1 abrangente, com questões objetivas e dissertativas, cada uma com peso 10,0.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
THEODORO JR. Humberto. Curso de Processo Civil. 6. ed. São Paulo: RT. WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. 6. ed., São Paulo: RT. CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. São Paulo, Atlas.	Básica
NERY JR, Nelson. Teoria Geral dos Recursos. 7. ed. São Paulo: RT, 2014. MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. 29.ed. São Paulo: Forense, 2012. MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela Inibitória. São Paulo: RT, 2009. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 5. ed. São Paulo: Editora Método, 2013. DONIZETI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo, Atlas.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	11977 - Direito Processual Penal I - Turma: CHADIR-7N
Professor:	45870 - Julivan Augusto Negrini
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Do Processo Penal. Da norma processual. Da persecução criminal. Da fase policial (inquérito policial e termo circunstanciado). Da ação penal. Da ação penal pública. Ação penal privada. Da jurisdição. Da competência. Questões e processos incidentes. Exceções. Conflitos. Ação civil ex-delicto."

3 JUSTIFICATIVA

Esta disciplina, bem como a metodologia adotada, têm a função de proporcionar ao acadêmico uma noção teoria e prática das normas procedimentais concernentes ao Processo Penal, possibilitando que aquele possa interpretá-las de forma correta e aplicá-las aos casos concretos quando do exercício de sua atividade profissional. Possui fundamental importância, pois possibilitará que o acadêmico possa dar efetividade as normas do Direito Material quando da instauração de uma relação jurídica processual.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Possibilitar ao aluno a compreensão das normas instrumentais do Processo Penal no que diz respeito ao procedimento investigatório e judicial, para que o mesmo tenha condições de atuar de forma correta e segura em uma lide de natureza penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oportunizar o conhecimento acerca das origens do processo penal e sua transformação no tempo até os dias atuais;
- Evidenciar a estreita relação do processo penal com as normas constitucionais, em especial, no que diz respeito aos Princípios Constitucionais Penais.
- Mostrar ao aluno as formas de aplicação e interpretação da lei processual penal no tempo e no espaço;
- Analisar as regras relacionadas aos procedimentos investigatórios e judiciais (ação penal), elucidando as principais características de cada um, formas de instauração e procedibilidade, conforme a espécie de crime a ser julgado;
- Estabelecer os critérios para a definição da competência do julgamento dos processos penais;
- Indicar ao aluno os meios e as medidas adequadas quando ocorrência de qualquer incidente dentro do processo penal;

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
28/07/2014 19:00 - 22:35	Apresentação do Plano de Ensino. Considerações preliminares: Direito processual penal e a Constituição de 1988. Da persecução Penal.	Aula expositiva.
04/08/2014 19:00 - 22:35	Estudo acerca dos Princípios Constitucionais do Processo Penal.	Aula expositiva.
11/08/2014 19:00 - 22:35	Princípios do Processo Penal (continuação). Estudo da norma penal (fontes, aplicação da lei no tempo e espaço e meios de integração da lei processual penal)	Aula expositiva.
18/08/2014 19:00 - 22:35	Inquérito policial: Noções preliminares: Sistemas processuais de investigação. Competência. Princípios Informadores. Atribuições da autoridade policial.	Aula expositiva.
30/08/2014 08:00 - 11:30	TAE	
01/09/2014 19:00 - 22:35	Inquérito Policial: Prazos. Formas de procedibilidade. Encerramento do inquérito. Termo circunstanciado.	Aula Expositiva e distribuição de questões para fins de revisão de conteúdo.
08/09/2014 19:00 - 22:35	Avaliação escrita A1/1 - Peso: 10 pontos.	Prova escrita, individual e sem consulta.

15/09/2014 19:00 - 22:35	Ação Penal: Considerações preliminares, princípios informadores e causas de rejeição da ação penal.	Aula expositiva.
22/09/2014 19:00 - 22:35	Estudo acerca da Ação Penal Pública (Incondicionada e Condicionada).	Aula expositiva.
29/09/2014 19:00 - 22:35	Estudo acerca da Ação Penal Privada e causas de extinção da punibilidade.	Aula expositiva e distribuição de exercícios para revisão de conteúdo.
06/10/2014 19:00 - 22:35	Jurisdição e Competência: Critérios gerais para a fixação da competência. Justiça Comum e Especial. Casos de prerrogativa de função.	Aula expositiva com apresentação de slides
13/10/2014 19:00 - 22:35	Da competência em razão do território. Da conexão e continência	Aula expositiva com apresentação de slides.
TAE	TAE - Semana Acadêmica.	
27/10/2014 19:00 - 22:35	Avaliação escrita A1/2 - Peso 10,0 pontos.	Prova escrita, individual e sem consulta.
03/11/2014 19:00 - 22:35	Questões e Processos Incidentes: Questões prejudiciais e Exceções.	Aula expositiva.
10/11/2014 19:00 - 22:35	Questões prejudiciais e Processos Incidentes.	Aula expositiva.
17/11/2014 19:00 - 22:35	Avaliação escrita A1/3 - Peso: 10,0 pontos (abrangente).	Prova escrita, individual e sem consulta.
24/11/2014 19:00 - 22:35	Revisão das avaliações realizadas e trabalhos em grupo envolvendo o conteúdo estudado.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

a) A avaliação do aluno (nota A1) será feita da seguinte forma:

Pela realização de três provas escritas, individuais e sem consulta, com considerável nível de dificuldade (podendo envolver questões de concursos públicos, OAB e ENADE) e formadas por questões objetivas e dissertativas (provas mistas). As referidas provas terão a seguinte distribuição de notas:

- 1) **Avaliação "A1/1"**, composta por uma prova escrita, com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado até a data da prova;
- 2) **Avaliação "A1/2"**, composta por uma prova escrita, com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado a partir da primeira avaliação, até a data da prova;
- 3) **Avaliação "A1/3"**, composta por uma prova escrita com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado durante o semestre (abrangente).

Observações:

- Após realizadas as avaliações, conforme descrito acima, as notas obtidas serão somadas e divididas pelo fator "3" (três), alcançando-se, assim, a nota A1.
- As provas serão realizadas nas datas mencionadas no cronograma acima e terão o tempo de duração máximo de 2 (duas) horas. Durante a sua realização não será permitida a saída do aluno, com posterior retorno e, ainda, será vedado o empréstimo de materiais e o uso de objetos eletrônicos.
- Será acrescido, na nota de uma das avaliações, 1,0 (um) ponto para os acadêmicos que participarem do simulado em preparação para a prova do ENADE, organizado pela universidade, e que atingirem nota igual ou superior a 7,0 no referido simulado.

b) A avaliação A2 será realizada conforme as determinadas previstas no regimento e projeto pedagógico do curso.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
BONFIM, Edison Mougenot. Curso de Processo Penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	Básica
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.	Básica
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2013.	Básica
AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo Penal Esquemático. 6. ed. Editora Método, 2013.	Complementar
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar
LOPES JR, Aury. Investigação Preliminar no Processo Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	Complementar
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.	Complementar
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/5
Componente curricular:	11446 - Teoria Geral do Direito Contratual - Turma: CHADIR-5N
Professor:	238829 - Juliana Gallina
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2014/2

2 EMENTA

Teoria Geral dos Contratos. Formação. Interpretação. A crise da autonomia da vontade. A boa-fé objetiva. Efeitos. Classificação. Extinção da relação contratual.

3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se a importância do estudo da Teoria Geral dos contratos para os acadêmicos do curso de Direito, uma vez que no seu dia a dia não somente como alunos mas, principalmente, como cidadãos celebram, muitas vezes sem perceber, inúmeros contratos. Na sociedade contemporânea, graças à enorme velocidade do tráfego de informações e, conseqüentemente, de relações jurídicas, os contratos, vale dizer, criações subjetivas de relações capazes de gerar deveres e direitos, tomam importância gigantesca, na medida em que se faz necessária rapidez nas negociações, sem, contudo, esquecer-se de dar aos contratantes a segurança pactual, afinal, não se pode, nos dias atuais, admitir que os princípios jurídicos afetos à função social, à boa-fé e à capacidade de se aplicar o Direito conforme as características do caso concreto sejam esquecidos em detrimento de uma retrógrada e absurda liberdade de contratar ilimitada. Ademais, é de extrema importância que o discente perceba que o contrato não pode ser mais encarado da mesma forma que o era quando da plenitude do liberalismo, mas sim sob o enfoque de uma solidariedade social que prestigie a efetiva manifestação da vontade, com prestígio à boa-fé e à equivalência material das partes, realizando o macrop princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, pois o contrato é instrumento a serviço da sociedade, e não é a sociedade que deve se submeter, de forma absoluta e axiologicamente deplorável, aos abusos dos que se valem do contrato para impor o seu poder. Com a efetivação da função social dos contratos ocorreu um rompimento com o individualismo contratual que preconizava a existência do contrato em uma esfera individual quase íntima, portanto intangível e adota uma concepção de institucionalização do contrato. O contrato além de ser um instrumento individual é um instrumento social de harmonização das relações individuais. Contratar não é simplesmente uma mera opção pessoal mas uma imposição social no sentido de que os indivíduos são seres dotados de necessidades vitais e o contrato é o principal meio pacífico e institucionalizado de produção, distribuição e acesso a bens. A contratação acompanha, assim, em uma sociedade civilizada, todo o processo econômico. Assim, a razão de atribuição do direito contratual a seu titular não pode ser compreendida simplesmente pela ideia de satisfação de seus interesses individuais mas também como instrumento de satisfação de interesses sociais de utilização, preservação e conservação do contrato enquanto instrumento social de satisfação de necessidades individuais, daí a obrigatoriedade, e para entender essa dinâmica se faz, portanto, imprescindível o estudo do presente componente curricular que traz os conceitos basilares, que devem ser apreendidos, do instituto do contrato na contemporaneidade.

4 OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Proporcionar ao discente análise crítico-reflexiva da teoria geral dos contratos, procurando destacar o papel do contrato como instrumento de realização da autonomia privada e da circulação de riquezas, como figura imprescindível à realização dos interesses humanos que deve, a fim de observar a dignidade da pessoa humana, atender a uma função social.
- Buscar o domínio da teoria geral, para que possa, então, aplicá-la aos casos concretos, sabendo identificar os pontos em que a jurisprudência vem lidando com casos difíceis, em que os princípios da teoria contratual são chamados a atuar.

Objetivos Específicos

- Oferecer ao aluno é a oportunidade de conhecer as linhas mestras que guiaram a doutrina, a jurisprudência e o legislador na construção da matéria sob análise.
- Apresentar ao discente as funções econômicas e sociais dos Contratos;
- Proporcionar a compreensão do regime jurídico dos contratos como fontes criadoras de direitos e deveres jurídicos;
- Fomentar a análise crítico-reflexiva do Direito Privado, como instrumento de realização da pessoa humana;
- Procurar desenvolver as capacidades argumentativas do discente, tanto verbais quanto escritas;
- Procurar estimular no aluno postura e consciência ética para o futuro exercício profissional e a compreensão do Direito como um instrumento de transformação social.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
02/08/2014 08:00 - 11:30	Apresentação do plano de ensino. Teoria Geral dos Contratos. Conceito clássico e contemporâneo. A suposta Crise dos Contratos. Tese do diálogo das fontes. Elementos Constitutivos (A Escada Ponteaana).	Aula expositiva e dialogada. Exercícios ao final.
09/08/2014 08:00 - 11:30	Principais Classificações contratuais. Os Princípios Contratuais no Código Civil de 2002. O Contrato na Perspectiva Constitucional. Princípio da Autonomia Privada. Princípio da Função Social. Princípio da Força Obrigatória dos Contratos. Princípio da Boa-fé objetiva. Princípio da Relatividade dos Efeitos Contratuais.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios ao final.
16/08/2014 08:00 - 11:30	Formação dos Contratos pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios ao final.
23/08/2014 08:00 - 11:30	Primeira Parte da Aula - Revisão do conteúdo Segunda Parte da Aula - Avaliação A1.1.	Avaliação parcial individual e sem consulta.
30/08/2014 08:00 - 11:30	Primeira parte da aula: Correção da Avaliação. Segunda parte da aula: revisão judicial dos contratos pelo código civil e pelo código de defesa do consumidor	Aula expositiva e dialogada. Exercícios ao final.
06/09/2014 08:00 - 11:30	Efeitos dos Contratos - Os vícios redibitórios, os vícios do produto e a evicção.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios ao final.
13/09/2014 08:00 - 11:30	Extinção dos Contratos.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios ao final.
20/09/2014 08:00 - 11:30	Primeira Parte da Aula: Revisão do Conteúdo Segunda Parte da Aula: Avaliação Abrangente.	Avaliação Abrangente nos moldes da Instituição.
27/09/2014 08:00 - 11:30	Entrega e Correção da Avaliação Abrangente.	Conclusão da Disciplina e Considerações Finais sobre o assunto. Ponderação sobre os aspectos positivos e negativos do processo de ensino aprendizagem da disciplina Teoria Geral dos Contratos.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Metodologia:

1. O primeiro instrumento pedagógico serão as aulas expositivas presenciais com apresentação da teoria geral, do histórico dos institutos, da legislação pertinente e casos práticos e jurisprudenciais
2. O segundo serão a viabilização de textos complementares e acórdãos polêmicos para leitura e discussão. Em alguns casos paradigmáticos, outras mídias poderão ser viabilizadas (como vídeos e áudios, por exemplo).
3. O último instrumento pedagógico será o fórum na internet, disponibilizado no Portal de Ensino da UNOESC, no qual se estruturarão os fóruns de debates sobre os textos lidos e ainda informações e comentários sobre as aulas ministradas.

As avaliações seguirão as disposições do Regimento Interno da Unoesc:

- A A1.1 parcial consistirá em 01 (uma) avaliação, individual, escrita (questões objetivas e discursivas), sem consulta, com peso 10.
- A1 Abrangente consistirá em 01 (uma) avaliação, individual, escrita (questões objetivas e discursivas), sem consulta, com peso 10.

O Exame Final, constituiu-se de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0(sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), sendo aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, sem consulta com peso 10;

Em caso de falta a uma das avaliações A1, ficará facultado ao docente, mediante solicitação expressa do acadêmico, aplicar prova escrita ou oral sobre o conteúdo atinente a avaliação em questão, com peso 7,0 (sete).

- Será considerado reprovado o aluno que exceder o limite de faltas correspondente à 25% da carga horária prevista para o componente

curricular.

- As faltas somente serão abonadas com o deferimento dos atestados médicos pela coordenação do curso e, somente no caso de reprovação por falta.

- As regras da avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc no artigo 135, "Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros".

O acadêmico que obtiver nota superior a 7,0 sete no Simulado da Instituição terá 1,0 ponto atribuído em uma das avaliações a critério da professora.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos: curso de direito civil. São Paulo: Atlas.	Básica
LOUREIRO, Luiz Guilherme. Teoria geral dos contratos no novo código civil. São Paulo: Método, 2008.	Básica
GAGLIANO, Plabo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 4.	Básica
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. Contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2012.	Básica
PEREIRA, Regis Fichtner; LIRA, Ricardo Pereira. A responsabilidade civil pré-contratual: teoria geral e responsabilidade pela ruptura das negociações contratuais. Rio de Janeiro: Renovar.	Complementar
TARTUCE, Flávio. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 8 ed. São Paulo: Método, 2013.	Complementar
VENOSA, Sílvio de Salvo,. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	Complementar
WALD, Arnoldo,. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos . 20. ed. São Paulo: Saraiva.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/6
Componente curricular:	11450 - Direito Contratual - Turma: CHADIR-6N
Professor:	238829 - Juliana Gallina
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Introdução ao estudo das espécies contratuais. Contratos regulados pelo Código Civil. Contratos especiais (legislação esparsa).

3 JUSTIFICATIVA

A sociedade contemporânea (globalizada) é contratual por natureza e necessita do contrato para efetivar a circulação de bens e serviços, buscando firmar direitos e deveres e produzir riquezas. Por sua vez, contrato é o negócio jurídico praticado para atender as mais diversas necessidades humanas. O aluno, integrante de uma sociedade pluralista, deve compreender esta ferramenta não apenas como um instrumento do capital, mas também como importante fenômeno social. O contrato cada vez mais se especializa, mediante a multiplicidade de modalidades em que se revela e nas quais se aperfeiçoa com peculiaridades jurídicas próprias a cada uma delas, motivo pelo qual, o futuro profissional de direito deve conhecer as espécies e os gêneros contratuais mais utilizados pela atual sociedade. O estudo da disciplina, seu conteúdo e ementa têm a pretensão de explicar o negócio jurídico bilateral estabelecidos pelas partes a partir do consenso, que absorve a grande gama de relações obrigacionais na sociedade, fruto da necessidade constante de busca de meios e objetivos que satisfaçam o bem viver.

4 OBJETIVOS

- **Gerais**
- Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito.
- Capacitar o aluno para a adequada compreensão e interpretação das normas e dos princípios do direito contratual.
- Compreender os diversos contratos em espécie, sejam típicos ou atípicos, conforme as perspectivas traçadas no novo paradigma do direito civil constitucional.
- Apresentar e discutir as espécies de contratos, especialmente enfocando o Código Civil (contratos atípicos e típicos) e leis especiais; demonstrar os contratos numa perspectiva civil-constitucional, bem como comentar o tratamento dispensado a matéria contratual em legislações estrangeiras.
- **Específicos:**
- Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito que como cidadão e futuros operadores do Direito, compreendam as razões do dirigismo contratual praticado pelo Estado em defesa dos bons costumes e da ordem pública, percebendo a importância de bem aplicar os conhecimentos adquiridos à vida pessoal e profissional.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
27/02/2015 19:00 - 22:30	Apresentação da Disciplina e Plano de Ensino. Conceito. Funções do contrato. Princípios fundamentais do direito contratual. Escada Pontiana. Classificação e natureza jurídica dos Contratos.	Avaliação Diagnóstica. Introdução e apresentação pessoal e do Plano de Ensino. Dinâmica.
06/03/2015 19:00 - 22:30	ESPÉCIES DE CONTRATOS 1. Compra e Venda 1.1 Conceito, classificação, elementos constitutivos, legitimidade; 1.2 Riscos, garantias, despesas, vícios, efeitos, limitações; 1.3 Vendas Especiais.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
13/03/2015 19:00 - 22:30	2. Troca ou Permuta: 2.1 Conceito, características, natureza jurídica, regulamentação. 3. Doação: 3.1 Conceito, características, promessa de doação; 3.2 Espécies de doações, restrições legais a doação, revogação da doação.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.

20/03/2015 19:00 - 22:30	4. Locação de Coisas 4.1 Conceito, características, elementos, obrigações do locador e do locatário; 4.2 Locação de Prédios Urbanos.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
27/03/2015 19:00 - 22:30	Continuação Contrato de Locação.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
10/04/2015 19:00 - 22:30	Avaliação A1.1	Avaliação A1.1.
17/04/2015 19:00 - 22:30	5. Prestação de Serviço 5.1 Conceito e regulamentação legal. 6. Depósito 6.1 Conceito, características, obrigações do depositário; 6.2 Depositário infiel.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
24/04/2015 19:00 - 22:30	7. Comodato 7.1 Conceito, características, natureza jurídica, regulamentação; 7.2 Obrigações do comodatário, extinção do comodato. 8. Mútuo: 8.1 Conceito, características e obrigações.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
08/05/2015 19:00 - 22:30	9. Mandato 9.1 Conceito, características, legitimidade para outorgar e receber mandato; 9.2 Requisitos da procuração, espécies de mandato; 9.3 Obrigação do mandatário e do mandante; 9.4 Extinção e irrevogabilidade do mandato; 9.5 Mandato judicial.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
TAE	Atividade extraclasse. Estudo do conteúdo para Avaliação.	Domiciliar.
15/05/2015 19:00 - 22:30	A1.2	Avaliação
16/05/2015 08:00 - 11:30	Atividade Extraclasse.	Domiciliar
22/05/2015 19:00 - 22:30	13. Transporte 13.1 Conceito, natureza jurídica e espécies; 13.2 Transporte de coisas; 13.3 Transporte de pessoas. 14. Seguro 14.1 Conceito, características, espécies, regulamentação; 14.2 Obrigações do segurado e do segurador.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
23/05/2015 08:00 - 11:30	Pesquisa sobre a validade da cobrança da dívida de jogo. Busca de jurisprudências.	Atividade extraclasse. Será sorteado alguns alunos para apresentação na aula seguinte.
29/05/2015 19:00 - 22:30	19. Compromisso de Arbitragem: 19.1 Conceito, natureza jurídica, constitucionalidade da arbitragem; 19.2 Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral; 19.3 Procedimento e sentença arbitral.	Em um primeiro momento, a aula será expositiva dialética, com o uso do powerpoint como ferramenta de construção cognitiva. Posteriormente, se realizará estudos dirigidos, debates, análise de casos, análise de jurisprudência e de contratos.
12/06/2015 19:00 - 22:30	Revisão de todo o conteúdo.	Discussão e realização de exercícios tipo ENADE como ferramenta de estudo para a Avaliação Abrangente.
19/06/2015 19:00 - 22:30	A1 Abrangente.	Avaliação Abrangente de todo o conteúdo.
26/06/2015 19:00 - 22:30	Entrega da Avaliação.	Considerações finais sobre a Disciplina Contratos em Espécie. Entrega da Avaliação Diagnóstica com a reescrita dos conceitos apresentados.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

M E T O D O L O G I A

Para a concretização da metodologia serão utilizadas estratégias variadas, como: aulas expositivas dialogadas, atividades em sala, que compreenderão trabalhos em grupos e individuais, elaboração de ideias, estudo orientado de textos, solução de problemas, estudos de peças e casos concretos, pesquisa bibliográfica, de campo e através da internet, debates, seminários, grupos de discussão e pesquisa, entre outras estratégias propostas pelo docente, de comum acordo com os discentes.

CRITÉRIOS

DE

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é feita com base nas normas da Instituição. A avaliação efetiva se dará no curso do processo, com a cumulatividade do conteúdo ministrado na presente disciplina, nas relações de sala de aula, na compreensão e produção de conhecimento do aluno, através do seu desempenho no grupo e individual, resolução de questões, pesquisas (bibliográfica em livros/doutrinas, revistas, internet, jurisprudencial e casuística), arguições, trabalhos escritos, desafios, problemas, casos concretos, questionamentos orais e escritos. Assiduidade, pontualidade e respeito nas relações de sala de aula, também será objeto de avaliação. A prova, enquanto instrumento de avaliação poderá contemplar os seguintes formatos: questões objetivas (múltipla escolha simples, múltipla escolha complexa, questões do tipo: verdadeiro ou falso, questões de ordenação, de asserção e razão) e questões discursivas (abertas, descritivas, de resposta livre ou de resposta construída, resolução de problemas e análise de casos).

A1.1, A1.2, A1 (Abrangente) e A2 DEVERÃO SER CONSTITUÍDAS DE UMA PROVA MISTA, CONTEMPLANDO UMA PLURALIDADE DE QUESTÕES NOS FORMATOS ANTERIORMENTE ESPECIFICADOS. As avaliações serão sem consulta aos Códigos ou Doutrinas específicas.

O processo de avaliação se dará através de 3 (três) provas escritas, com peso 10.

Será considerada na composição da nota também a participação ativa do aluno em aula, nos exercícios, fórum de discussões, na frequência e na pontualidade.

Para os acadêmicos que obtiverem média igual ou superior a 7,0 no Simulado ENADE/OAB receberão bônus de 1,0 ponto em uma das avaliações a critério do professor.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ASSIS, Araken de. Resolução do contrato por inadimplemento. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.	Básica
DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 4.ed., ampl. e atual. de acordo com o novo Código São Paulo: Saraiva, 2002.	
GOMES, Luiz Roldão de Freitas. Contrato. São Paulo: Renovar, 2002.	
TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 3. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 7ª Edição. Editora GEN/Método, 2012.	Complementar
PAMPLONA Rodolfo Filho; GAGLIANO Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. Contratos em Espécie. São Paulo: 5 ed. Editora Saraiva, 2012.	
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil. V. 3, Contratos. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	
MARTINEZ, Pedro Romano. Direito das obrigações: (parte especial) contratos. Coimbra: Almedina, 2000.	
VENOSA, Sílvio de Salvo. Teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas, 2002.	

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	11452 - Direito das Coisas I - Turma: CHADIR-7NB
Professor:	29462 - Jerri Adriani Barbieri
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Posse e Propriedade. Classificação. Função social. Limitações. Aquisição e perda. Direitos de vizinhança. Condomínio.

3 JUSTIFICATIVA

A presente disciplina se justifica pela necessidade de oferecer aos acadêmicos de Direito o conhecimento jurídico acerca da área de Direito Civil Brasileiro, na sub-área do Direito Das Coisas, em sua parte geral, na sua dogmática e aplicação prática, visto ser uma das áreas de maior aplicação e importância para o futuro operador jurídico, pois trata das formas de aquisição da posse e propriedade, bem como a propriedade condominial.

4 OBJETIVOS

GERAIS

Dar ao aluno conhecimentos básicos do Direito das Coisas, seus aspectos doutrinários em confronto com o Direito Pessoal, a partir da sua origem no Direito Romano. Capacitar o aluno para, à vista de uma situação real, e com o conhecimento básico da matéria, determinar as diversas figuras do Direito das Coisas.

ESPECÍFICOS

Preparar o aluno para trabalhar em situações práticas, partindo de casos fictícios e reais que lhes serão apresentados. Induzir o aluno a pesquisas no campo do Direito das Coisas, estabelecendo as diferenças básicas entre este e o Direito Pessoal.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
24/02/2015 19:00 - 22:30	- Apresentação do Plano de ensino - Conceito de Direito das Coisas - Direito das coisas no direito contemporâneo	Aula expositiva
03/03/2015 19:00 - 22:30	- Posse - Teorias da Posse - Formas de aquisição da posse	Aula expositiva
07/03/2015 08:00 - 11:30	- Efeitos da Posse - Perda da Posse - Defesa da Posse	Aula expositiva
10/03/2015 19:00 - 22:30	continuação - Efeitos da Posse - Perda da Posse - Defesa da Posse	Aula expositiva
17/03/2015 19:00 - 22:30	- Propriedade - Função social da propriedade - Estatuto da Cidade - Propriedade em Geral - Imóveis e Móveis - Formas de aquisição da propriedade imóvel - Aquisição originária e derivada - Da usucapião - Aquisição por acessão	Aula expositiva
24/03/2015 19:00 - 22:30	- Da Ocupação - Da tradição - Da Especificação - Da confusão, da Comissão e da Adjunção Atividade para questionário deste conteúdo	Aula expositiva
31/03/2015 19:00 - 22:30	- Da perda da propriedade - Renúncia - Abandono - desapropriação Atividade para questionário deste conteúdo	Aula expositiva
07/04/2015 19:00 - 22:30	Avaliação A1.1 - Parcial	

14/04/2015 19:00 - 22:30	- Dos Direitos de Vizinhança - Do uso anormal da propriedade - Árvores limítrofes - Das águas	Aula expositiva
28/04/2015 19:00 - 22:30	- Do Direito de Construir - Introdução ao Estudo do Condomínio	Aula expositiva
TAE	- Dos direitos e deveres dos condôminos - Da administração do condomínio - Do condomínio necessário	
12/05/2015 19:00 - 22:30	- Do condomínio Edilício - Lei 4.591	Aula expositiva
19/05/2015 19:00 - 22:30	Lei de condomínio Edilício - 4.591	
26/05/2015 19:00 - 22:30	Registro de condomínios no Registro de Imóveis	Aula expositiva
02/06/2015 19:00 - 22:30	- Administração de Condomínio - Convenção de condomínio	Aula expositiva
09/06/2015 19:00 - 22:30	- Extinção do Condomínio	Aula expositiva
16/06/2015 19:00 - 22:35	Avaliação - A1 Abrangente	Avaliação
23/06/2015 19:00 - 22:35	Discussão da avaliação - encerramento do semestre	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

O ato de avaliar está presente em todos os momentos de nosso cotidiano, quando o indivíduo assume juízos e opiniões, que julga ser corretos, para a tomada de decisões. Ao tomar essas decisões, formando então juízos de valores, o indivíduo utiliza os aspectos pessoais somados às relações pessoais.

A avaliação efetiva se dará no curso do processo, com a cumulatividade do conteúdo ministrado no curso, nas relações de sala de aula, na compreensão e produção de conhecimento do aluno, através do seu desempenho no grupo e individual, resolução de questões subjetivas e objetivas, pesquisas (bibliográfica, livros, revistas, internet, jurisprudencial e casuística), arguições, trabalhos escritos, casos concretos, questionamentos orais e escritos, assiduidade, pontualidade e respeito nas relações de sala de aula.

Avaliação Conceitual: Participação, assiduidade e pontualidade nas aulas.

Prova em outra data: Só será feita segunda prova, após o aluno ter entrado com processo para abono de falta, conforme previsão legal, e, sendo este deferido será agendado com o professor a 2ª prova, em horário diferente da aula não ultrapassando 15 dias da data da aplicação da prova.

Abono de falta: Somente será abonado a falta o aluno que apresentar, dentro do prazo legal, atestado junto a coordenação observando os critérios do regimento interno.

Será realizado duas avaliações: uma A1.1 parcial e uma avaliação A1.2 abrangente, ambas com o auxílio do Código Civil, com datas previamente agendadas no plano de ensino. Estas datas poderão sofrer alterações no decorrer das aulas tendo em vista o acompanhamento da turma em relação a matéria, sendo as alterações previamente anunciadas com 15 dias de antecedência em sala de aula.

A prova, enquanto instrumento de avaliação, conterá questões de múltipla escolha (objetivas) e discursivas.

Demais orientações serão transcritas na prova.

No dia 22/04/2014 será realizada a prova Preparatória para OAB/ENADE (matutino e noturno); Os alunos que atingirem média 7,0 receberão bônus de 1,0 (um ponto), na avaliação A1.2 abrangente.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e a propriedade contemporânea: uma perspectiva da usucapião imobiliária rural. Porto Alegre: Fabris, 1988	Básica
ARIMATÉA, José Rodrigues. O direito de propriedade: limitações e restrições públicas. São Paulo: Lemos & Cruz, 2003.	Básica
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direitos Reais. São Paulo: Atlas, 2004	Básica
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito das coisas. v. V. – 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009	Complementar
CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório; SILVA, Tarcísio Ferreira. Cadastro imobiliário e registro de imóveis: a Lei n. 10.267/2001, decreto n.4.449/2002 e atos normativos do INCRA. Porto Alegre: Fabris, 2003.	Complementar
CARVALHO, Eusebio. Direito à propriedade - do discurso à realidade. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. v.4, n.24, p.14-30, jul./ago. 2003.	Complementar
CHALHUB, Malhim Namem. Curso de direito civil: direitos reais. Rio de Janeiro: Forense, 2003	Complementar
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. São Paulo: Forense, 2003	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/6
Componente curricular:	10009 - Direito Processual Civil III - Turma: CHADIR-6N
Professor:	248153 - Juliana Zamignan
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Atividade substitutiva da jurisdição no processo de execução. Pretensão executória. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Competência do juízo para a execução. Procedimentos na ação executória. Embargos do devedor e matéria de defesa. Liquidação de sentença. Execução provisória. Fase expropriatória de bens (avaliação, arrematação, adjudicação, remição, embargos à arrematação e à adjudicação). Pagamento ao credor. Execução para entrega de coisa certa e incerta. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Suspensão e extinção do processo de execução. Insolvência.

3 JUSTIFICATIVA

Agregar aos acadêmicos, noções do Direito Processual Civil - Execuções, para o amplo conhecimento dos diversos meios de execução processual e meios de defesa, visando o aprendizado nas relações cotidianas. Fornecer aos acadêmicos os conceitos básicos e objetivos desta ciência.

4 OBJETIVOS

Garantir aos acadêmicos o conhecimento do processo de execução, visando os elementos das relações jurídicas, detalhando-os conforme a lei, doutrina e jurisprudência, tendo por referência o programa estabelecido na ementa da disciplina. Instigar a oralidade como benefício das futuras experiências profissionais. Aprender a diferenciar a fase executória do processo de execução, as fases distintas, como também os meios de defesa. Por fim, demonstrar a importância da fase executória no Direito Processual Civil.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
26/02/2015 19:00 - 22:35	Plano de Ensino. Introdução a disciplina. Sistema adotado pelo Código de Processo Civil.	Aula Expositiva.
05/03/2015 19:00 - 22:35	Atividade substitutiva no Processo de Execução. Pretensão Executória.	Aula Expositiva
12/03/2015 19:00 - 22:35	Títulos Executivos judiciais e extrajudiciais. Competência do juízo para a execução.	Aula Expositiva.
19/03/2015 19:00 - 22:35	Procedimentos na fase executória - Cumprimento de Sentença.	Aula Expositiva
26/03/2015 19:00 - 22:35	Procedimento na fase executória - Liquidação de Sentença (Cálculo, arbitramento e por artigos)	Aula Expositiva
09/04/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1.	Avaliação A1, com consulta ao Código de Processo Civil sem comentários.
11/04/2015 08:00 - 11:30	Leitura direcionada - Diferença da Execução de Título Executivo Judicial e Extrajudicial.	Não presencial.
16/04/2015 19:00 - 22:35	Correção da avaliação e finalização das fases executórias - Cumprimento e Liquidação de Sentença. Defesas nas fases executórias - Impugnação e defesas na ação de execução autônoma - Embargos.	Aula Expositiva
23/04/2015 19:00 - 22:35	Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução para entrega de coisa certa e incerta.	Aula Expositiva
30/04/2015 19:00 - 22:35	Execução das obrigações de fazer e não fazer.	Aula Expositiva
07/05/2015 19:00 - 22:35	Execução por quantia certa contra devedor insolvente.	Aula Expositiva.

14/05/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1.	Avaliação A1, sem consulta a qualquer material.
16/05/2015 08:00 - 11:30	Leitura direcionada - Execução Provisória.	Não presencial.
21/05/2015 19:00 - 22:35	Execução de Prestação Alimentícia - Rito 732 e 733.	Aula expositiva.
28/05/2015 19:00 - 22:35	Fase expropriatória de bens (avaliação, arrematação, adjudicação, remição, embargos à arrematação e à adjudicação).	Aula Expositiva
11/06/2015 19:00 - 22:35	Suspensão e extinção do processo de execução. Insolvência.	Aula Expositiva
18/06/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1 - abrangente.	Avaliação A1 - abrangente sem consulta a qualquer tipo de material, com todo o conteúdo ministrado durante o semestre.
25/06/2015 19:00 - 22:35	Entrega e correção da Avaliação A1 - abrangente.	Aula dialogada.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A primeira avaliação A1 (A1.1) consistirá em prova composta de questões objetivas e subjetivas com peso 10,0. Será permitida nesta primeira avaliação consulta ao Código de Processo Civil sem comentários.

A segunda avaliação A1 (A1.2) consistirá em prova composta de questões objetivas e subjetivas com peso 10,0. Não será permitida nesta segunda avaliação consulta a qualquer material.

A avaliação A1 abrangente (A1.3), consistirá em uma prova composta de questões objetivas e subjetivas com peso 10,0. Não será permitida consulta a qualquer material, abrangendo todo o conteúdo ministrado durante o semestre.

Aos acadêmicos que não fizerem as provas A1 parciais nas datas estipuladas, será agendada nova data para a realização da mesma, sendo que a prova será realizada de forma oral.

Aos acadêmicos que atingirem média 7,0 na Prova Preparatória OAB/ENADE, receberão o bônus de 1,0 (um ponto), na primeira avaliação A1 parcial (A1.1).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ASSIS, Araken de. Manual de Processo de Execução , 6ª Ed., São Paulo: RT, 2000.	Básica
SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil , 12ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2009.	Básica
THEODORO JR., Humberto. Comentários ao Código de Processo Civil . Rio de Janeiro: Forense, 2001.	Básica
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: execução (Vol. 2). 9. ed. rev., ampl., e atual. com a reforma processual - 2006/2007. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.	Complementar
LIEBMAN, Enrico Túllio. Processo de Execução . 4ª Ed., São Paulo: Saraiva, 1980.	Complementar
MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. Execução , 2ª Ed., São Paulo: 2008	Complementar
MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários ao Código de Processo Civil . Rio de Janeiro: Forense, 1976.	Complementar
MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil , 7ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998.	Complementar
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil . São Paulo: Saraiva, 1999.	Complementar
SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Comentários ao Código de Processo Civil . Porto Alegre: Lejur, 1985	Complementar
WAGNER JR, Luiz Guilherme da Costa. Processo Civil , 3ª Ed., Belo Horizonte: 2009	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/8
Componente curricular:	10011 - Direito Processual do Trabalho - Turma: CHADIR-8N
Professor:	248312 - Elizabete Geremias
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Organização Judiciária no Trabalho. Processo do Trabalho. Processos nos Dissídios Individuais. Processo nos Dissídios Coletivos. Recursos. Execução. Ação Rescisória.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito Processual do Trabalho tem sua importância vinculada a oportunizar ao acadêmico o conhecimento das instituições básicas da jurisdição e da ação na Justiça do Trabalho, bem como proporcionar as noções, conceitos e terminologias jurídicas que facilitam a compreensão da dinâmica no processo do trabalhista no que ele apresenta de mais específico, sem a perda da subsidiariedade do direito processual civil, indispensável para cobrir as lacunas e omissões da lei processual trabalhista. Assim, possibilita ao acadêmico desenvolver as aptidões profissionais ao facilitar na elaboração de peças processuais, além de outros instrumentos indispensáveis ao exercício da profissão, culminando na capacidade de aplicar o conhecimento adquirido para promover o avanço e melhoria nas relações capital-trabalho.

4 OBJETIVOS

Os objetivos da disciplina de Direito Processual do Trabalho é proporcionar aos alunos conhecimento específico do Processo do Trabalho, salientando sua importância na pacificação dos conflitos entre o capital e o trabalho. Apresentar e desenvolver as particularidades do Processo do Trabalho, de forma a permitir que os alunos adquiram conhecimentos sólidos e suficientes à atuação na Justiça Especializada do Trabalho, a qualquer título.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
25/02/2015 19:00 - 22:30	Organização Judiciária do Trabalho: Histórico da Justiça do Trabalho. Considerações Gerais. História do Trabalho. A Justiça do Trabalho no Brasil. A Justiça do Trabalho no Direito Comparado. Órgãos Jurisdicionais: TST. TRT. V.T. Órgãos Auxiliares. Princípios do Direito Processual do Trabalho.	Apresentação do Plano de Aprendizagem. Aula expositiva/dialogada.
04/03/2015 19:00 - 22:30	Competência da Justiça do Trabalho: Competência Material. Territorial. Valor da Causa, Normativa. Conflitos de Competência. Foro de Eleição, Isenção e Imunidade de Jurisdição. Processo do Trabalho: Conceito de ação, processo e procedimento. Fontes. Interpretação da norma processual trabalhista. Eficácia no tempo. Eficácia no espaço.	Aula expositiva/dialogada.
11/03/2015 19:00 - 22:30	Atos, termos e prazos processuais. Partes e procuradores. Capacidade Processual. Representação e assistência. Substituição Processual. Jus postulandi.	Aula expositiva/dialogada.
18/03/2015 19:00 - 22:30	Assistência judiciária. Litigância de má-fé. Sucessão de partes. Despesas Processuais. Processo nos Dissídios Individuais. Procedimento ordinário. Petição Inicial. Distribuição. Comunicação ao reclamado.	Aula expositiva/dialogada. Exercícios de revisão.
25/03/2015 19:00 - 22:30	Primeira avaliação A1/01.	A1/01.

01/04/2015 19:00 - 22:30	Audiência. Resposta do reclamado. Exceções. Contestação. Reconvenção. Provas. Conceito e princípios. Meios de prova. Depoimento pessoal. Documental. Testemunhal. Perícia. Inspeção Judicial. Indícios e presunções. Usos e costumes. Prova emprestada.	Aula expositiva/dialogada. Entrega e correção da avaliação A1/01.
08/04/2015 19:00 - 22:30	Continuação da matéria da aula anterior.	Aula expositiva/dialogada.
15/04/2015 19:00 - 22:30	Alegações Finais. Procedimento Sumário e Sumaríssimo. Sentença. Processo nos Dissídios Coletivos. Conceito. Competência. Procedimento. Sentença. Revisão. Dissídio coletivo de interpretação ou de natureza jurídica. Procedimentos especiais. Ação Revisional. Inquérito para Apuração de Falta Grave. Anulação de cláusulas convencionais.	Aula expositiva/dialogada. Exercícios de revisão.
22/04/2015 19:00 - 22:30	Simulado avaliação Enade.	Simulado.
29/04/2015 19:00 - 22:30	Segunda avaliação A1/02.	A1/02
06/05/2015 19:00 - 22:30	Recursos: Generalidades. Recurso Ordinário. Recurso de Revista.	Aula expositiva/dialogada e exercícios. Entrega e correção da A1/02.
13/05/2015 19:00 - 22:30	Recursos: Embargos no Tribunal Superior do Trabalho. Agravo Instrumento. Agravo de Petição. Recurso Extraordinário.	Aula expositiva/dialogada.
20/05/2015 19:00 - 22:30	Continuação da matéria da aula anterior.	Continuação da matéria da aula anterior.
27/05/2015 19:00 - 22:30	Recurso Adesivo. Correição Parcial. Embargos de Declaração. Ação Rescisória.	Aula expositiva/dialogada.
03/06/2015 19:00 - 22:30	Execução: Disposições Gerais. Fase preliminar: liquidação de sentença. Execução provisória e definitiva. Penhora. Embargos à execução. Exceção de Pré-Executividade. Impugnação à sentença de liquidação. Embargos de Terceiro.	Aula expositiva/dialogada.
10/06/2015 19:00 - 22:30	Alienação de bens. Arrematação. Adjudicação. Remição. Embargos à arrematação e à adjudicação. Suspensão e extinção da execução. Prescrição intercorrente.	Aula expositiva/dialogada. Exercícios de revisão.
17/06/2015 19:00 - 22:30	Terceira avaliação A1/03 (abrangente).	A1/03 (abrangente).
24/06/2015 19:00 - 22:30	Divulgação da média final. Entrega e correção da avaliação.	Divulgação da média final. Entrega e correção da avaliação.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas na forma individual, por meio de realização de provas obrigatórias (A1). Para composição da (A1), haverá a realização de 3 (três) provas (A1/01, A1/02 e A1/03/abrangente). As avaliações terão questões objetivas e dissertativas. As avaliações de A1 (A1/01, A1/02 e A1/03) terão peso 10 (dez) cada uma, conforme as datas agendadas no cronograma acima. A A1/01 será com consulta tão somente a legislação seca (CF, CLT e CPC). A A1/02 será com consulta tão somente a legislação seca (CF, CLT e CPC). A1/03 será abrangente e sem consulta a qualquer legislação, material de apoio. A A2 será de todo o conteúdo e sem consulta a qualquer legislação, material de apoio. A nota A1, será calculada através da média aritmética entre as avaliações A1/01, A1/02 e A1/03. Se for necessário, haverá a avaliação (A2), para aqueles que não atingirem a média suficiente para aprovação de igual ou superior a 7,0 (sete), conforme regimento interno da UNOESC.

Observação: O aluno que não comparecer nas datas das avaliações A1/01 e A1/02 que constam no plano de ensino, se justificado o motivo da ausência (conforme regimento interno da Unoesc), fará a avaliação em outra data, sendo esta sem consulta a qualquer material, legislação. A avaliação conterá questões objetivas e dissertativas.

Observação: Os alunos que atingirem média 7,0 na prova do preparatório OAB/ENADE, receberão bônus de 1,0 (um ponto) em uma das avaliações parciais, a critério do professor.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.	Básica
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.	Básica
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2013.	Básica
GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. 16. ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.	Complementar
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTR, 2011.	Complementar
MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense : modelos de petições, resumos, sentenças e outros. São Paulo: Atlas, 2011.	Complementar

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. A prova no Processo do Trabalho. São Paulo. Ltr, 2008.	Complementar
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Petição Inicial e Resposta do Réu. São Paulo, Ltr, 2008.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/8
Componente curricular:	10010 - Direito Processual Penal II - Turma: CHADIR-8N
Professor:	45870 - Julivan Augusto Negrini
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/1

2 EMENTA

Sujeitos processuais. Prisão e liberdade provisória: com e sem fiança. Atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Da prova. Proteção dos réus e testemunhas colaborares. Delação premiada.

3 JUSTIFICATIVA

Esta disciplina, bem como a metodologia adotada, têm a função de proporcionar ao acadêmico uma noção teórica e prática das normas procedimentais concernentes ao processo penal, possibilitando que o mesmo possa interpretá-las de forma correta e aplicá-las aos casos concretos quando do exercício de sua atividade profissional. Possui fundamental importância, pois possibilitará que o acadêmico possa dar efetividade as normas do direito material quando da instauração de uma relação jurídica processual penal.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao aluno a correta compreensão das normas instrumentais do processo penal, possibilitando que o mesmo possa atuar satisfatoriamente em uma relação jurídica processual, independentemente da posição por ele ocupada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Indicar ao acadêmico os meios de prova disponíveis no sistema penal brasileiro e o momento correto para a utilização de cada um deles dentro do processo penal;
- Diferenciar a atuação dos sujeitos processuais, ressaltando quais os atos praticados por cada um deles;
- Analisar as espécies de prisões cautelares, identificando os requisitos necessários para a decretação das mesmas por parte do Juiz;
- Verificar as hipóteses e os requisitos necessários para a concessão de liberdade provisória ao acusado;
- Mostrar ao acadêmico os meios disponíveis em nosso ordenamento jurídico para a proteção do acusado e das testemunhas, dando ênfase ao estudo da delação premiada.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
23/02/2015 19:00 - 22:30	Apresentação do plano de ensino. Teoria Geral das Provas: Conceito e função da prova; Ônus da prova.	Aula Expositiva.
02/03/2015 19:00 - 22:30	Princípios norteadores da prova no Processo Penal. Inadmissibilidade da prova ilícita e meios de valoração da prova.	Aula expositiva.
09/03/2015 19:00 - 22:30	Da prova pericial: Exame de corpo de delito e demais provas técnicas. Do interrogatório do acusado.	Aula expositiva.
16/03/2015 19:00 - 22:30	Da confissão. Da Prova Testemunhal.	Aula expositiva e distribuição de exercícios.
23/03/2015 19:00 - 22:30	Do reconhecimento de pessoas e de coisas. Da reconstituição. Da acareação.	Aula expositiva.
30/03/2015 19:00 - 22:30	Da prova documental e busca e apreensão.	Aula expositiva e revisão do conteúdo estudado.
06/04/2015 19:00 - 22:30	Avaliação escrita A1/1 - Peso: 10,0 pontos.	Prova escrita, individual e sem consulta.
13/04/2015 19:00 - 22:30	Estudo dos sujeitos processuais.	Aula expositiva.
20/04/2015 19:00 - 22:30	Da prisão e da liberdade provisória: Generalidades. Estudo das medidas	Aula expositiva.

	cautelares diversas da prisão.	
27/04/2015 19:00 - 22:30	Estudo das prisões processuais: Flagrante e temporária.	Aula expositiva.
04/05/2015 19:00 - 22:30	Da prisão preventiva.	Aula expositiva.
11/05/2015 19:00 - 22:30	Da liberdade provisória com fiança e sem fiança.	Aula expositiva e distribuição de exercícios para fins de revisão de conteúdo.
TAE	TAE	
25/05/2015 19:00 - 22:30	Apresentação de seminários.	Avaliação A1/2 por meio da entrega de resenha e apresentação oral de trabalhos em grupos, com os temas propostos pelo professor. Peso: 10 pontos
01/06/2015 19:00 - 22:30	Da comunicação dos atos processuais: Citações e intimações.	Aula expositiva.
08/06/2015 19:00 - 22:30	Proteção dos acusados e testemunhas. Delação premiada.	Aula expositiva e revisão de conteúdo.
15/06/2015 19:00 - 22:30	Avaliação escrita A1/3 - Prova abrangente. Peso: 10,0 pontos.	Prova escrita, individual e sem consulta.
22/06/2015 19:00 - 22:30	Revisão das avaliações e de conteúdo.	Dinâmicas de grupo e exercícios para revisão do conteúdo estudado.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

a) A avaliação do aluno (nota A1) será feita da seguinte forma:

Pela realização de três avaliações, sendo duas provas escritas, com considerável nível de dificuldade (podendo envolver questões de concursos públicos, OAB e ENADE), formadas por questões objetivas e dissertativas (provas mistas) e um trabalho que será realizado em grupo e apresentado em aula em forma de seminário. As referidas avaliações terão os seguintes procedimentos e distribuição de notas:

- 1) **Avaliação "A1/1"**, composta por uma prova escrita, individual e sem consulta, com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado até a data da prova;
- 2) **Avaliação "A1/2"**, composta por um trabalho que será realizado e apresentado em grupo, envolvendo temas escolhidos pelo professor e que devem ser distribuídos aos grupos com antecedência mínima de trinta dias antes da data de apresentação. Para fins desta avaliação serão observados os seguintes critérios:
 - a) **Até 3,0 pontos** ao grupo, pela entrega da resenha via e-mail, por um dos componentes do grupo, até a data da apresentação.
 - b) **Até 7,0 pontos** pela apresentação oral. Esta nota será atribuída de forma individual, levando em conta o domínio do assunto e o conhecimento sobre o tema abordado.
- 3) **Avaliação "A1/3"**, composta por uma prova escrita, individual e sem consulta, com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado durante o semestre (abrangente). Os alunos que participarem do simulado ENADE/OAB e obtiverem nota Igual ou superior a 7,0, terão acréscimo de 1,0 (um ponto) nesta avaliação.

Observações:

- Após realizadas as avaliações, conforme descrito acima, as notas obtidas serão somadas e divididas pelo fator "3" (três), alcançando-se, assim, a nota A1.
- As provas serão realizadas nas datas mencionadas no cronograma acima e terão o tempo de duração máximo de 2 (duas) horas. Durante a sua realização não será permitida a saída do aluno, com posterior retorno e, ainda, será vedado o empréstimo de materiais e o uso objetos eletrônicos.

b) A avaliação A2 será realizada conforme as determinações previstas no regimento e projeto pedagógico do curso.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
BONFIN, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	Básica
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.	Básica
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2013.	Básica
AVENA, Norberto. Processo Penal esquematizado. São Paulo: Editora Método, 2009.	Complementar
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar
LOPES Jr, Aury. Introdução Crítica ao Processo Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.	Complementar
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.	Complementar
PRADO, Leandro Cadenas. Provas Ilícitas no Processo Penal. 2. ed. Impetus, 2009.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/10
Componente curricular:	11255 - Direito Administrativo Aplicado - Turma: CHADIR-10N
Professor:	184375 - Darlea Carine Palma Mattiello
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Elaboração de atos e contratos administrativos. Tramitação de processos e procedimentos administrativos.

3 JUSTIFICATIVA

Os conhecimentos obtidos no estudo do Direito Administrativo Aplicado permitem ao aluno enfrentar e solucionar questões jurídicas de aplicabilidade prática do Direito Administrativo, notadamente no que tange aos casos concretos da atividade administrativa do Estado, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, tornando-o apto a solucionar problemas e questões concretas relevantes ligadas ao tema. Capacitar o acadêmico à elaboração de atos e contratos administrativos, bem como à realização de processos e procedimentos administrativos, significa torná-lo apto a aplicar alguns dos principais institutos do Direito Administrativo.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Propiciar o conhecimento sobre a aplicabilidade do Direito Administrativo, capacitando o acadêmico a, adequadamente, analisar casos concretos da atividade administrativa, elaborar atos e contratos administrativos, bem como a identificar e diferenciar as diversas espécies de contencioso administrativo, identificando as normas aplicáveis e as características de cada situação.

Objetivos Específicos

- Proporcionar aos acadêmicos os instrumentos necessários para a incursão no Direito Administrativo Aplicado, revisando temas fundamentais do Direito Administrativo.
- Demonstrar a necessidade de conhecer a aplicabilidade do Direito Administrativo, ante sua importância prática nos dias atuais.
- Estudar casos concretos acerca da atividade administrativa do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal.
- Analisar os elementos necessários à elaboração de atos e contratos administrativos.
- Diferenciar processos e procedimentos administrativos, para a discussão das etapas constitutivas de um processo administrativo.
- Proporcionar aos alunos um contato com as discussões mais recentes e os tópicos atuais da matéria.
- Promover o debate das diversas concepções e orientações doutrinárias, aliadas às determinações legais e constitucionais.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
27/07/2015 19:00 - 22:35	Apresentação da docente e dos discentes. Exposição do Plano de Ensino. Esclarecimento das diretrizes para o estudo da disciplina e das formas de avaliação. Introdução ao componente curricular: revisão Direito Administrativo.	Apresentação. Aula expositiva e dialogada.
TAE	Resolução de questões escritas, modelo Enade e Exame de Ordem, para fixação dos conteúdos.	Resolução de questões.
03/08/2015 19:00 - 22:35	ATOS ADMINISTRATIVOS. Resumo teórico sobre os atos administrativos. Elaboração de atos administrativos (classificação, espécies, atributos requisitos). Anulação e revogação. Exemplos práticos.	Aula expositiva e dialogada.
10/08/2015 19:00 - 22:35	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Resumo teórico sobre os contratos. Elaboração de contratos administrativos (licitação, cláusulas exorbitantes, características, revisão, inexecução, duração, rescisão). Exemplos práticos.	Aula expositiva e dialogada.
17/08/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial. Estudo de casos práticos e resolução de questões escritas, modelo Enade e Exame de Ordem.	Avaliação.

24/08/2015 19:00 - 22:35	TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS. Processo e procedimento. Princípios, modalidades e fases do processo administrativo.	Aula expositiva e dialogada.
31/08/2015 19:00 - 22:35	Recursos Administrativos. Coisa Julgada e prescrição administrativa. Exemplos práticos de processos/procedimentos.	Aula expositiva e dialogada.
14/09/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1 abrangente e individual, conforme Regimento da Unoesc.	Avaliação.
21/09/2015 19:00 - 22:35	Entrega e correção da avaliação A1 abrangente. Esclarecimento de dúvidas para A2.	Entrega de avaliação. Esclarecimentos.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo continuado e participativo, que se desenvolve ao longo do processo de ensino-aprendizagem e que compreende:(a) capacidade de pesquisa e estudo; (b) participação nas aulas e atividades propostas; (c) criação, elaboração e apresentação de trabalhos; (d) explanação de conhecimento através de provas e questões de avaliação.

Assim, os alunos serão avaliados conforme:

- presença nas aulas - mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;
- participação efetiva durante as aulas (entendendo-se participação efetiva como aquela que contribui com o processo de compreensão e entendimento efetivo do conteúdo discutido), que poderá gerar desconto ou aumento/arredondamento de nota(s);
- postura acadêmica e respeito para com todos em sala de aula, que poderá gerar desconto ou aumento/arredondamento de nota(s);
- uma avaliação parcial, com peso 10, que poderá consistir em prova ou trabalho (escrito ou oral), com resolução de questões objetivas e/ou dissertativas, em grupo e/ou individual;
- uma avaliação abrangente, com peso 10, a ser realizada de forma individual, por escrito, contemplando todo o conteúdo trabalhado na disciplina, com questões objetivas e dissertativas, nos termos do Regimento da Unoesc.

OBSERVAÇÕES:

- a apresentação/utilização pelos acadêmicos de cópias textuais que configurem plágio, trabalhos idênticos/similares e a prática de cola; acarretarão a atribuição de nota zero ao(s) acadêmico(s) incidente(s) na falta;
- sob pena de descontos nas notas, as atividades e provas deverão seguir as regras gramaticais, coesão e coerência nos textos ou respostas, sendo avaliados a correção técnica da resposta, o raciocínio lógico e o poder de síntese do acadêmico;
- eventuais atividades orais (apresentações) deverão obedecer as regras de conduta, postura e oratória;
- alunos que excederem os 25% (vinte e cinco por cento) de faltas serão reprovados por falta, independentemente de terem obtido média/nota para aprovação;
- é responsabilidade do aluno, em caso de atestado e/ou falta, contatar a professora (via e-mail ou pessoalmente) para tomar ciência das atividades/provas perdidas, sob pena de zerar na atividade/avaliação;
- é responsabilidade do aluno, igualmente, em caso de atestado e/ou falta, contar a coordenação do curso para a formalização de eventuais requerimentos (p. ex., protocolo de atestado e requerimento de A1 fora do prazo);
- atentar para formalidades e prazos em geral, sob pena de falta de nota e/ou consequente reprovação;
- eventuais considerações e diretrizes sobre o componente curricular serão repassadas e discutidas em sala de aula, independente do quórum de presenças, constituindo-se dever do acadêmico faltante informar-se com os demais colegas sobre comunicados repassados durante o período de aula;
- os acadêmicos que atingirem média 7,0 na prova preparatória para OAB/Enade, a ser aplicada conforme critérios da instituição, em data a ser previamente agendada e comunicada durante o semestre letivo, receberão bônus de 1,0 (um) ponto em uma das avaliações parciais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.	Básica
FRANÇA, Maria Adelaide de Campos. Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	Básica
MEDAUAR, Odete. A processualidade no direito administrativo. 2 ed. São Paulo: RT, 2008.	Básica
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.	Complementar
GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.	Complementar
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009.	Complementar
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 37ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.	Complementar
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/8
Componente curricular:	11455 - Direito das Coisas II - Turma: CHADIR-8N
Professor:	29462 - Jerri Adriani Barbieri
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Direitos reais sobre coisas alheias.. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos reais de garantia. Alienação fiduciária. Hipoteca. Penhor. Contrato irretratável de compra e venda. Direitos autorais.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina Direito das Coisas II, é de suma importância ao acadêmico de direito, pois aprofunda o conhecimento sobre os direitos reais, bem como o sistema jurídico de garantias reais e outros conteúdos do qual a disciplina aborda necessários para a formação profissional. A matéria trata da complementação dos direitos reais sobre coisas alheias.

4 OBJETIVOS**OBJETIVO GERAL**

Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre o direito das coisas como ferramental para compreensão dos institutos deste ramo do direito, bem como uma reflexão crítica sobre os conceitos fundamentais do direito das coisas, especialmente quanto aos direitos reais de garantias, bem como a análise da legislação vigente reguladora da matéria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar ao aluno os conhecimentos relacionados à posse e sua natureza jurídica;
- Possibilitar a compreensão dos conceitos dos direitos reais, ressaltando a sua importância no mundo jurídico;
- Desenvolver conhecimentos sobre os conteúdos atuais de Direito das Coisas e sua aplicabilidade;
- Examinar os modos de garantia em especial a alienação fiduciária;
- Estudar os direitos reais sobre coisas alheias.
- Aplicação do conteúdo a prática

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
07/12/2015 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino. Introdução do Direito das Coisas II. Contrato irretratável de compra e venda.	Aula expositiva
08/12/2015 19:00 - 22:35	Usufruto - Uso - Habitação	Aula expositiva
09/12/2015 19:00 - 22:35	Usufruto - Uso - Habitação	Aula expositiva
10/12/2015 19:00 - 22:35	Alienação Fiduciária. Hipoteca.	Aula expositiva
11/12/2015 19:00 - 22:35	Penhor. Anticrese.	Aula expositiva
12/12/2015 08:00 - 11:30	TAE	
14/12/2015 19:00 - 22:35	Superfície. Concessão de uso especial para fins de moradia (Lei 11.481 de 31/05/2007).	Aula expositiva
15/12/2015 19:00 - 22:35	A concessão de direito real de uso (Lei 11.481 de 31/05/2007). Direitos Autorais	Aula expositiva
16/12/2015 19:00 - 22:35	Prova A.1 Abrangente	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

O ato de avaliar está presente em todos os momentos de nosso cotidiano, quando o indivíduo assume juízos e opiniões, que julga ser corretos, para a tomada de decisões. Ao tomar essas decisões, formando então juízos de valores, o indivíduo utiliza os aspectos pessoais somados às relações pessoais.

A avaliação efetiva se dará no curso do processo, com a cumulatividade do conteúdo ministrado no curso, nas relações de sala de aula, na compreensão e produção de conhecimento do aluno, através do seu desempenho no grupo e individual, resolução de questões subjetivas e objetivas, pesquisas (bibliográfica, livros, revistas, internet, jurisprudencial e casuística), arguições, trabalhos escritos, casos concretos, questionamentos orais e escritos, assiduidade, pontualidade e respeito nas relações de sala de aula.

Avaliação Conceitual: Participação, assiduidade e pontualidade nas aulas.

Prova em outra data: Só será feita segunda prova, após o aluno ter entrado com processo para abono de falta, conforme previsão legal, e, sendo este deferido será agendado com o professor a 2ª prova, em horário diferente da aula não ultrapassando 15 dias da data da aplicação da prova.

Abono de falta: Somente será abonado a falta o aluno que apresentar, dentro do prazo legal, atestado junto a coordenação observando os critérios do regimento interno.

Será realizado duas avaliações: uma A1.1 parcial e uma avaliação A1.2 abrangente, ambas com o auxílio do Código Civil, com datas previamente agendadas no plano de ensino. Estas datas poderão sofrer alterações no decorrer das aulas tendo em vista o acompanhamento da turma em relação a matéria, sendo as alterações previamente anunciadas com 15 dias de antecedência em sala de aula.

A prova, enquanto instrumento de avaliação, conterá questões de múltipla escolha (objetivas) e discursivas.

Demais orientações serão transcritas na prova.

No dia 30/09/2015 será realizada a prova Preparatória para OAB/ENADE (matutino e noturno); Os alunos que atingirem média 7,0 receberão bônus de 1,0 (um ponto), na avaliação A1.2 abrangente.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. V. 4, Direito das Coisas. 25ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010	Básica
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das coisas. São Paulo: Forense, 2003.	Básica
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direitos reais. São Paulo: Atlas, 2002.	Básica
COELHO, FÁBIO Ulhoa. Curso de Direito. V. 4. Direito das Coisas/Direito Autoral. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	Complementar
FACHIN, L.E.(Atu.) Direitos reais. São Paulo: Forense, 2004.	Complementar
GOMES, Orlando. . 19. ed., rev. atual. e aumentada por Luiz Edson. Rio de Janeiro: Florense, 2008. Direitos reais.	Complementar
RODRIGUES, Sílvio. Direito civil, vol. 5: direito das coisas. 28ª ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2009.	Complementar
WALD, Arnaldo. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. 11ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	11458 - Direito das Sucessões - Turma: CHADIR-9N
Professor:	37493 - SINTIA MARIA DALBOSCO
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Aspectos gerais da sucessão. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

3 JUSTIFICATIVA

O estudo do Direito das Sucessões é de fundamental importância, uma vez que entre a vida e a morte o ser humano passa a ser sujeito de direitos e obrigações e com o desaparecimento do homem, os bens continuam, e grande parte dessas relações transmigram para a vida dos que sobrevivem, dando continuidade, via sucessória, no direito dos herdeiros, em infinita e contínua manutenção da imagem e da atuação do morto, em vida, para depois da morte.

4 OBJETIVOS

Objetivo geral

Oportunizar aos acadêmicos, debates e reflexões acerca sobre o Direito Sucessório Brasileiro, tanto no que tange à dogmática jurídica, quanto em seu aspecto prático e crítico, tendo presente o desenvolvimento legislativo e jurisprudencial.

O b j e t i v o s

e s p e c í f i c o s

- Compreender como se dá a interpretação das normas protetoras da família e das relações de parentesco;
- possibilitar a compreensão, debate e reflexão crítica acerca do direito sucessório, através da análise da legislação, doutrina e aulas p a r t i c i p a t i v a s ;
- aplicar a legislação da área tomando como parâmetros os princípios constitucionais e das inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
31/07/2015 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino do componente curricular Direito das Sucessões. Introdução ao Direito das Sucessões: origem e fundamento do Direito das Sucessões. Da Sucessão em Geral: Abertura, momento da transmissão da herança. princípio da saisine, espécies de sucessões e de sucessores e o lugar em que se abre a sucessão.	Aula expositiva e dialogada.
07/08/2015 19:00 - 22:35	Da herança e de sua administração.	Aula expositiva e dialogada.
14/08/2015 19:00 - 22:35	Da vocação hereditária. Da aceitação e renúncia da herança.	Aula expositiva e dialogada.
21/08/2015 19:00 - 22:35	Evento UNOESC/UNOCHAPECÓ - "O novo CPC e questões ligadas ao Direito de Família".	
28/08/2015 19:00 - 22:35	Dos excluídos da sucessão.	Aula expositiva e dialogada.
04/09/2015 19:00 - 22:35	Da herança jacente e da herança vacante.	Aula expositiva e dialogada.
11/09/2015 19:00 - 22:35	Da petição de herança.	Aula expositiva e dialogada.
18/09/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1, individual, escrita (questões objetivas e subjetivas), sem consulta com peso 10.	

25/09/2015 19:00 - 22:35	Entrega da avaliação A1 parcial e correção. Da Sucessão Legítima.	Aula expositiva e dialogada.
02/10/2015 19:00 - 22:35	Continuação estudo da Sucessão Legítima.	Aula expositiva e dialogada.
09/10/2015 19:00 - 22:35	Da sucessão testamentária.	Aula expositiva e dialogada. Apresentação de 05 (cinco) duplas dos temas propostos pelo projeto "Arte de Ler e Escrever".
16/10/2015 19:00 - 22:35	Continuação do estudo da sucessão testamentária.	Aula expositiva e dialogada.
23/10/2015 19:00 - 22:35	Evento Robert Alexy - International Legal Seminar	
30/10/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1, individual, escrita (questões objetivas e subjetivas), sem consulta, com peso 10.	
06/11/2015 19:00 - 22:35	Do inventário e da partilha.	Aula expositiva e dialogada.
13/11/2015 19:00 - 22:35	Continuação estudo do inventário e partilha.	Aula expositiva e dialogada. Apresentação de 05 (cinco) duplas dos temas propostos pelo projeto "Arte de Ler e Escrever".
20/11/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1 - Abrangente com conteúdo cumulativo do semestre, individual, sem consulta ao material didático, escrita com questões objetivas e discursivas (peso 10).	
27/11/2015 19:00 - 22:35	Entrega e correção da A1 abrangente.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação seguirá as disposições do Regimento Interno da Unoesc. A mesma compreenderá aspectos quantitativos e qualitativos do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração a potencialidade individual do acadêmico.

A A1 consistirá na média aritmética composta de 3 (três) avaliações, individual, escrita (questões objetivas e discursivas), sem consulta, com peso 10.

Acréscimo de 1,0 para os alunos que obtiverem média 7,0 no Simulado Enade/OAB. O acréscimo ocorrerá em uma das notas parciais, a critério do professor. Referido acréscimo será concedido para todas as disciplinas nas quais o aluno esteja matriculado, à exceção de TCC e Estágio. Justificativa: tais componentes curriculares possuem regulamentos específicos de avaliação.

O exame final, constituiu-se de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0(sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), sendo aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, sem consulta, com peso 10.

Em caso de falta a uma das avaliações A1, ficará facultado ao docente, mediante solicitação expressa do acadêmico, aplicar prova oral sobre o conteúdo atinente a avaliação em questão, com peso 7,0 (sete).

- Será considerado reprovado o aluno que exceder o limite de faltas correspondente à 25% da carga horária prevista para o componente curricular.

- As faltas somente serão abonadas com o deferimento dos atestados médicos pela coordenação do curso e, somente no caso de reprovação por falta.

- As regras da avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc no artigo 135, "Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros".

- Demais avaliações que forem exigidas pela instituição.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
DIAS, Maria Berenice. Manual das sucessões. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. GAMA, Guilherme Calmon. Direito Civil. Sucessões. São Paulo: Editora Atlas, 2007. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil. volume VII. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.	Básica
CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Curso avançado de direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. CATEB, Salomão de Araujo. Direito das sucessões. São Paulo: Atlas, 2013. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. 6 ° volume. São Paulo: Saraiva, 2011 FARIA, Mario Roberto Carvalho de. Direito das sucessões: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2013. WALD, Arnoldo. Direito civil: direito das sucessões. 6. vol. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/8
Componente curricular:	11456 - Direito Empresarial I - Turma: CHADIR-8N
Professor:	280719 - Aleiteia Hummes Thaines
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Empresário individual e coletivo: caracterização, qualificação, prerrogativas e obrigações. O estabelecimento empresarial e a proteção ao ponto. Propriedade industrial. Sociedades personificadas e não personificadas. Sociedades simples e sociedades empresárias.

3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se o estudo do presente componente curricular por ser um dos ramos da ciência jurídica que experimentaram, recentemente, modificações legislativas tão significativas quanto o do Direito Comercial, tendo em vista que com a promulgação do novo Código Civil se pôs fim ao longo reinado do Código Comercial de 1850, mantendo-o apenas na parte do direito marítimo.

Neste novo cenário e arcabouço legislativo, o papel de protagonista da atividade empresarial não mais é desempenhado pela sociedade isolada, mas por estruturas societárias reticulares, constituindo grupos de empresas (de fato e de direito) de atuação marcadamente **t r a n s n a c i o n a l**.

Diante disso, tem-se como sendo de importância ímpar a necessidade de se fomentar o estudo e debate acadêmico a lidar com essa nova regulação jurídica da atividade empresarial, compreendendo-a a partir do conhecimento e análise da realidade que lhe é subjacente.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Aprender os principais conceitos jurídicos, identificar e interpretar os institutos jurídicos e a legislação em geral, principalmente, à relativa à realidade empresarial. Aplicar corretamente a terminologia jurídica. Interpretar e solucionar situações concretas que envolvam conhecimentos relativos às normas de Direito Obrigacional e Empresarial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (HABILIDADES):

Por meio dos conhecimentos adquiridos, o aluno deverá estar apto a:

- Construir argumentos, explicações e justificativas utilizando os principais conceitos e institutos do ordenamento jurídico, relacionados à atividade empresarial.
- Perceber que o conhecimento do direito empresarial o auxiliará na interpretação e solução de situações concretas de sua atividade profissional, assim como em sua vida pessoal.
- Conhecer os procedimentos registraes relacionados à atividade empresarial e a situação da empresa no mercado.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
28/07/2015 19:00 - 22:35	Apresentação do Plano de Ensino. Direito comercial/empresarial. Noções. Conteúdo. Histórico. Divisão do Direito Empresarial A empresa e o empresário	Aulas expositivas e dialogadas.
04/08/2015 19:00 - 22:35	Empresário individual Empresa Individual de Responsabilidade Ltda - EIRELI	Aulas expositivas e dialogadas.
11/08/2015 19:00 - 22:35	Direito e obrigações dos empresários. Registro público da sociedade empresarial. Escrituração mercantil.	Aulas expositivas e dialogadas.
18/08/2015 19:00 - 22:35	Nome empresarial. Noções; firma; nome da sociedade empresária; proteção do nome empresarial; concorrência; perda do nome; nome e marca.	Aulas expositivas e dialogadas.
01/09/2015 19:00 - 22:35	Estabelecimento empresarial. Proteção do ponto	Aulas expositivas e dialogadas.

TAE	Exercícios de fixação referente ao conteúdo trabalhado até o momento	Questões que deverão ser entregues.
08/09/2015 19:00 - 22:35	Direitos de Propriedade Industrial. Marcas Patentes Indicações Geográficas Desenho Industrial	Aula expositiva e dialogada
15/09/2015 19:00 - 22:35	Sociedade empresária. Regime jurídico. Contrato social. Dissolução.	Aula expositivas e dialogadas
22/09/2015 19:00 - 22:35	Avaliação parcial para compor nota de A1	Avaliação parcial para compor nota de A1
29/09/2015 19:00 - 22:35	Sociedade simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em conta de participação.	Aulas expositivas e dialogadas
06/10/2015 19:00 - 22:35	Sociedade limitada	Aulas expositivas e dialogadas
TAE	Questões sobre sociedade empresária para fixação do conteúdo estudado nas aulas anteriores. Questões do Exame da ordem.	Questões para compor avaliação de A1
20/10/2015 19:00 - 22:35	Continuação aula sociedade limitada	Aulas expositivas e dialogadas
27/10/2015 19:00 - 22:35	Sociedade em comandita simples. Sociedade por ações Sociedades anônimas	Aulas expositivas e dialogadas.
03/11/2015 19:00 - 22:35	Continuação aula sociedades anônimas	Aulas expositivas e dialogadas.
10/11/2015 19:00 - 22:35	Seminário de atualidades	Seminário - apresentação trabalhos sobre temas atuais
17/11/2015 19:00 - 22:35	Revisão do conteúdo sobre sociedades empresárias	Aula expositiva e dialogada
24/11/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1 abrangente, individual, cumulativa do conteúdo do semestre, sem consulta ao Código Civil, com peso 10	Avaliação

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

- Serão realizados 1 (um) ou 2 (dois) trabalhos com peso 5 (cinco) cada um, que poderão ser individuais ou em grupo. 1 (uma) avaliação/prova, escrita e parcial com peso 8 (oito) e 1 (uma) atividade de seminário de atualidade com peso 2 (dois), onde será atribuído 1,0 (um) ponto para a entrega escrita do trabalho e 1,0 (um) ponto para a apresentação no Seminário de Atualidades que será realizado no dia 10 de novembro de 2015. 1 (uma) avaliação obrigatória A1 (abrangente), que deverá ser individual, escrita, abrangendo todo o conteúdo estudado no semestre, que será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, que também terá peso 10 (dez).

- Em decorrência da realização do simulado ENADE/OAB, que se realizará no dia 30/09, os alunos que obtiverem média 7,0 (sete), terão um acréscimo de 1,0 (um ponto) na avaliação parcial.

- Para os alunos faltantes nas avaliações que irão compor a A1, com exceção da A1 final obrigatória, será oportunizado, desde que autorizados pela coordenação de curso, fazer nova prova com peso diferenciado (a menor).

- Para os acadêmicos que faltarem à A1abrangente (obrigatória) deverão fazer requerimento para a Coordenação, solicitando A1 fora de prazo.

- A avaliação A1abrangente será realizada individualmente e sem consulta à legislação ou a qualquer tipo de material.

-Com relação aos trabalhos solicitados, caso ocorra a constatação de plágio, ao mesmo será atribuída a nota zero, bem como encaminhado à Coordenação para as medidas cabíveis.

- Frequência igual ou superior a 75% e participação em sala de aula.

- As faltas somente serão abonadas com o deferimento da coordenação do curso.

- Exame final, constituído de um a prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e/ou questões dissertativas.

- As regras de avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc, no art. 135. Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros.

- Demais avaliações que forem exigidas pela instituição.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALMEIDA, Amador Paes. Manual das sociedades Comerciais. 17ª Edição. São Paulo: Saraiva 2009	Básica
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. Vol. I, e II. São Paulo: Saraiva, 2009	Básica

FAZZIO JR., Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2008.	Básica
BRASIL. Código Civil Brasileiro. 2002.	Complementar
COMPARATO, Fábio Konder. Direito Empresarial: estudos e pareceres. São Paulo : Saraiva, 1995.	Complementar
MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2009.	Complementar
NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2009.	Complementar
REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. Ed. Saraiva, Vol. 1 e 2, 27ª edição – 2007	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/6
Componente curricular:	10002 - Direito Internacional - Turma: CHADIR-6NB
Professor:	28533 - Claudia Cinara Locateli
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Direito Internacional Público: sujeitos, tratados, solução de litígios, soberania, nacionalidade, direito humanos, organizações internacionais, condição jurídica dos estrangeiros. Direito Comunitário: Mercosul, União Européia, Nafta, Alca. Direito Internacional Privado: estrutura das normas, preceitos básicos, arbitragem internacional, aplicação do direito estrangeiro no processo, competência, homologação de sentença estrangeira.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular estuda, por meio de análise sistemática e crítica, as instituições e categorias do Direito Internacional Público e Privado. O sistema global e os regionais do Direito Internacional criam, a partir das relações internacionais, normas e diretrizes hermenêuticas que são adotadas pelos ordenamentos jurídicos nacionais. Por essa razão, torna-se imprescindível compreender quem são os atores globais, como ocorre a formação dos tratados e sua recepção pelo legislativo nacional, a condição jurídica dos estrangeiros, bem como as regras que indicam a solução dos conflitos de lei no espaço, com conexão internacional. A disciplina justifica-se por contribuir com a formação qualificada, crítica e humanizada e oportuniza a compreensão das formas de solução de litígios decorrentes das relações extraterritoriais no âmbito do Direito Internacional Público e Privado. As temáticas coadunam-se com a linha de pesquisa do Curso de Direito "Dimensões Materiais e Eficaciais dos Direitos Fundamentais".

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender as categorias e instituições regulamentadas pelo Direito Internacional, Público e Privado, proporcionando assimilação estruturada, pelo método reflexivo-crítico, indispensáveis à formação jurídica e ao exercício profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os atores/sujeitos do Direito Internacional Público e a aquisição da personalidade jurídica;
- Entender a formação e recepção dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro;
- Analisar as formas de resolução dos conflitos no âmbito internacional;
- Estudar a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil;
- Interpretar as normas do Direito Internacional Privado no concernente aos meios de resolução dos conflitos de lei material no espaço, com conexão internacional.
- Analisar o direito comunitário, sua formação, características e efeitos no ordenamento jurídico dos países-membros.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
30/07/2015 19:00 - 22:35	Noções Gerais: pessoas e sujeitos do direito internacional. Personalidade Jurídica. Direito Internacional Público. Fontes do direito internacional público e Conflito de leis.	Apresentação do Plano de Ensino. Aula expositiva-dialogada.
06/08/2015 19:00 - 22:35	Tratados Internacionais: Criação de normas internacionais por meio dos tratados; Os tratados internacionais e sua incorporação no ordenamento jurídico (rito); Hierarquia. Tratados de direitos humanos.	Aula expositiva-dialogada e resolução de questões jurídicas.
13/08/2015 19:00 - 22:35	Teorias de incorporação dos tratados: monista e dualista. Efeitos no ordenamento jurídico interno.	Aula expositiva-dialogada. Análise de questões concurso.
20/08/2015 19:00 - 22:35	Análise dos litígios internacionais e possíveis meios de solucioná-los.	Aula expositiva-dialogada. Estudo de caso.

	Arbitragem. Mediação. Cortes Judiciais.	
27/08/2015 19:00 - 22:35	Institutos humanitários: asilo político, refúgio e proteção diplomática. Os direitos étnicos-raciais - a situação dos haitianos no Brasil.	Aula expositiva-dialogada.
03/09/2015 19:00 - 22:35	Representações diplomáticas e consulares: Convenção de Viena (normas internacionais e internas); Embaixadores: funções administrativas; Imunidade e privilégios dos embaixadores; Cônsules: funções administrativas; Imunidades e privilégios	Aula expositiva-dialogada. Análise questões concursos.
10/09/2015 19:00 - 22:35	Prova Parcial de A1.	Aplicação avaliação.
17/09/2015 19:00 - 22:35	Temas: a) Responsabilidade internacional. As intervenções para fins humanitários. As indenizações e demais ações. b) Tribunal Penal Internacional. c) Organização Mundial do Comércio; d) Organização das Nações Unidas; e) Organização Internacional do Trabalho; f) Organização dos Estados Americanos;	Trabalho desenvolvido em grupo, com apresentação resultados em sala. Valor: 1,0
24/09/2015 19:00 - 22:35	Estatuto do Estrangeiro: Vistos e Medidas de Afastamento.	Aula expositiva-dialogada e resolução de questões práticas. Análise de caso e de julgados.
01/10/2015 19:00 - 22:35	A expulsão e a extradição. Requisitos e mecânica processual. Análise de casos polêmicos julgados pelo judiciário brasileiro.	Análise de casos apreciados pelo STF. Aula expositiva.
08/10/2015 19:00 - 22:35	Nacionalidade: Conceito; Nacionalidade originária; Nacionalidade derivada; Naturalização e seu procedimento; Perda da naturalização. Ação de opção de nacionalidade.	Aula expositiva-dialogada. Resolução questões práticas.
15/10/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1.	Aplicação prova.
22/10/2015 19:00 - 22:35	Organizações internacionais: ONU (Organização das Nações Unidas). Direito Comunitário: Mercosul: formação, composição, evolução, natureza jurídica e o Tribunal Arbitral ad hoc; União Européia: formação, composição, evolução, natureza jurídica, direito comunitário e o Tribunal Permanente da União Européia; ALCA (Área do Livre Comércio das Américas); NAFTA (Área do Livre Comércio Norte Americano); BRICS; Demais processos de cooperação internacional.	Aula expositiva-dialogada e análise questões concurso.
29/10/2015 19:00 - 22:35	Direito Internacional Privado (DIPr): Pluralidade e diversidade de ordenamentos jurídicos; Conceito/objeto/objetivo; Fontes do Direito Internacional Privado; Qualificação das normas de DIPr : Estrutura das normas de Direito Internacional Privado; Norma Indicativa/Qualificação/Elementos de Conexão;	Aula expositiva e análise de casos práticos/julgados.
05/11/2015 19:00 - 22:35	Análise da aplicação do direito material estrangeiro nas ações ajuizadas no judiciário brasileiro. Fraude à lei. Preceito da Ordem Pública. Direito Processual Internacional: homologação de sentença estrangeira, emissão e recebimento de Cartas rogatórias. Execução.	Estudo e desenvolvimento raciocínio por meio de resolução de questões práticas e da OAB.
12/11/2015 19:00 - 22:35	Direito Internacional Privado: capacidade e personalidade, casamento, divórcio, bens, contratos, sucessão, homologação sentença estrangeira, carta rogatória, proteção ordem pública.	Aula expositiva-dialogada. Exercícios revisão. Análise casos práticos.
19/11/2015 19:00 - 22:35	Avaliação A1 - Prova abrangente	Aplicação prova.
26/11/2015 19:00 - 22:35	Devolução provas corrigidas, análise das questões, revisão final.	Atividades de revisão

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliações escritas, A1 e A2, conforme regulamento da UNOESC.

Para fins de aferição e promoção do aprendizado, serão adotados dois instrumentos de avaliação: prova escrita e trabalho em grupo.

As avaliações serão compostas por questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas práticos na área do Direito Internacional, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula. Serão considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas.

- A média correspondente a A1 (1 e 2) será composta por avaliações individuais, sem consulta, e trabalhos desenvolvidos, em grupo.

- A nota da A1.3 será auferida pelo aproveitamento do acadêmico na prova abrangente, composta por questões objetivas e dissertativas, sem consulta, que valerá 10,0.

O não comparecimento em uma das avaliações escritas, com justificativa, permitirá realizar a avaliação oral, em especial.

* Os alunos que obtiverem média 7,0 no Simulado Enade/OAB terão acréscimo de 1,0 numa das notas de A1.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ARAÚJO, Nadia de. Direito Internacional Privado . Teoria e Prática Brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado . São Paulo: Saraiva, 2011. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.	Básica
ACCIOLY, Hildebrando; Silva, G. E. do Nascimento; Manual de direito internacional público . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado . São Paulo: Atlas, 2012. FERREIRA JÚNIOR, Lier Pires; CHAPARRO, Verônica Zarate. Curso de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Freitas Basso, 2010. REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. STRENGER, Irineu. Direito internacional privado . 3. ed., aum. São Paulo: LTr, 2010.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	11976 - Direito Processual Civil IV (cautelares) - Turma: CHADIR-7N
Professor:	238829 - Juliana Gallina
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Tutela jurisdicional diferenciada e de urgência. Processo cautelar. Ação cautelar. Medidas cautelares nominadas e inominadas.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito Processual Civil IV, Procedimentos Cautelares se faz necessária para o fim de ampliar o estudo acerca dos procedimentos cautelares, a partir do Livro III do CPC, da Constituição Federal e da legislação esparsa.

A importância do estudo dos procedimentos cautelares se justifica, dentre inúmeros outros aspectos, por razões de ordem prática e por razões de ordem crítico-reflexiva. Estudar os procedimentos cautelares é fundamental para o bom exercício das atividades prático-profissionais típicas dos juristas, majorando a eficiência na utilização do Poder Judiciário e dos seus órgãos. Por outro lado, saber da existência, das peculiaridades e da efetividade de cada um dos procedimentos cautelares previstos no ordenamento jurídico brasileiro contribui com a crítica feita ao procedimento comum ordinário, o qual não é capaz de atender satisfatoriamente a todos os interesses eventualmente submetidos ao Poder Judiciário.

Com efeito, o conhecimento proporcionado por referida disciplina é de significativa importância em termos técnico-teóricos, assim como social e reflexiva, pois apenas um profissional que tenha um pleno domínio da técnica poderá melhor utilizar os instrumentos jurídicos, promovendo a função a que o processo e o direito como um todo se destinam.

Nessa perspectiva, o estudo do direito processual civil é de suma importância para a formação de novos juristas comprometidos com o sentido do direito e com a missão de superação do normativismo legalista. Uma compreensão sobre a estrutura e as instituições do direito processual civil é condição de possibilidade para um novo processo civil e para a transição paradigmática que a modernidade passou a exigir no contexto contemporâneo.

Deste modo, o direito processual civil não pode manter-se refratário às modificações trazidas pelo confronto entre as diversas tradições e culturas jurídicas. Ao final do semestre letivo espera-se que o acadêmico tenha desenvolvido e aprimorado seu espírito crítico-reflexivo acerca do processo civil, bem como adquirido o domínio do conteúdo programático da disciplina, que lhe dará suporte teórico para o exercício de prática judiciária nas cadeiras de estágio supervisionado, no serviço de assistência jurídica (SAJ) e na futura carreira profissional. Somente sob tais condições é possível atender a função social do processo civil brasileiro em um contexto marcado pela e pela nova realidade social.

4 OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

- Proporcionar um aprendizado teórico e técnico sobre os Procedimentos Cautelares mais relevantes, através de uma abordagem crítica, não-dogmática, pautada no processo como instrumento necessário à pacificação dos conflitos sociais existentes e na necessidade de efetivação do amplo acesso à Justiça.
- Propiciar o estudo da jurisdição cautelar a partir de sua teoria geral e do conjunto de princípios jurídicos e normas legais que regem os diversos procedimentos cautelares.

Objetivos Específicos:

- Formação crítica acerca do sistema processual civil brasileiro e capacitação técnica e teórica sobre os procedimentos cautelares.
- Problematicar o direito processual como fenômeno sócio-cultural. Auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social.
- Discussão sobre aspectos polêmicos do processo civil brasileiro, contrapondo-o, na medida do possível, a outras tradições jurídicas.
- Preparar o graduando para o exercício profissional, habilitando-o com conhecimentos não só teóricos, mas também práticos.
- Iniciar os alunos nos conhecimentos acerca do processo cautelar, sua finalidade, natureza e requisitos. Identificar e distinguir as diversas espécies de procedimentos cautelares específicos ou nominados e suas finalidades.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade

15/08/2015 08:00 - 11:30	Apresentação do Plano de Ensino. Identificar a terminologia utilizada. Diferenciar os tipos de processo existentes e qual o tipo de tutela de cada um. Por que o processo cautelar é instrumento do instrumento? Requisitos da Ação Cautelar Diferenciar: Ação, Processo e Medida Cautelar e Liminar. Tutela cautelar e antecipação de tutela.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios.
22/08/2015 08:00 - 11:30	Tutelas provisórias e definitivas Tutelas de urgência: antecipação de tutela e cautelar.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios.
29/08/2015 08:00 - 11:30	Características. Procedimentos para obtenção das Tutelas de Urgência (antecipação de tutela e ação cautelar)	Aula expositiva e dialogada. Exercícios.
05/09/2015 08:00 - 11:30	Avaliação A.1.1	Avaliação Individual e sem consulta.
05/09/2015 13:00 - 16:30	Exercícios.	Atividade domiciliar.
12/09/2015 08:00 - 11:30	Princípio da Razoável Duração do Processo. Acesso à Justiça. Poder Geral de Cautela. Tutelas de Urgência - Responsabilidade Objetiva Tutelas de urgências específicas para alimentos: alimentos provisórios, provisionais e gravídicos.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios.
19/09/2015 08:00 - 11:30	Procedimentos cautelares nominados: arresto, sequestro, arrolamento, produção antecipada de provas, busca e apreensão.	Aula expositiva e dialogada. Exercícios.
26/09/2015 08:00 - 11:30	A1 Abrangente.	Avaliação Abrangente envolvendo todo o conteúdo ministrado, nos moldes previsto pelo Regimento da Instituição.
03/10/2015 08:00 - 11:30	Devolução da A1 Abrangente.	Considerações finais sobre a disciplina. Avaliação dos pontos positivos e negativos do processo de ensino e aprendizagem.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÕES:

- A avaliação seguirá as disposições do Regimento Interno da Unoesc.
- A mesma compreenderá aspectos quantitativos e qualitativos do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração a potencialidade individual do acadêmico.
- As avaliações envolvem métodos disciplinares e interdisciplinares.

A A1 será composta de 2 notas:

1) Nota 1: Avaliação A1.1 Peso 10.

Que será realizada na data de 05/09/2015 08:00 - 11:30

2) Nota 2: Prova Abrangente que será realizada na data de 26/09/2015 08:00 - 11:30 - Peso 10

Avaliação que será individual, sem consulta, com questões objetivas e discursivas).

Os alunos que não obtiverem nota 7,0 deverão se submeter ao **Exame (A2)**

O Exame A2 - será realizado 7 (sete) dias após a publicação da nota da Avaliação Abrangente, conforme disposição Regimental.

Observações:

- Será analisado para composição da nota final do acadêmico o comprometimento do mesmo nas aulas e tarefas solicitadas.
- A média bimestral será apurada realizando-se a somatória dos valores obtidos na prova oficial escrita e nas outras formas de avaliação, totalizando 10 (dez) pontos.
- A prova bimestral escrita e a Avaliação A1 Abrangente deverão contemplar pelo menos 3,0 (três) pontos em questões discursivas.
- **A participação, respeito e freqüências nas aulas serão levadas em conta no momento da atribuição da média final**

SIMULADO OAB/ENADE

1. Simulado OAB/ENADE - 30/09/2015 - MANHÃ E NOITE

2. Na data de 30/09 ocorrerá o Simulado OAB/ENADE
3. Neste dia não haverá aula, apenas a realização do SIMULADO.
4. - Importante: conforme decidido em Colegiado, o acréscimo de 1,0 não se aplica às disciplinas de Estágio e TCC (Regulamentação específica).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, Curso de direito processual civil. vol. 2, 36ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2001. JOSÉ FREDERICO MARQUES, Manual de direito processual civil. vol. 4, 1ª ed., atual. por Vilson Rodrigues Alves, Campinas, Ed. Bookseller, 1997. LUIZ GUILHERME MARIONI, Tutela cautelar e tutela antecipada. 1ª ed. 2ª tir., São Paulo, Ed. RT, 1994.	Básica
DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil. Bahia: Editora Jus Podivm. 7 Ed., 2012. WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2013. HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, Processo cautelar. 18ª ed., Rio de Janeiro, ED. Forense, 1999. OVÍDIO A. BAPTISTA DA SILVA, Do processo cautelar. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1998.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	10014 - Direito Processual Penal III - Turma: CHADIR-9N
Professor:	45870 - Julivan Augusto Negrini
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Dos procedimentos. Da sentença. Das nulidades. Dos recursos. Do habeas corpus. Do mandado de segurança.

3 JUSTIFICATIVA

Esta disciplina, bem como a metodologia adotada, têm a função de proporcionar ao acadêmico uma noção teórica e prática das normas procedimentais concernentes ao processo penal, possibilitando que o mesmo possa interpretá-las de forma correta e aplicá-las aos casos concretos quando do exercício de sua atividade profissional. Possui fundamental importância, pois possibilitará que o acadêmico possa dar efetividade as normas do direito material quando da instauração de uma relação jurídica processual penal, tornando-o apto a exercer qualquer atividade profissional relacionada a matéria.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao aluno a correta compreensão das normas instrumentais do processo penal, possibilitando que o mesmo possa atuar satisfatoriamente em uma relação jurídica processual, independentemente da posição por ele ocupada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os procedimentos previstos para o processo penal, indicando as hipóteses em que cada um deles deve ser adotado;
- Diferenciar as espécies de decisões judiciais previstas na lei penal;
- Identificar as hipóteses de nulidades que podem ocorrer no processo penal, indicando ao acadêmico os meios para evitá-las, bem como o procedimento a ser adotado diante da possibilidade de anulação de um processo;
- Analisar e diferenciar os diversos recursos e ações impugnativas previstas no ordenamento penal brasileiro, identificando as hipóteses de cabimento de cada um deles.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
29/07/2015 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino. Do procedimento comum ordinário.	Aula expositiva.
05/08/2015 19:00 - 22:35	Procedimento Comum Ordinário: Continuação.	Aula expositiva
12/08/2015 19:00 - 22:35	Procedimento comum sumário.	Aula expositiva.
19/08/2015 19:00 - 22:35	Procedimentos especiais.	Aula expositiva e revisão de conteúdo.
26/08/2015 19:00 - 22:35	Do Procedimento do Júri.	Aula expositiva.
02/09/2015 19:00 - 22:35	Do procedimento do Júri.	Aula expositiva e dinâmica de grupo.
09/09/2015 19:00 - 22:35	Nulidades no Processo Penal.	Aula expositiva.
16/09/2015 19:00 - 22:35	Avaliação escrita A1/1 - Peso: 7,0 pontos.	Avaliação escrita, individual e sem consulta.
23/09/2015 19:00 - 22:35	Sentença penal: Aspectos gerais. Sentença penal condenatória e absolutória e seus respectivos efeitos.	
30/09/2015 19:00 - 22:35	Emendatio libelli e Mutatio Libelli: Generalidades e procedimentos.	Aula expositiva e resolução de exercícios de revisão.
07/10/2015 19:00 - 22:35	Teoria Geral dos Recursos: fundamentos; Princípios. Recursos em espécie: Recurso em Sentido Estrito.	Aula expositiva.

14/10/2015 19:00 - 22:35	Recurso de apelação e agravo em execução penal.	Aula expositiva
21/10/2015 19:00 - 22:35	Embargos: declaratórios, infringentes e de nulidade.	Aula expositiva.
28/10/2015 19:00 - 22:35	Agravos; Carta Testemunhável; Correição Parcial.	Aula expositiva.
04/11/2015 19:00 - 22:35	Recurso Extraordinário; Recurso Especial e Recurso Ordinário Constitucional. Ações impugnativas autônomas.	Aula expositiva e análise de casos.
TAE	Semana acadêmica	
18/11/2015 19:00 - 22:35	Avaliação escrita - A1/3 (prova abrangente) - Peso: 10,0 pontos.	Prova escrita, individual e sem consulta.
25/11/2015 19:00 - 22:35	correção de provas e revisão de conteúdo.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

a) A avaliação do aluno (nota A1) será feita da seguinte forma:

Pela realização de três avaliações, sendo duas provas escritas, com considerável nível de dificuldade (podendo envolver questões de concursos públicos, OAB e ENADE), formadas por questões objetivas e dissertativas (provas mistas) e um trabalho que será realizado a distância. As referidas avaliações terão os seguintes procedimentos e distribuição de notas:

1) Avaliação "A1/1", composta por uma prova escrita, individual e sem consulta, com peso 7,0, envolvendo todo o conteúdo estudado até a data da prova e por um trabalho que será realizado a distância e de forma individual,, com peso 3,0, envolvendo temas a serem definidos em aula. Estas notas serão somadas, totalizando 10,0 pontos.

2) Avaliação "A1/2", composta por uma prova escrita, individual e sem consulta, com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado durante o semestre (abrangente). Os alunos que participarem do simulado ENADE/OAB e obtiverem nota Igual ou superior a 7,0, terão acréscimo de 1,0 (um ponto) nesta avaliação.

Observações:

- Para fins de definição da média final (A1), será realizada a soma das notas das avaliações A1/1 e A1/2 e divididas pelo fator "2" (dois).
 $(A1/1 + A1/2 \div 2 = \text{média A1})$

- As provas serão realizadas nas datas mencionadas no cronograma acima e terão o tempo de duração máximo de 2 (duas) horas. Durante a sua realização não será permitida a saída do aluno, com posterior retorno e, ainda, será vedado o empréstimo de materiais e o uso objetos eletrônicos.

b) A avaliação A2 será realizada conforme as determinações previstas no regimento e projeto pedagógico do curso.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo : Saraiva, 1997.	Básica
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. São Paulo : Saraiva, 1997, Vol. 1.	Básica
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo : Saraiva, 1997, v. 1.	Básica
BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado: estudo integrado com direito penal e execução penal, apresentações esquemáticas da matéria. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.	Complementar
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. Rio de Janeiro.	Complementar
RANGEL, Paulo. Direito Processual penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.	Complementar
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo penal. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	11115 - Estágio de Prática Jurídica I - Turma: CHADIR-7A
Professor:	37493 - Sintia Maria Dalbosco
Nr. créditos/Carga Horária:	5/75
Período letivo:	2015/2

2 EMENTA

Conforme regulamento específico aprovado pelo Colegiado do Curso.

3 JUSTIFICATIVA

O Estágio de Prática Jurídica I visa inserir o acadêmico no contexto jurídico e levá-lo a experimentar a atmosfera de conflitos vividos pelos cidadãos que buscam na justiça uma forma de estabelecerem direitos e obrigações. Neste sentido, a disciplina dá ênfase a outros espaços de acesso à justiça, como a mediação, a conciliação, a negociação e a arbitragem, os quais devem ser avaliados para a solução do conflito a cada caso concreto. A disciplina também visa proporcionar um aprendizado sólido na área de direito civil, com noções práticas, para que, no findar desta etapa, se alcance satisfatoriamente os conteúdos necessários, não somente para a aprovação do acadêmico, mas para habilitá-lo ao exercício profissional competente das diversas profissões jurídicas em todas as áreas do Direito.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Ministrar ensinamentos práticos dos conteúdos preferenciais associando-os à experiência teórica de forma a instruir o acadêmico quanto à correta interpretação e uso dos institutos legais, despertando sua consciência como operador do direito, voltado para a racionalidade e eficiência da prestação jurisdicional, compreendendo as normas processuais e suas teorias como forma de instrumentalizar sua vida profissional, bem como desenvolver uma visão crítica a respeito da dinâmica do Poder Judiciário, tendo em vista a idéia de acesso à Justiça e de solução dos conflitos através de outros espaços como mediação, a conciliação, a mediação e a arbitragem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do componente curricular o acadêmico deverá ser capaz de:

1. Desenvolver uma visão crítica a respeito da dinâmica do Poder Judiciário, tendo em vista a idéia de acesso à justiça e de solução pacífica dos conflitos.
2. Utilizar ferramentas conceituais para estudo dos processos jurídicos, políticos, econômicos e sociais, de modo a analisar e, em sincronia, intervir na realidade social.
3. Articular os conhecimentos trabalhados no conjunto das disciplinas do curso.
4. Desenvolver a capacidade de formular e avaliar uma proposta de ação.
5. Simular a vida do operador do direito em seu ambiente profissional, em especial na esfera da Advocacia e da Defensoria Pública, dado que as atividades práticas se desenvolverão no âmbito do NPJ.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
27/07/2015 08:00 - 11:50	- Apresentação dos quadros de estágio aos alunos, explicações sobre metodologia de ensino e aprendizagem, avaliações, faltas, e demais assuntos relativos à disciplina. - Divisão dos grupos. Introdução ao Processo Civil (Fase Postulatória e Requisitos da Petição Inicial). Art. 282, I. Competência. Competência Absoluta e Relativa. Requisitos da Petição Inicial. Resposta do Réu.	Divisão dos grupos - Aula Teórica Expositiva com enfoque aos requisitos da Petição Inicial, objetivando apresentar dicas sobre os elementos cobrados na elaboração de peças para a segunda fase do exame de ordem.
03/08/2015 08:00 - 11:50	Continuação dos assuntos tratados no encontro anterior. Requisitos da Petição Inicial e Resposta do Réu.	Aula expositiva e atividade prática de atendimento ao público.
10/08/2015 08:00 - 11:50	- Da Resposta do Réu. Requisitos e hipóteses. - Exposição do conteúdo e elaboração de peça de defesa a partir de caso simulado. - Atendimento de caso real no NPJ	Atividade simulada. O aluno deverá fazer uma procuração.

17/08/2015 08:00 - 11:50	Continuação dos assuntos tratados na aula anterior.	tividade simulada e tendimento ao público.
24/08/2015 08:00 - 11:50	- Da Resposta do Réu. Requisitos e hipóteses. - Exposição do conteúdo e elaboração de peça de defesa a partir de caso simulado. - Atendimento de caso real no NPJ	Atendimento ao público.
31/08/2015 08:00 - 11:50	- Continuação dos assuntos tratados na aula anterior.	Atendimento ao público.
14/09/2015 08:00 - 11:50	Estudo de caso simulado em que deverá apresentar uma contestação, reconvenção ou exceção, segundo a distribuição dos casos práticos que couber ao aluno.	Atendimento ao público.
14/09/2015 13:15 - 15:30	Continuação do estudo iniciado no período da manhã.	
21/09/2015 08:00 - 11:50	- Correção das atividades realizadas pelos alunos. ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM	Atendimento ao público.
21/09/2015 13:15 - 15:30	Continuação do estudo iniciado no período matutino.	
28/09/2015 08:00 - 11:50	Honorários de Sucumbência e Honorários contratuais. Atividade Simulada. Atendimento ao público.	Atendimento ao público.
28/09/2015 13:15 - 15:30	Continuação estudo iniciado no período matutino,	
05/10/2015 08:00 - 11:50	Correção da peça solicitada no encontro anterior.	Atendimento ao público.
05/10/2015 13:15 - 15:30	Revisão do conteúdo ministrado até a presente aula.	
19/10/2015 08:00 - 11:50	I - Atendimento de caso real no NPJ II - Alimentos. Execução, art. 732 CPC, sob pena de penhora. III - Noções sobre cumprimento de sentença.	Atendimento ao público.
19/10/2015 13:15 - 15:30	Continuação estudo iniciado no período matutino.	
26/10/2015 08:00 - 11:50	Elaboração de peça prática simulada: ação de investigação de paternidade c/c alimentos provisórios.	Atendimento ao público.
09/11/2015 08:00 - 11:50	Elaboração de peça simulada de execução de alimentos art. 733.	Atendimento ao público.
16/11/2015 08:00 - 11:50	Avaliação abrangente, peça prática de Direito de Família, presencial, individual, manuscrita, com consulta ao VADE MECUM, peso 10.	
23/11/2015 08:00 - 11:50	Entrega da A1 abrangente e correção.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

a) O aluno deverá cumprir integralmente cada uma das atividades requeridas pela professora do Estágio.

b) Cada aula gera uma atividade, sendo esta simulada ou real, devendo ser realizado o respectivo relatório.

c) Serão consideradas, para efeitos de avaliação, duas notas: uma correspondente ao relatório de estágio e a outra decorrente de avaliação final. Cada avaliação valerá de zero a dez. A nota final corresponderá à média aritmética das duas avaliações.

Obs.: a perda do prazo estipulado pelo NPJ para acompanhamento dos casos reais bem como a ausência de pelo menos um membro dos grupos nas audiências vinculadas ao NPJ implicam a atribuição de 0,0 (ZERO) na disciplina de estágio e reprovação automática do grupo.

d) O relatório de estágio deverá conter todas as atividades realizadas durante o estágio: - peças processuais processuais; - formulário de acompanhamento de 4 (quatro) audiências, sendo duas de instrução e duas de conciliação; - formulário de visita orientada (o órgão e data serão informados pelo professor orientador).

e) Para avaliação do relatório, serão considerados os seguintes itens: Relatório de Atendimentos realizados e laboração das peças com a devida utilização das normas técnico-jurídicas, correta utilização da terminologia jurídica, com pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica (art.4º Res.9/2004 CNE/CES), frequência e pontualidade, bem como o relacionamento com usuários e equipe/participação e colaboração, relatório de acompanhamento de audiências, relatório de análise de autos findos e relatório de visita orientada e Acompanhamento Processual.

O relatório deverá ser entregue até às 17h30min dos dias 30/11/2015 e 01/12/2015, prazo improrrogável, em não sendo entregue o mesmos nos dias referidos será conferida nota zero ao relatório.

f) A avaliação final será individual e composta de 1 (um) caso simulado, diante do qual o aluno deverá proferir análise e elaborar a peça processual correspondente e adequada. A avaliação será manuscrita com consulta apenas a legislação sem comentários.

g) Os atendimentos realizados com instrução de elaboração de peças processuais deverão ser registrados pelo professor com fixação de prazo para entrega final; petições iniciais deverão ser entregues, em definitivo, no máximo em 30 dias; os demais prazos deverão ser respeitados de acordo com a natureza de cada peça (contestação, embargos, recursos, etc.)

V I S T O N A S P E Ç A S P R O C E S S U A I S

As peças processuais não exibidas ao professor orientador durante o semestre não serão avaliadas no relatório final. Ao longo do semestre os alunos deverão imprimir as peças e obter o visto do professor orientador, antes da composição do relatório final, sob pena de reprovação automática. Obs.: As peças processuais copiadas da internet implicarão reprovação automática.

D O S A T E N D I M E N T O S R E A I S

A pasta do respectivo atendimento deverá ser entregue ao professor, no final do dia de estágio, para conferência dos registros pertinentes. O registro no relatório de atendimento, deverá sempre ser iniciado pela data, com o devido número do protocolo e nome dos acadêmicos responsáveis.

D A R E P O S I Ç Ã O D E A U L A

A frequência no estágio é de 100%. Contudo, o aluno poderá requerer a reposição de no máximo 3 (três) ausências (art.14 do Regulamento de estágio). O requerimento de reposição deverá ser solicitado na secretaria do NPJ e assinado pelo professor orientador que recebeu o aluno para reposição. O acadêmico na aula de reposição fará a atividade que será proposta pelo professor (a) da reposição.

D A E S C A L A D E P L A N T Ã O :
É compulsória a escala de plantão estipulada aos alunos pelos professores orientadores de estágio, durante os meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, sendo obrigatória a participação do aluno.

Obs.: As audiências de processos do NPJ poderão ser acompanhadas pelo aluno no dia de estágio, sob a orientação do professor orientador.

D O S I G I L O P R O F I S S I O N A L

É expressamente proibido indicar telefones particulares, ou outros meios de comunicação de cunho particular aos clientes. O telefone de contato será sempre do NPJ, devendo assim o acadêmico manter sigilo nas informações trazidas através dos atendidos reais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CAHALI, Yussef Sahid. Alimentos. 12a. Ed., São Paulo, RT. CAHALI, Yussef Sahid. Divórcio e Separação. 12a. Ed., São Paulo: RT, 2011. DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: RT.	Básica
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - todos os volumes. São Paulo: Saraiva. CAVALIERI, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. Editora: Atlas. MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; Bruno Miragem. Comentários ao código de defesa do consumidor: arts. 1º a 74, aspectos materiais. São Paulo: Revista dos Tribunais. MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos. NEGRÃO, Theotônio; Gouvêa, José Roberto Ferreira. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. São Paulo: Saraiva. NERY JÚNIOR, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. São Paulo: Revista dos Tribunais. SANTOS, Jorge Sincorá dos. Prática Forense Civil. São Paulo: Lumen Juris.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	11252 - Associativismo - Turma: CHADIR-9N
Professor:	280719 - Aleiteia Hummes Thaines 259677 - Karinne Emanuela Goettems dos Santos
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Origem histórica das organizações. Cooperativismo. Associativismo e cooperativismo no Brasil. Classificação das cooperativas. Organizações não-governamentais; ONG's, Institutos. Fundações. Políticas Públicas e implementação de programas de incentivo ao associativismo e cooperativismo. Outras formas de cooperação. Organizações cooperativas e associativas. Movimentos sociais.

3 JUSTIFICATIVA

O profissional de Ciências Jurídicas estuda a elaboração, aplicação e interpretação da lei, para que haja nos casos concretos a solução harmoniosa dos litígios, visando sempre a finalidade precípua do Direito que é a Justiça. O bacharel em Direito terá um imenso leque de opções, podendo atuar junto a organizações públicas, tais como as carreiras: da Advocacia, da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Políticas, bem como do Magistério de Ensino Superior. Poderá também exercer funções de assessoramento em organizações empresariais, ONGs, sindicatos, associações e outras instituições da sociedade, além de parecerista, escritor e conferencista de área de sua especialidade. Assim, a disciplina de Associativismo, justifica-se pois, busca dar base para os acadêmicos de Direito, respaldando e ampliando o campo de atuação profissional.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Compreender a origem histórica das organizações e as transformações pelas quais vem passando a sociedade, no Brasil e no mundo. Estudando as diversas formas de cooperação e movimentos sociais que contextualiza as novas condições do modelo doutrinário capitalista por meio da participação democrática nas organizações. Estudar o Associativismo, o Cooperativismo, as Fundações, os Institutos, as organizações não governamentais (ONG's e OSCIP's) e os Movimentos Sociais como forma de gestão dos meios de produção e serviços.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Entender as transformações que vem passando a sociedade e o Sistema Econômico;
- Conceituar e diferenciar o Cooperativismo e Associativismo;
- Entender a origem histórica das Organizações Cooperativas;
- Compreender as características das Organizações Cooperativas;
- Conhecer a Política Nacional de Cooperativismo;
- Conhecer os princípios básicos do Cooperativismo;
- Entender a classificação das Cooperativas;
- Conhecer a origem e as leis que regulamentam as Fundações, os Institutos, as ONG's e OSCIP's;
- Estudar as questões referentes aos Movimentos Sociais.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
11/07/2016 19:00 - 22:35	As Organizações e o Sistema Econômico a) Evolução das organizações e sua participação no Mundo Econômico em transformação b) Conceitos básicos do Sistema Econômico, Mercado, Unidade de Produção c) Formas de unidades de produção (Associações, Cooperativas, Fundações, Institutos, ONG's e OSCIP's) e suas origens	Aula expositiva e dialogada. Distribuição dos grupos para elaboração e apresentação dos painéis.
12/07/2016 19:00 - 22:35	a) Origem Histórica do Cooperativismo; b) Conceituação e características básicas das Cooperativas; c) Princípios básicos do Cooperativismo; d) O Cooperativismo no Brasil Legislações Cooperativas	Aula expositiva e dialogada

	a) A Política Nacional de Cooperativismo b) As Sociedades Cooperativas c) Objeto e classificação das Sociedades Cooperativas d) Constituição das Sociedades Cooperativas	
13/07/2016 19:00 - 22:35	Controle e Fiscalização das Cooperativas Conselho Nacional do Cooperativismo Secretaria Nacional do Cooperativismo Composição do SENACCOOP A Sociedade Cooperativa no Código Civil	Aula expositiva e dialogada
14/07/2016 19:00 - 22:35	Associativismo a) Conceito de associativismo b) Associativismo X Cooperativismo c) Fundamentação legal para Associações e Fundações ONG's a) conceito, objetivos e fundamento legal. OSCIP's a) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público b) Conceito, objetivos e fundamento legal.	Aula expositiva e dialogada
15/07/2016 19:00 - 22:35	Painel temático: Painel 1: Associativismo Painel 2: Cooperativismo Painel 3: Fundações, Institutos, OSCIP's	Seminário sobre as temáticas desenvolvidas na disciplina. Avaliação parcial de A1
16/07/2016 13:30 - 17:00	Preparação e finalização das apresentações dos Seminários Temáticos para compor avaliação de A1 parcial.	Preparação e finalização das apresentações dos Seminários Temáticos para compor avaliação de A1 parcial.
16/07/2016 19:00 - 22:35	Preparação e finalização das apresentações dos Seminários Temáticos para compor avaliação de A1 parcial.	Preparação e finalização das apresentações dos Seminários Temáticos para compor avaliação de A1 parcial.
18/07/2016 19:00 - 22:35	Painel temático: Painel 1: Associativismo Painel 2: Cooperativismo Painel 3: Fundações, Institutos, OSCIP's	Seminário sobre as temáticas desenvolvidas na disciplina. Avaliação parcial de A1
19/07/2016 19:00 - 22:35	Avaliação da A1 abrangente	Avaliação da A1 abrangente

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

- Será realizado 1 (um) trabalho, dividido em 2 (duas) partes, para compor avaliação de A1 parcial com peso 10. A primeira parte do trabalho consistirá na elaboração e apresentação dos painéis temáticos que serão apresentados nos dias 15 de julho e 19 de julho (peso 10). A segunda parte, consiste na entrega escrita do trabalho a respeito da temática do painel (peso 10).

- Será realizada 1 (uma) avaliação obrigatória A1 abrangente, que deverá ser individual e escrita, abrangendo todo o conteúdo estudado no semestre, que será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, que terá peso 10 (dez).

- Para os acadêmicos que faltarem à A1abrangente (obrigatória) deverão fazer requerimento para a Coordenação, solicitando A1 fora de prazo.

-Com relação aos trabalhos solicitados, caso ocorra a constatação de plágio, ao mesmo será atribuída a nota zero, bem como encaminhado à Coordenação para as medidas cabíveis.

- Em decorrência da realização do simulado ENADE/OAB, que se realizará no dia 27/04, os alunos que obtiverem média igual ou superior a 7,0 (sete), no simulado, terão um acréscimo de 1,0 (um ponto) na avaliação parcial.

- Frequência igual ou superior a 75% e participação em sala de aula.

- As faltas somente serão abonadas com o deferimento da Coordenação do curso.

- Exame final, constituído de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e/ou questões dissertativas.

- As regras de avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc, no art. 135 - Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros.

- Demais avaliações que forem exigidas pela instituição.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALVES, Marco Antônio Pérez. Cooperativismo: "arte & ciência" . São Paulo: LEUD, 2003. 221 p. : ISBN 8574561460	Básica
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xxx, 326 p. ISBN 9788522469581.	Básica
SINGER, Paul. Introdução à economia solidária . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 127p. ISBN 8586469513.	Básica

BUARQUE, Sérgio C. et. al. Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Brasília: IICA, 2012	Complementar
SILVA, Tarcísio A. A. da . O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo? Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil: 2008	Complementar
GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 90 p. ISBN 8532603106	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/10
Componente curricular:	11257 - Direito Ambiental - Turma: CHADIR-10N
Professor:	103686 - Vinicius Almada Mozetic
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Contextualização da crise ambiental. Terminologia básica. Princípios ambientais. Fontes. Competências em matéria ambiental. Política nacional do meio ambiente. Licenciamento ambiental e licenças ambientais. Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Crimes ambientais. Infrações administrativas. Transgênicos. Recursos hídricos. Responsabilização pelos danos ambientais. Ações ambientais.

3 JUSTIFICATIVA

A Disciplina é de suma importância para a formação acadêmica na medida em que contribui para a estruturação do pensamento lógico-jurídico, para a clara percepção da organização do ordenamento jurídico ambiental brasileiro, sua proteção e nele a magnitude dos princípios fundamentais de preservação e conservação dos recursos naturais.

4 OBJETIVOS

OBJETIVOS

Geral:

Propiciar ao aluno conhecimento básico das questões fundamentais da matéria, visando o desenvolvimento da capacidade de localização dos assuntos no ordenamento jurídico ambiental, seus princípios; bem como as demais estruturas quanto à organização dos recursos naturais e dos temas trabalhados na ementa.

Específico:

Estimular a formação de um pensamento crítico e lógico-jurídico dos acadêmicos.

Estudar os elementos que embasam o sistema ambiental brasileiro.

Possibilitar a compreensão dos institutos, recursos ambientais e sua relevância para a posterior compreensão das demais disciplinas do Direito Ambiental.

Compreender os princípios fundamentais da proteção ambiental.

Apropriar-se da importância prática do conhecimento dos princípios fundamentais do Direito Ambiental na lide jurídica e para o pleno exercício da cidadania.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
26/04/2016 19:00 - 22:35	Conceitos básicos sobre Direito e Recursos Naturais.	Apresentação do plano de ensino, avaliação, metodologia, objetivos da disciplina e bibliografias que serão utilizadas. Histórico e os aspectos relevantes sobre o meio ambiente
03/05/2016 19:00 - 22:35	Princípios gerais do Direito Ambiental. Apresentação do Plano de ensino, formas de avaliação, etc. Aula expositiva Histórico e os aspectos relevantes sobre o meio ambiente	Aula expositiva. Abordagem sobre os princípios gerais do direito e do ambiente. Ramo do direito composto por princípios e regras que regulam as condutas humanas que afetem, potencial ou efetivamente, direta ou indiretamente, o meio-ambiente, quer o natural, o cultural, o do trabalho ou o artificial.
10/05/2016 19:00 - 22:35	Constituição Federal e Meio Ambiente	Os direitos fundamentais. Meio ambiente na Constituição Federal. Competências em matéria ambiental. Aula expositiva.
	Meio Ambiente como Direito Fundamental	Política nacional do meio ambiente. Licenciamento ambiental e licenças

17/05/2016 19:00 - 22:35		ambientais. Discussão sobre o conceito de direito ambiental fundamental.
24/05/2016 19:00 - 22:35	Trabalho acadêmico efetivo.	STF - Repercussão Geral no RE com Ag 737.977 - j. 2/5/2013 - rel. Luiz Fux - Área do Direito: Processual; Ambiental REPERCUSSÃO GERAL Ocorrência; Crime ambiental; Exportação ilegal de animais silvestres; Transnacionalidade do delito que demonstra relevância econômica, político, social e jurídica da causa. Ementa Oficial: DIREITO CONSTITUCIONAL. PENAL. E PROCESSUAL PENAL. EXPORTAÇÃO ILEGAL DE ANIMAIS SILVESTRES. CRIME AMBIENTAL. TRANSNACIONALIDADE DO DELITO. DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.
31/05/2016 19:00 - 22:35	1 e 2 parte da aula: Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Crimes ambientais. Infrações administrativas. 3 e 4 parte da aula: Avaliação - A1 Parcial	Aula expositiva e dialogada e Avaliação - A1 Parcial Conteúdo da prova: Contextualização da crise ambiental. Terminologia básica. Princípios ambientais. Fontes. Competências em matéria ambiental. Política nacional do meio ambiente. Licenciamento ambiental e licenças ambientais.
07/06/2016 19:00 - 22:35	Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Crimes ambientais. Infrações administrativas. Novo Código Florestal	Aula expositiva e dialogada.
14/06/2016 19:00 - 22:35	Transgênicos. Recursos hídricos. Responsabilização pelos danos ambientais. Ações ambientais.	Aula expositiva e dialogada.
21/06/2016 19:00 - 22:35	Avaliação A1 - Abrangente	Todo o conteúdo ministrado em sala de aula, conforme ementa da disciplina.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

As aulas serão desenvolvidas a partir da teoria dialética do conhecimento, compreendendo a relação teoria-prática como um processo unitário. Cada assunto será abordado a partir de aulas expositivas e dialogadas. A questão teórica será desenvolvida em seus conceitos, formas e classificações, mostrando-se a aplicação prática da matéria, o que se fará por meio de exemplos. A pesquisa de temas, resolução de casos práticos e, quando necessário, a apresentação de assuntos pelos acadêmicos, idênticamente, serão utilizados como metodologia de trabalho, em especial no que se refere aos trabalhos acadêmicos efetivos. AVALIAÇÃO: Conforme normas regimentais da Instituição, o primeiro critério para aprovação é a frequência. Desta forma: I Art. 87 - É considerado aprovado no componente curricular o aluno que, I - tenha frequência igual ou superior a 75%, tiver alcançado média semestral igual ou superior a 7,0 (sete); II - tendo a frequência prevista no item anterior, alcançar no mínimo, a média final 5,0 (cinco), considerada a média aritmética entre a avaliação A1 e o exame final (A2) [...] A avaliação final a ser adotada terá como base o desempenho dos alunos nas provas. O processo de avaliação em sala de aula é um processo contínuo, permanente, e será desenvolvido, levando em consideração os seguintes aspectos: AVALIAÇÕES A1 - 2 (duas) prova(s) individual(is) sobre o conteúdos da disciplina (sem consulta ao material teórico); - A primeira avaliação A1: conteúdo descrito na ementa e desenvolvido até o encontro que antecede a data da prova. - A avaliação A1 (abrangente): prova individual de todo conteúdo do semestre (sem consulta ao material teórico).

Obs. O aluno que participar do Simulado Enade/OAB e obtiver nota superior a 7,0 (sete), será contemplado com o acréscimo de 1,0 (um) ponto em avaliação parcial da disciplina na qual se encontra matriculado.

Importante salientar que os alunos da 5a a 10a fases participam deste Simulado que aplicamos há cerca de 3 anos, todos os semestres.

Questionamentos orais sobre os temas abordados em sala de aula e/ou TAE serão desenvolvidos durante as aulas ou encaminhados pelo portal acadêmico. Obs. Caso necessário, para o bom e fiel aproveitamento do conteúdo pelos acadêmicos, o plano de ensino instrumento do professor para o planejamento das aulas - poderá sofrer alterações; comunicado previamente aos alunos, pelo professor da disciplina e/ou pela coordenação do curso.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xxxiii, 1420 p. ISBN 9788522486922.	Básica
FREITAS, Vladimir Passos de. A constituição federal e a efetividade das normas ambientais . 3. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 264 p. ISBN 8520327702.	Básica
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro . 22. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013.	

1344 p. ISBN 9788539202140.	Básica
MILARÉ, Édís. Direito do ambiente . 7. ed., rev., atual. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1647 p. ISBN 9788520339183.	Básica
LIMA, André (org.). Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2001.	Complementar
ALBAGLI, Sarita. Geopolítica da Biodiversidade. Brasília: IBAMA. 1998	Complementar
FREITAS, Vladimir Passos de (org.). Águas: Aspectos Jurídicos e Ambientais. Curitiba: Juruá Editora. 2000.	Complementar
SANTOS, Saint'Clair Honorato. Direito Ambiental - Unidades de Conservação, Limitações Administrativas. Curitiba: Juruá. 2007.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/10
Componente curricular:	14418 - Direito Empresarial II - Turma: CHADIR-10N
Professor:	288348 - Adam Haas
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Recuperação judicial, extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais.

3 JUSTIFICATIVA

Proporcionar aos alunos do Curso de Direito a aquisição de conhecimentos acerca dos institutos da falência, recuperação judicial e extrajudicial, enfatizando a teoria aplicada a disciplina, bem como o moderno posicionamento jurisprudencial brasileiro. Paralelamente, assume importância também na medida em que aprofunda o estudo da legislação, doutrina e jurisprudência do processo falimentar, conduzindo o aluno a compreender, equacionar e solucionar problemas dentro do contexto deste componente curricular.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O componente curricular Direito de Empresa III contribui para a formação do profissional na medida em que insere o aluno no contexto dos institutos da falência, recuperação judicial e extrajudicial, fornecendo instrumentos e conhecimentos importantes para uma análise crítica do Direito de Empresa em face da realidade societária no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar a evolução histórica da disciplina, contextualizando-a, com enfoque no Direito Positivo, na Doutrina e na Jurisprudência. Entender como os profissionais do Direito operam com o Direito Empresarial e como eles desenvolvem a técnica jurídica adequada ao desempenho das atividades em questões referentes ao tema e suas conexões com os demais ramos do direito. Discutir criticamente as conexões entre o ordenamento jurídico e o contexto econômico e social, destacando os limites da aplicabilidade do tema no âmbito da justiça brasileira.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
TAE	Leitura e fichamento de livro.	
TAE	Leitura e fichamento de livro.	
12/03/2016 08:00 - 11:30	Introdução a Falência e Recuperação Judicial. Recuperação judicial de empresa: conceito; natureza jurídica; legitimidade ativa; empresas impedidas de impetrar recuperação judicial; meios de recuperação e efeitos. Recuperação judicial: a sucessão trabalhista e tributária; Do procedimento de recuperação judicial; convolação da recuperação judicial em falência.	Aula expositiva e dialogada.
12/03/2016 13:30 - 17:00	Procedimento de recuperação judicial. Recuperação extrajudicial.	Aula expositiva e dialogada.
12/03/2016 19:00 - 22:35	Trabalho em sala de aula, em dupla, com consulta e sem internet.	Trabalho prático.
19/03/2016 08:00 - 11:30	Da legitimidade passiva na ação falimentar: devedor empresário e sociedade empresária; Juízo competente para declarar falência. Do requerimento da falência.. Respostas do devedor. Do procedimento preliminar da falência (da defesa à sentença). As sentenças denegatórias e declaratórias de falência. Dos recursos no processo falimentar. Dos efeitos da falência quanto aos direitos	Aula expositiva e dialogada.

	dos credores. Dos efeitos da falência quanto à pessoa do falido	
19/03/2016 13:30 - 17:00	As sentenças denegatórias e declaratórias de falência. Dos recursos no processo falimentar. Dos efeitos da falência quanto aos direitos dos credores. Dos efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Dos efeitos da falência quanto aos bens do falido.	Aula expositiva e dialogada.
19/03/2016 19:00 - 22:35	Dos efeitos da falência quanto aos contratos do falido. Órgãos da falência. Da classificação dos créditos. As sentenças denegatórias e declaratórias de falência. Dos recursos no processo falimentar. Encerramento do processo de falência. Extinção das obrigações.	Aula expositiva e dialogada.
02/04/2016 08:00 - 11:30	Prova abrangente. Apresentação dos critérios de correção da prova. Revisão geral para A2.	Prova até o intervalo e, após, apresentação de gabarito.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada pela média entre a A1 parcial e A1 abrangente. A1 parcial será composto pela nota do trabalho em sala de aula (7,0 pontos) e o fichamento (3,0 pontos). As avaliações serão elaboradas com base em questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas na área do Direito Empresarial II, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula. Serão considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas. No que tange a média para aprovação, o critério é o estabelecido pela entidade de ensino, devendo o acadêmico obter 7,0 para ser aprovado e possuir no mínimo 75% de frequência. O aluno que obtiver nota 7,0 no simulado ENADE receberá 1,0 ponto na nota A1 parcial.

O fichamento deverá ser manuscrito e entregue até o dia 12/03. Eventuais faltas devem ser justificadas à coordenação do curso para serem desconsideradas pelo professor.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 554 p. ISBN 9788502189324.	Básica
MANDEL, Julio Kahan. Nova lei de falências e recuperação de empresas: anotada. São Paulo: Saraiva, 2005. 284 p. ISBN 8502052535.	Básica
YOUNG, Lúcia Helena Briski. Manual básico de direito empresarial: com ênfase no direito tributário. 4. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2008. 303 p. ISBN 9788536220437.	Básica
BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência: lei 11.101/2005 artigo por artigo. 7a. Ed. São Paulo: RT, 2011.	Complementar
CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa. Rio de Janeiro: Renovar, 2008	Complementar
PACHECO, José da Silva. Processo de recuperação judicial extrajudicial e falência. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.	Complementar
SOUZA JÚNIOR, Francisco Sátiro de; PITIMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coordenação). Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005. 2a. Ed. São Paulo: RT, 2007.	Complementar
PAES DE ALMEIDA, Amador. Curso de falência e recuperação de empresa. 25a Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/10
Componente curricular:	11254 - Direito Penitenciário - Turma: CHADIR-10N
Professor:	280903 - Renan Soares de Souza
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Política criminal. Execução penal. Conceito e princípios do Direito Penitenciário. Sistema penitenciário. Lei de Execuções Penais. Assistência ao preso. Trabalho, direitos e deveres do preso. Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade. Estabelecimentos penais. Remição. Cumprimento da pena de multa. Medidas de segurança. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Anistia, indulto e indulto individual. A execução penal e a jurisprudência.

3 JUSTIFICATIVA

O Direito Penitenciário destaca-se na medida em que contribui para a formação acadêmica do discente como um cientista jurídico e social, capaz de realizar, adequadamente, o raciocínio jurídico necessário à ótima aplicação dos institutos jurídico-processuais constantes da matriz curricular. Sinteticamente, estudam-se os postulados introdutórios da Política Criminal do Estado brasileiro e a Lei n. 7210/84 (Lei de Execução Penal), que regula, quase que na integralidade, a etapa de execução da sanção penal (pena e medida de segurança). Igualmente, a disciplina possui ímpar importância no estudo dos aspectos materiais e processuais de tramitação de um processo de execução penal, cujos apontamentos críticos, de suporte principalmente constitucional, são realizados, aguçando o espírito do senso teórico e crítico dos acadêmicos.

4 OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS: interpretar os institutos relacionados à execução penal e o sistema de política criminal adotado no Brasil; analisar a aplicabilidade teórica e prática desses institutos no ordenamento jurídico, desenvolvendo o raciocínio jurídico necessário para a correta identificação e uso desses instrumentos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: contribuir para a fundamentação jurídica das peças de caráter executacional penal e preparar o aluno para resolução de problemas e teses práticas; questionar os discentes sobre as incoerências legislativas, objetivando o olhar crítico e a leitura constitucional dos institutos; fomentar a formação do pensamento lógico-jurídico (científico); despertar o interesse do acadêmico a partir da sensação de estranhamento sobre a atecnia legislativa no tratamento de alguns institutos e a seletividade das ciências criminais; demonstrar as variadas óticas interpretativas da matéria, trazendo os entendimentos dos tribunais superiores e procedendo as devidas críticas quando necessário.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
23/02/2016 19:00 - 22:35	1. Execução penal. 2 Conceito. 3.Princípios do Direito Penitenciário.	aula expositiva
01/03/2016 19:00 - 22:35	4. Lei de Execuções Penais. 4.1 Objeto e aplicação. 4.2 Do condenado e do internado	aula expositiva
08/03/2016 19:00 - 22:35	4.3 Os órgãos da execução penal. 4.3.1 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. 4.3.2 Juízo da Execução. 4.3.3 Ministério Público. 4.3.4 Defensoria Pública. 4.3.5 Conselho Penitenciário. 4.3.6 Departamentos Penitenciários. 4.3.7 Patronato. 4.3.8 Conselho da Comunidade. 4.4 Sistemas Penitenciários e Estabelecimentos Penais. 4.4.1 Penitenciária. 4.4.2 Colônias agrícola, industrial ou similar. 4.4.3 Casa do albergado. 4.4.4 Hospital de custódia e Tratamento Psiquiátrico. 4.4.5 Cadeia Pública.	aula expositiva
	4.5 Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade. 4.5.1 Regimes e	aula expositiva

15/03/2016 19:00 - 22:35	autorizações de saída. 4.5.2 Remição. 4.6 Suspensão condicional da pena. 4.7 Cumprimento da pena de multa. 4.8 Execução das Medidas de segurança. 4.8.1 Cessação da periculosidade	
22/03/2016 19:00 - 22:35	Trabalho	tema a ser definido
29/03/2016 19:00 - 22:35	Livramento condicional. 4.10 Incidentes da execução. 4.11 Anistia, indulto e indulto individual. 4.12 Procedimento judicial.	aula expositiva
05/04/2016 19:00 - 22:35	continuação do tema	aula expositiva
12/04/2016 19:00 - 22:35	Finalização do conteúdo	aula expositiva
19/04/2016 19:00 - 22:35	A1 - prova abrangente	avaliação

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação A1: Será composta de um trabalho, com tema a ser definido e peso 10 e 01 prova abrangente, que compreenderá todo o conteúdo ministrado no semestre e será composta de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, também com peso de 10 pontos.

A média final será obtida através da soma das notas obtidas nas avaliações acima, dividida por 02.

É considerado aprovado no componente curricular o aluno que, tenha frequência igual ou superior a 75%, tiver alcançado média semestral igual ou superior a 7,0 (sete); tendo a frequência prevista no item anterior, alcançar no mínimo, a média final 5,0 (cinco), considerada a média aritmética entre a avaliação A1 e o exame final (A2).

Haverá aplicação de exame final, constituído de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro).

Ao aluno que, injustificadamente, faltar a data fixada para realização da Avaliação A1 Parcial I ou deixar de entregar o trabalho na data prevista, será atribuída nota 0 (zero).

O aluno que, documental e justificadamente, nos termos regimentais, faltar a data fixada para realização da Avaliação A1 Parcial I, realizará, na aula imediatamente posterior, prova oral. No caso de deixar de entregar o trabalho na data prevista, terá redução de 50% da nota.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
MARCÃO, Renato. Curso de execução penal . 11. ed., rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 376 p. ISBN 9788502196582.	Básica
MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução penal : comentários à Lei nº 7.210, de 11-07-1984. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014. xxvi, 1040 p. ISBN 9788522488148.	Básica
NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas . 7. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 2v. ISBN 9788520346723(v.1).	Básica
BARROS, Carmen Silva de Moraes. A individualização da pena na execução penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.	Complementar
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir : história da violência nas prisões. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 262 p. ISBN 8532605087.	Complementar
KUEHNE, Maurício. Lei de execução penal anotada . 4. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2004. 799 p. ISBN 8536206551	Complementar
MARCHI JÚNIOR, Antônio de Padova; PINTO, Felipe Martins. Execução penal : constatações, críticas, alternativas e utopias. Curitiba: Juruá, 2008. 383 p. ISBN 9788536220444.	Complementar
ZAFFARONI, Eugenio Raúl; OLIVEIRA, Edmundo. Criminologia e política criminal . Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. 523 p. ISBN 9788562490330.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	11250 - Direito Previdenciário - Turma: CHADIR-9N
Professor:	248153 - Juliana Zamignan
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

A Previdência e Assistência. História da Previdência. Benefícios, finalidade e princípios da Previdência Social. Consequências. Doutrinas e Jurisprudência da Previdência Social.

3 JUSTIFICATIVA

A presente disciplina pretende desenvolver aptidões profissionais no que tange à teoria do Direito Previdenciário, buscando introduzir no conteúdo juntamente com a doutrina e a jurisprudência as questões previdenciárias, que na atualidade são de grande valia e utilizam-se para esta área específica do direito.

4 OBJETIVOS

Proporcionar aos alunos conhecimentos doutrinários e jurisprudenciais do Direito Previdenciário, finalidades e princípios da Previdência Social. A história da Previdência Social no Brasil. O aprendizado dos requisitos dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
02/07/2016 08:00 - 11:30	Apresentação Plano de Ensino Diretrizes da Disciplina. Diferenças entre Previdência e Assistência Social. (Doutrina) História Previdência Social. (Doutrina) Finalidade, consequências e Princípios da Previdência Social. (Doutrina) Benefício - Carência, qualidade de segurado, cálculo do valor do benefício, fator previdenciário (Doutrina).	Aula expositiva.
02/07/2016 13:30 - 17:00	Benefício - Aposentadoria por Tempo de Contribuição.	Aula expositiva.
04/07/2016 19:00 - 22:35	Benefício - Aposentadoria por Idade - Urbana e rural. Benefício - Aposentadoria especial.	Aula expositiva.
05/07/2016 19:00 - 22:35	Benefícios - Auxílio-doença, Auxílio-doença acidentário, Aposentadoria por invalidez, Auxílio-acidente, Pensão por morte, Auxílio-reclusão (Doutrina e Jurisprudência)	Aula expositiva.
06/07/2016 19:00 - 22:35	Benefício Assistencial ao idoso e ao deficiente - LOAS. Desaposentação.	
07/07/2016 19:00 - 22:35	Avaliação parcial.	Consistirá em uma petição inicial.
TAE	Atividade será encaminhada por e-mail.	
09/07/2016 08:00 - 11:30	Avaliação abrangente.	Avaliação A1 - abrangente, sem consulta a qualquer material, com todo conteúdo ministrado

TAE	Estudo de caso.	Doutrina e jurisprudência.
-----	-----------------	----------------------------

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Formas de avaliação:

A primeira avaliação A1 consistirá em uma avaliação composta de questões objetivas e subjetivas e/ou estudo de caso, com peso 10,0.

A avaliação A1 abrangente, consistirá em uma prova composta de questões objetivas e subjetivas com peso 10,0. Não será permitida a consulta a qualquer tipo de material, abrangendo todo o conteúdo ministrado na disciplina.

Aos acadêmicos que atingirem média 7,0 na Prova Preparatória OAB/ENADE, receberão o bônus de 1,0 (um ponto), na segunda avaliação A1 parcial (A1.1).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário . 15. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 1138 p. ISBN 9788530945794.	Básica
HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito previdenciário . 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005. 159 p. (Resumo jurídico; 17) ISBN 8588813632.	Básica
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário . 19. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. 942 p. ISBN 9788576267877.	Básica
ALENCAR, Hermes Arrais; ALENCAR, Hermes Arrais. Benefícios previdenciários . 2. ed. revista e atualizada com obediência às le. São Paulo: Universitária de direito, 2006. 416 p. ISBN 8574562068.	Complementar
BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social . 5. ed. São Paulo: LTR, 2009. 184 p. ISBN 9788536114118.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/5
Componente curricular:	11448 - Direito Processual Constitucional - Turma: CHADIR-5N-ESPECIAL
Professor:	250724 - Daniel Sbeghen 280903 - Renan Soares de Souza
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais. Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança. Outros instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro: Sistemas e formas.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina de direito processual constitucional, que radica na interdisciplinaridade do Direito Processual e do Direito Constitucional, visa estudar os princípios e normas constitucionais e processuais que disciplinam o fenômeno processual tratado na Constituição Federal. Neste contexto, inserem-se as ações constitucionais (mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular, ação civil pública, *habeas corpus*, *habeas data*, direito de petição) e as ações de controle concentrado de constitucionalidade que servem para tutelar os direitos fundamentais. O domínio de tal conteúdo é de fundamental importância na formação do bacharel em Direito.

4 OBJETIVOS

Estudar o processo constitucional como garantidor dos direitos fundamentais e analisar a técnica processual constitucional;

Apontar as diferenças básicas entre os litígios individuais, em que há lide e o chamado processo objetivo;

Mostrar que o processo não é um fim em si mesmo, mas um instrumento posto a serviço da pessoa humana para a realização de valores;

Discutir a teoria diante a prática executada no Brasil e promover questionamentos; e

Preparar o aluno para resolver questões práticas de Direito Processual Constitucional.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
28/01/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
28/01/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
29/01/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
29/01/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
01/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
01/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
02/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
02/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
03/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
03/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
04/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
04/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
05/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
05/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	

10/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
10/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
11/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
11/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
12/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
12/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
13/02/2016 08:00 - 11:30	Conteúdo não cadastrado	
15/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
15/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
16/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
16/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
17/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
17/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
18/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
18/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
19/02/2016 19:00 - 20:40	Conteúdo não cadastrado	
19/02/2016 20:50 - 22:40	Conteúdo não cadastrado	
20/02/2016 08:00 - 11:30	Conteúdo não cadastrado	
27/02/2016 08:00 - 11:30	Conteúdo não cadastrado	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação observará o disposto nos arts. 84 a 96 do Regimento Interno da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Em especial, ela será composta por provas que contemplem questões subjetivas e objetivas e trabalhos acadêmicos efetivos.

A avaliação final (A2), que compreenderá todo o conteúdo ministrado no semestre, será realizada pela aplicação de uma prova com questões objetivas e subjetivas.

Em todas as avaliações, haverá questões do Exame da OAB e concursos públicos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro : exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. 452 p. ISBN 9788502152601.	Básica
KELSEN, Hans. Jurisdição constitucional . 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 318 p. ISBN 9788578276461.	Básica
MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade : estudos de direito constitucional. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Celso Bastos, 1999. 518 p. :	Básica
BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal anotada . 11a. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 1840 p. ISBN 9788502230682.	Complementar
DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito processual constitucional . 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 547 p. ISBN 9788522474677.	Complementar
DONIZETTI, Elpídio. Ações constitucionais . 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 329 p. ISBN 9788522460632.	Complementar
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Ações constitucionais . São Paulo: Método, 2011. 361p. ISBN 9788530936310.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/8
Componente curricular:	10017 - Estágio de Prática Jurídica II - Turma: CHADIR-8C
Professor:	238829 - Juliana Gallina 280903 - Renan Soares de Souza
Nr. créditos/Carga Horária:	5/75
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Conforme regulamento específico aprovado pelo Colegiado do Curso.

3 JUSTIFICATIVA

Juntamente com o estudo das disciplinas de direito material penal e de direito processual penal, é necessário que o acadêmico tenha contato com a prática jurídica, real e/ou simulada, através do estágio orientado no Escritório Jurídico Comunitário, com análise da persecução criminal, observando as regras e peças processuais próprias de cada procedimento penal. Isso contribuirá para o aprendizado do acadêmico, pois possibilitará ao mesmo a oportunidade de dar instrumentalidade ao conhecimento adquirido ao longo do estudo do Direito Penal e do Processo Penal. A consequência é a análise detalhada de cada um dos procedimentos constantes no processo penal, verificando como se dá a instrução criminal, o julgamento e conhecimento dos recursos a serem utilizados.

No que se refere à disciplina prática diária da disciplina de contratos e direito das obrigações é de suma relevância, pois qualquer que seja o ramo do direito que venha a ser escolhido pelo aluno no futuro, quer seja público ou privado, uma boa base em direito civil, incluindo contratos em espécie e direito das obrigações será sempre exigida. Aliás, independentemente do ramo de atividade escolhido, o conhecimento de contratos em e direito das obrigações é fundamental, tendo em vista que diariamente nos deparamos com inúmeros contratos, seja, no aluguel de um imóvel, em um empréstimo no banco, ou mesmo na simples compra de uma passagem de ônibus, e assumimos inúmeras obrigações na sociedade civil.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Formar profissionais aptos a defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade, com condições de assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, com a competência necessária para a realização de qualquer atividade prático-profissional relacionada a área de estudo do presente componente curricular.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- - Permitir ao acadêmico o contato com a Prática Jurídica Penal, forense e não forense;
- - Propiciar a correta elaboração de peças práticas: do Inquérito, Instrumentos dos Procedimentos Ordinários, Sumário, do Júri e Lei 9099/95, destacando-se a defesa preliminar, pedidos de liberdade provisória, revogação da prisão preventiva, revogação da prisão temporária e as alegações finais, e recursos;
- - Atualizar o acadêmico quanto às alterações legislativas na área específica e sua aplicação prática;
- - Promover a análise de autos findos para contato direto com processos desde o início ao fim da persecução criminal;
- - Oportunizar o acompanhamento de audiências e sessões na área penal para que o aluno tenha contato e possa exercitar as funções dos diversos operadores jurídicos, na área específica

PRÁTICA CIVIL II - OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

1. No que se refere ao Estágio de Prática Civil II, de Direito Civil - Contratos e Obrigações - o mercado exige, cada vez mais, a participação do advogado como viabilizador do negócio, auxiliando o executivo a negociar o contrato e atuando sempre na advocacia preventiva. Desta forma, nosso objetivo, além de ensinar (é claro), será o de fazer com que o aluno conheça os diversos tipos de contrato e saiba identificar seus requisitos necessários e seus vícios para a conclusão do negócio.
2. O mesmo se passará com o direito das obrigações, pois desde o nosso nascimento até pós-morte somos sujeitos de direitos e deveres na ordem civil que precisam ser estudados em casos práticos.
3. Queremos preparar o aluno não apenas para as provas, mas principalmente, provê-lo com as ferramentas que o habilite a identificar as fontes de obrigações e características dos principais contratos do nosso ordenamento jurídico, não só com a abrangência que a matéria requer, mas também com a profundidade necessária de um bom enfoque acadêmico e prático, para que, com isso, ele possa ter um diferencial na sua vida profissional.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
25/02/2016 13:15 - 18:00	Atividade simulada de direito penal estilo OAB/ENADE/CONCURSOS.	Atividade simulada.
03/03/2016 13:15 - 18:00	Atividade simulada de direito penal estilo OAB/ENADE/CONCURSOS.	Atividade simulada.
10/03/2016 13:15 - 18:00	Atividade simulada de direito penal estilo OAB/ENADE/CONCURSOS.	Atividade simulada.
17/03/2016 13:15 - 18:00	Atividade simulada de direito penal estilo OAB/ENADE/CONCURSOS.	Atividade simulada.
31/03/2016 13:15 - 18:00	Atividade simulada de direito penal estilo OAB/ENADE/CONCURSOS.	Atividade simulada.
07/04/2016 13:15 - 18:00	AValiação de Direito Penal	AValiação
14/04/2016 13:15 - 18:00	Devolutiva da Avaliação Direito Penal.	Devolução e correção da Atividade avaliativa.
28/04/2016 13:15 - 18:00	INÍCIO PRÁTICA DE DIREITO CIVIL	Leitura do Plano. Introdução à prática. Início atendimento aos casos reais.
05/05/2016 13:15 - 18:00	CASOS REAIS DO NPJ	Atendimento ao público.
12/05/2016 13:15 - 18:00	CASOS REAIS DO NPJ.	Atividade real e simulada estilo OAB/ENADE/CONCURSOS. Atendimento ao público.
19/05/2016 13:15 - 18:00	Estágio de Direito Civil. CASOS REAIS DO NPJ.	Atividade de correção e atendimento ao público com elaboração de peças.
02/06/2016 13:15 - 18:00	Estágio de Direito Civil. CASOS REAIS DO NPJ.	Atividade real e simulada. Atendimento ao público.
09/06/2016 13:15 - 18:00	Estágio de Direito Civil. CASOS REAIS DO NPJ.	Atividade real e simulada. Atendimento ao público.
16/06/2016 13:15 - 18:00	Avaliação Direito Civil.	Avaliação.
23/06/2016 13:15 - 18:00	Entrega e correção da Avaliação Escrita de Direito Civil.	DEVOLUTIVA AVALIAÇÃO.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

DAS AVALIAÇÕES:

- a) O aluno deverá cumprir integralmente cada uma das atividades requeridas pelo professor do Estágio.
b) Cada aula gera uma atividade, sendo esta simulada ou real, devendo ser realizado o respectivo relatório.
c) Serão consideradas, para efeitos de avaliação, 4 quatro notas, da seguinte forma:

1. **AVALIAÇÃO DIREITO PENAL (PESO 10)**
2. **RELATÓRIO DE DIREITO PENAL (PESO 10)**
3. **AVALIAÇÃO DE DIREITO CIVIL (PESO 8)**
4. **RELATÓRIO DE DIREITO CIVIL (PESO 10)**

PRÁTICA DE DIREITO PENAL

- 01 (uma) prova nos moldes do exame da ordem, com peso 10, realizada conforme previsto no cronograma do Estágio II - Direito Penal.

PRÁTICA DIREITO CIVIL

- 01 (uma) prova nos moldes do exame da ordem, com peso 08, realizada conforme previsto no cronograma do Estágio II - Direito Civil que poderá ser:
 1. Estudo de casos de questões da OAB (segunda fase) que serão realizados durante as aulas de Direito Civil. Serão situações problemas que exigirão soluções jurídicas, ou
 2. Uma peça processual.

PRÁTICA DIREITO CIVIL:

- Ressalta-se que, a **participação e dinamismo** de cada aluno será levada em conta para atribuição da nota de Direito Civil.

1. Em Direito Civil, o compromisso com prazos processuais, e com o NPJ, o respeito e atenção aos nossos clientes serão considerados para atribuição da nota da Avaliação Escrita.
2. Serão avaliados o dinamismo (participação, boa vontade) e raciocínio jurídico.

DIREITO CIVIL A PARTICIPAÇÃO TEM PESO 2,0

1. A cada aula será avaliada pela professora e será atribuída, no final de cada turno, sinal de atuação positiva (+), negativa (-) ou razoável (+ ou -) ao lado da chamada de cada acadêmico.
2. Tal apontamento irá valer (peso 2,0), ou seja - 2,0 pontos na avaliação escrita.

VISITA ORIENTADA.

Visita com os alunos na nossa Câmara Regional.

DATA A SER CONFIRMADA E PREVIAMENTE COMUNICADA AOS ALUNOS.

RELATÓRIO FINAL

1. Os acadêmicos deverão entregar **01 (um) Relatório**, a data para entrega dos relatórios será na semana do dia 20.06 ao dia 24.06, até às 17:00, sob pena de reprovação ao acadêmico não entregar que deverá abranger as atividades de Direito Civil e Direito Penal.
2. **NÃO SERÃO ACEITOS RELATÓRIOS FORA DO PRAZO.**
3. **Será atribuído igualmente peso 10 da seguinte forma:**
 - Relatório de Atendimentos realizados e laboração das peças com a devida utilização das normas técnico-jurídicas, Correta utilização da terminologia jurídica, com pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica (art.4º Res.9/2004 CNE/CES): Peso 4;
 - Frequência e pontualidade, bem como o relacionamento com usuários e equipe/participação e colaboração: Peso 2;
 - Relatório de acompanhamento de audiências: Peso 1;
 - Relatório de análise de autos findos: Peso 1;
 - Relatório de visita orientada: Peso 1 e
 - Acompanhamento Processual: Peso 1 .

Observações:

1. A frequência no estágio é de 100%. Contudo, o aluno poderá requerer a reposição de no máximo 3 (três) ausências (art.14 do Regulamento d e Estágio).
2. O requerimento de reposição deverá ser solicitado na secretaria do NPJ e assinado pelo professor orientador que recebeu o aluno para reposição.
3. Para fins de avaliar a participação em audiências, o aluno deverá elaborar o relatório, no qual deverá constar o visto do Juiz que tenha presidido o ato processual.

DAS AUDIÊNCIAS E SESSÕES DA CAMARA:

Será necessário o acompanhamento de 03 (seis) audiências:

- a) **01 (uma) audiência criminal de instrução e julgamento**
- b) **02 (duas) audiências da Vara de Execução Criminal.**
- No relatório de estágio, deverá ser anexado todas as atividades (reais e simuladas) que tenham sido desenvolvidas durante o semestre, bem como os relatórios de atendimento, audiências e análise de autos findos;

SESSÕES DA CÂMARA REGIONAL

NA PRÁTICA DE DIREITO CIVIL OS ALUNOS DEVERÃO PASSAR UMA MANHÃ, ASSISTINDO SESSÃO DA CÂMARA REGIONAL.

NECESSÁRIO RELATÓRIO E ASSINATURA DOS DESEMBARGADORES E/OU REPRESENTANTES.

ENTREGA DO RELATÓRIO

- **O relatório deverá ser entregue junto a secretaria do NPJ, na data de 20.06 ao dia 24.06, até às 17:00, sob pena de não recebimento e REPROVAÇÃO, conforme Regimento Interno na Instituição.**

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	Complementar
AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo Penal Esquemático. 5. ed. Editora Método, 2012.	Complementar
BONFIM, Edison Mougenot. Curso de Processo Penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	Complementar
ESTEFAM, André. Direito Penal. Vol. II e III. São Paulo: Saraiva, 2011.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/7
Componente curricular:	11451 - Psicologia Jurídica - Turma: CHADIR-7NB
Professor:	207322 - Rafaela Pederiva
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Introdução à Psicologia. Conceitos e generalidades. Do individual ao social: o ser humano na família, na escola e nos grupos. Atitudes e representações sociais. Trabalho e qualidade de vida. Identidade. Anulação das multiplicidades e diferenças: identidades produzidas pela mídia. Processos de subjetivação: a produção do corpo social e do indivíduo. Violência, agressividade e cultura. Relações da psicologia com o direito: a psicologia jurídica. A função de psicólogo judiciário. Aspecto instrumental: a Psicologia aplicada ao direito. Importância dos psicólogos na tomada de decisões nos processos jurídicos: papel e temas dos laudos das avaliações psicológicas/demandas contemporâneas e procedimentos. Fundamentos da perícia psicológica forense: aspectos técnicos e éticos do psicólogo que atua no sistema jurídico.

3 JUSTIFICATIVA

A inclusão da disciplina de Psicologia Jurídica na matriz curricular do curso de Direito justifica-se:

- pelas necessidades formativas desencadeadas pelo perfil de egresso proposto;
- por fazer parte do Eixo Estruturante da sétima fase;
- porque a Psicologia Jurídica tem saberes, conceitos e expressões próprias, que podem contribuir para que o operador jurídico conheça e compreenda o comportamento e o psiquismo humano;
- porque a Psicologia Jurídica se configura como uma das áreas do conhecimento de colaboração e articulação interdisciplinar com o Direito.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL:

Contribuir para que ao final da disciplina o acadêmico reconheça a Psicologia Jurídica como Área interdisciplinar ao Direito.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Pelas contribuições da disciplina, tornar possível que o bacharel em Direito ao final da disciplina possa:

- Identificar os fundamentos teóricos de Psicologia Jurídica aplicada ao Direito;
- Saber reconhecer e aplicar os principais conceitos e generalidades em Psicologia;
- Correlacionar os conteúdos do componente curricular de Psicologia Jurídica com os demais componentes curriculares;
- Identificar a função do psicólogo no Judiciário;
- Estimar a relevância e o alcance da perícia psicológica empregada à serviço do Judiciário.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
24/02/2016 19:00 - 22:35	1- Introdução à Psicologia. 2- Relações da Psicologia com o Direito: a Psicologia Jurídica.	1- Apresentação do Plano de Ensino - estabelecimento do contrato de ensino. 2- Aula expositiva e dialogada.
02/03/2016 19:00 - 22:35	1- Conceitos e Generalidades da Psicologia. 1.1- Identidade 1.2- Anulação das multiplicidades e diferenças: identidade produzida pela mídia. 1.3- Processos de Subjetivação: a produção do corpo social e do indivíduo 1.4- Do individual ao social: o ser humano na família; na escola e nos grupos.	1- Aula expositiva e dialogada.
	1- Personalidade. 1.1- Mecanismos de defesa.	1- Aula expositiva e dialogada.

09/03/2016 19:00 - 22:35	1.2- Noções de Psicologia do desenvolvimento. 1.3- Hereditariedade versus ambiente.	
16/03/2016 19:00 - 22:35	1- Família. 1.1- Construção da Parentalidade. 1.2- Paternidade. 1.3- Maternidade. 1.4- Filiação. 1.5- Parentalidade e comportamento antissocial infantil.	1- Aula expositiva e dialogada.
23/03/2016 19:00 - 22:35	Psicologia Jurídica	1- Avaliação Presencial Prova 1 [A1-1]
30/03/2016 19:00 - 22:35	Síndromes que Interessam ao Direito.	1- Comentário sobre a Avaliação Prova 1 [A1-1] 2- Aula expositiva e dialogada.
06/04/2016 19:00 - 22:35	Síndromes que Interessam ao Direito	1- Aula expositiva e dialogada.
13/04/2016 19:00 - 22:35	Transtornos do Controle do Impulso e da Conduta	1- Aula dispositiva e dialogada.
20/04/2016 19:00 - 22:35	1- A perícia psicológica judicial. 1.1- Conceito e habilitação do perito. 1.2- Características da prova pericial psicológica. 1.3- Momento de pedir a prova pericial psicológica. 1.4- Segunda Perícia. 1.5- Impedimento ou suspeição do perito psicólogo. 1.6- O psicólogo Assistente Técnico. 1.7- A perícia em comarcas diferentes (Carta Precatória) 1.8- Formulação de quesitos. 1.9- Honorários dos psicólogos peritos e assistentes técnicos. 1.10- Documentos decorrentes de Avaliação Psicológica (Resolução CFP nº. 007/2003).	1- Aula expositiva e dialogada.
27/04/2016 19:00 - 22:35	1- Implicações Éticas da atuação do psicólogo perito e do psicólogo assistente técnico. 1.1- O sigilo profissional do psicólogo e as sanções administrativas. 2- Resoluções do CFP que interessam ao Direito.	1- Aula expositiva e dialogada.
04/05/2016 19:00 - 22:35	Psicologia Jurídica	1- Avaliação Parcial - Prova 2 [A1-2]
11/05/2016 19:00 - 22:35	Temas específicos: Psicólogos nas Varas de Família.	1- Aula expositiva e dialogada. 2- Comentários sobre a Avaliação Parcial Prova 2 [A1-2]
18/05/2016 19:00 - 22:35	Temas Específicos: Psicólogos nas Varas da Infância e Juventude.	1- Aula expositiva e dialogada.
25/05/2016 19:00 - 22:35	Temas específicos:	1- Aula expositiva e dialogada.
01/06/2016 19:00 - 22:35	Temas Específicos: Adolescência e Medidas Socioeducativas	1- Aula expositiva e dialogada.
08/06/2016 19:00 - 22:35	Temas Específicos: Adolescência e Medidas Socioeducativas	1- Aula expositiva e dialogada.
15/06/2016 19:00 - 22:35	Psicologia Jurídica.	1- Prova Abrangente [A1-3].
22/06/2016 19:00 - 22:35	1- Psicologia Jurídica.	1- Comentários sobre a prova abrangente [A1-3]. 2- Aula expositiva e dialogada. 3- Encerramento da disciplina.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação de cada acadêmico será constante e seguirá o Regimento Interno dessa Instituição de Ensino. A mesma se dará de forma global sob os seguintes critérios: postura acadêmica; cognição; expressão escrita; e expressão oral.

Pelo critério **Postura Acadêmica** o acadêmico é analisado do primeiro ao último dia de aula. Nele são considerados:

- assiduidade [frequência e permanência do acadêmico em aula];
- envolvimento [com atividades, com a disciplina e com o grupo de colegas; incluindo a participação em sala de aula e a escuta aos colegas];
- parcela de contribuição no crescimento do grupo [incluindo questionamentos e outras manifestações pertinentes e contributivas para o processo de aprendizagem];
- respeito aos prazos de execução e entrega de atividades.

Pelo critério **Cognição** a professora avaliará o amadurecimento intelectual do acadêmico e sua capacidade de posicionar-se criticamente frente a textos e teorias;

Pelo critério **Expressão escrita** a professora analisará os trabalhos e atividades considerando a capacidade de elaborar textos [incluindo a correção na escrita, a concisão e a clareza] e o uso adequado da Metodologia Científica;

Já pelo critério **Expressão Oral** a professora analisará os trabalhos e atividades considerando a qualidade da exposição oral [incluindo a

concisão e a clareza] e a relevância teórica do conteúdo apresentado;

As avaliações parciais A1, as quais contemplarão os critérios acima expostos, compreendem as seguintes atividades:

1. **A1-1** [peso 10] - **Prova 1** - Avaliação individual, sem consulta e cumulativa, com questões discursivas e objetivas; A mesma será entregue corrigida e será comentada sempre na aula subsequente a sua aplicação;
2. **A1-2 e A1-4** [peso 10] - **Avaliações no Portal** - as avaliações serão parciais, compreendendo questões objetivas; devem ser realizadas individualmente no portal de ensino. Só poderão ser preenchidas no prazo estipulado, pois terá data de abertura e encerramento.
3. **A1-3** [peso 10] - **Prova Abrangente** - Avaliação individual, sem consulta e cumulativa, com questões discursivas e objetivas; A mesma será entregue corrigida e será comentada sempre na aula subsequente a sua aplicação;

Observações:

1- Nessa disciplina, segue-se o disposto no Regimento dessa Instituição de Ensino no que tange a: regime disciplinar, avaliações e composição da média final [07 para aprovação e 04 para prestar avaliação A2]; exigibilidade de 75% de presença; e, caso o acadêmico se submeta a Avaliação A2, deverá ter nota mínima 04 e média mínima 05;

2- Se a presença do acadêmico for inferior a 75% da carga horária deste componente curricular, será reprovado mesmo tendo média suficiente nas avaliações A1 e A2.

3- Os encontros terão início às 19 horas e encerrarão às 22 horas e 35 minutos. Sendo que a chamada será realizada no início e no fim desse período.

4- **PLÁGIO:** Plágio configura crime contra a propriedade intelectual [conforme a Lei de Direitos Autorais 9.610/98], portanto, a presença de plágio parcial [linhas/parágrafos] ou total em qualquer trabalho acarretará em nota ZERO no respectivo trabalho; Dessa forma, todos os trabalhos escritos serão (a qualquer momento e independente de já terem sido revisados pela professora) submetidos a programa de detecção de plágio;

5- Prazos de entrega e apresentação de atividades: nenhuma das avaliações parciais será aceita posteriormente as datas agendadas. Apenas nos casos previstos pelo Regimento Interno é que serão aceitos trabalhos, provas e apresentações posteriores a data.

6- A avaliação A2: Em conformidade com o Regimento da Unoesc, será aplicada ao acadêmico que não atingir média semestral e que tenha, pelo menos, 75% de presença. Esta avaliação, individual e sem consulta a qualquer material [físico e/ou eletrônico], compreende uma prova cumulativa, composta de 10 questões, sendo 07 objetivas/ múltipla escolha e 03 dissertativas, cada uma com peso 01. A avaliação deverá ser respondida a caneta esferográfica azul ou preta. Questões rasuradas, com uso de corretivo ou com mais de uma questão assinalada serão consideradas erradas.

7- Quando da não realização, pelo acadêmico, de alguma (s) atividades de avaliação parcial A1, serão seguidos os artigos 93 e 94 do Regimento Interno desta Instituição de Ensino. A saber:

Art. 93 O aluno que faltar em data fixada para realização da prova abrangente de A1 e/ou do exame final (A2), e cujos motivos sejam justificados e comprovados, deve protocolar pedido para fixação de nova data no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data originalmente marcada.

Art. 94 É passível de revisão somente o exame final (A2).

O aluno interessado em revisar seu exame final deve seguir o disposto no Parágrafo Único do artigo 94, do Regimento Interno da Instituição de Ensino.

8- O Plano de Ensino consiste numa proposta de trabalho passível de mudanças no decorrer do semestre. Estas só ocorrerão em caso de necessidade e mediante acordo prévio entre professora e acadêmicos. As mesmas serão devidamente registradas no diário de classe;

9- Sempre que o acadêmico tiver qualquer dúvida quanto ao conteúdo, ao plano de ensino, ao processo ensino-aprendizagem ou ao processo de avaliação deve primeiramente conversar, em particular, com a professora titular desse componente curricular.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ATKINSON, Rita L.; ATKINSON, Richard C.; SMITH, E. Edward.; BEM, Daryl J. Introdução à psicologia . 11. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 727 p. (Biblioteca artes médicas). ISBN 85730707733.	Básica
BEE, Helen L.; BOYD, Denise. A criança em desenvolvimento . 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. vi, 567 p. ISBN 9788536325255.	Básica
TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores do direito . 7. ed., rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. 856 p. ISBN 9788573489149.	Básica
MARANHÃO, O. R. Psicologia do crime . São Paulo: Malheiros, 1995.	Complementar
VARGAS, H. S. Manual de psicologia forense . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.	Complementar
BRITO, L. M. T. Psicologia e instituições de Direito: a prática em questão . Rio de Janeiro: CRP-Comunicarte, 1992.	Complementar
DUSSEL, Enrique. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão . 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 672 p. ISBN 9788532621436.	Complementar
PENTEADO, Conceição. Psicopatologia forense breve estudo sobre o alienado e a lei . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. 116 p. ISBN 8573870931	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/10
Componente curricular:	12394 - Trabalho de Curso II - Turma: CHADIR-10N
Professor:	280719 - Aleteia Hummes Thaines
Nr. créditos/Carga Horária:	8/120
Período letivo:	2016/1

2 EMENTA

Conforme regulamento específico aprovado pelo Colegiado do Curso.

3 JUSTIFICATIVA

A postura investigação e a pesquisa devem estar presentes em todo o processo da formação do acadêmico. No entanto, há momentos que elas tornam-se o eixo temático, como no componente curricular Trabalho de Curso II. Nele o acadêmico começa a redigir sua monografia e a g u ç a o e s p í r i t o i n v e s t i g a t i v o

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

-O objetivo da disciplina de Trabalho de Curso II é levar o aluno ao desenvolvimento de uma pesquisa na área de Direito. Tal propósito é alcançado mediante a redação de uma monografia ou relatório de estágio de intervenção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- (a) Cumprir os requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Direito;
- (b) Desenvolver habilidades para a realização de pesquisa na área do Direito;
- (c) Aprender a utilizar os instrumentos da metodologia científica;
- (d) Aprimorar a capacidade da interpretação, reflexão e crítica acerca do objeto jurídico;
- (e) Consolidar a capacidade de elaboração de trabalhos científicos.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
26/02/2016 - 23/07/2016	26/02 - Apresentação do plano de ensino, divulgação do prazo e forma de entrega do TCC. 26/02 - Estrutura do TCC (introdução, resumo, conclusão). Elementos essenciais da monografia 26/02 à 16/05 - orientações individuais para elaboração do TCC, conforme necessidade. 11/04 - Entrega, em meio físico, do TCC parcial (o que foi produzido até o momento) para correção metodológica. 23/05 - Entrega do TCC, em duas vias, com a assinatura do orientador autorizando a entrega e informando que está apto para ser submetido ao Seminário de defesa. NÃO HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ENTREGA DO TCC. 30/05; 31/05 e 01/06 - Seminários de defesa dos TCCs. (podendo ser realizado nos períodos, matutino, vespertino e noturno).	26/02 - Apresentação do plano de ensino, divulgação do prazo e forma de entrega do TCC. 26/02 - Estrutura do TCC (introdução, resumo, conclusão). Elementos essenciais da monografia 26/02 à 16/05 - orientações individuais para elaboração do TCC, conforme necessidade. 11/04 - Entrega, em meio físico, do TCC parcial (o que foi produzido até o momento) para correção metodológica. 23/05 - Entrega do TCC, em duas vias, com a assinatura do orientador autorizando a entrega e informando que está apto para ser submetido ao Seminário de defesa. NÃO HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ENTREGA DO TCC. 30/05; 31/05 e 01/06 - Seminários de defesa

	dos TCCs. (podendo ser realizado nos períodos, matutino, vespertino e noturno).
--	---

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Conforme o Regulamento de TCC, a avaliação do componente curricular Trabalho de Curso II, consistirá de uma nota do Professor Orientador com peso 5 (cinco), uma nota do Professor de Trabalho de Curso II com peso 3 (três) e a uma nota de apresentação com peso 2 (dois).

O TCC deverá ser apresentado em seminário público, sendo obrigatória a participação do professor da disciplina, do professor orientador, nas datas que serão previamente divulgadas no decorrer do semestre.

A ENTREGA DO TCC, NO DIA 23/05, DEVERÁ SER REALIZADA EM 2 VIAS COM A ASSINATURA DO ORIENTADOR AUTORIZANDO A ENTREGA E INFORMANDO QUE ESTÁ APTO PARA SER SUBMETIDO AO SEMINÁRIO DE DEFESA.

NÃO HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ENTREGA DO TCC.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
BARRAL, Welber. Metodologia da pesquisa jurídica . 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 204 p. ISBN 8587995197.	Básica
MARTINS, Gilberto de Andrade,. Manual para elaboração de monografias e dissertações . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 134 p. ISBN 9788522432325.	Básica
MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito . São Paulo: Saraiva, 2003. 310 p. ISBN 8502040499.	Básica
HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de direito . 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.	Complementar
BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. xv, 351 p. (Coleção Ferramentas). ISBN 8533621574.	Complementar
NARDI, Elton Luiz; SANTOS, Robinson dos. Pesquisa: teoria e prática . Porto Alegre: EST, 2003. 136 p. ISBN 8575170473.	Complementar
OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos . Florianópolis: McGraw-Hill, 2006. 172p. ISBN 8575021567.	Complementar
PÁDUA, Elisabete Natallo Marchesini. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática . 17. ed. São Paulo: Papirus, 2012. 127 p. ISBN 9788530806071.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/10
Componente curricular:	11256 - Direito do Consumidor - Turma: CHADIR-10N
Professor:	288348 - Adam Haas
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2016/2

2 EMENTA

A proteção constitucional do consumidor. O Código de Defesa do Consumidor. Regime jurídico da proteção da livre concorrência.

3 JUSTIFICATIVA

Justifica por instrumentalizar o aluno com a legislação nos assuntos pertinentes ao direito do consumidor, estimulando raciocínio e as amplas possibilidades de postular, defender, arguir o que for possível e necessário na defesa de uma tese. Aproximá-los nos conceitos, vocabulários, procedimentos técnico e jurídicos.

4 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Fornecer fundamentos do novo regramento dos direitos dos consumidores. Demonstrar o dirigismo contratual através de princípios constitucionais fundamentais, especialmente os da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. Demonstrar o novo regime da oferta e a regulação da publicidade nas relações de consumo e sua importância na formação dos contratos de consumo. Refletir sobre a Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo.

Objetivos específicos:

- Possibilitar ao aluno o conhecimento das regras de proteção e defesa do consumidor e também sua interpretação jurisprudencial;
- Possibilitar ao aluno conhecer de forma sistêmica o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;
- Fornecer ao aluno conhecimento de casos práticos versando sobre a aplicação das normas de defesa do consumidor

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
26/07/2016 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino. Introdução ao direito do consumidor.	Aula expositiva e dialogada.
02/08/2016 19:00 - 22:35	Aula Magna.	Aula Magna
09/08/2016 19:00 - 22:35	Princípios que regem o CDC. Conceito de consumidor e fornecedor. Consumidor por equiparação.	Aula expositiva e dialogada.
16/08/2016 19:00 - 22:35	Responsabilidade civil por danos ao consumidor. Fato do produto e fato do serviço.	Aula expositiva e dialogada.
23/08/2016 19:00 - 22:35	Responsabilidade civil por danos ao consumidor (continuação).	Aula expositiva e dialogada.
30/08/2016 19:00 - 22:35	Trabalho em sala de aula.	Avaliação.
TAE	Leitura de capítulo de livro.	
TAE	Leitura de capítulo de livro.	
20/09/2016 19:00 - 22:35	Dever de informar; proteção contra publicidade enganosa ou abusiva; proibição de práticas abusivas. Qualidade e segurança dos produtos e serviços nas relações de consumo.	Aula expositiva e dialogada.
27/09/2016 19:00 - 22:35	Prova A1 Parcial.	Prova
04/10/2016 19:00 - 22:35	Práticas abusivas. Proteção contratual.	Aula expositiva e dialogada.
11/10/2016 19:00 - 22:35	Poder de polícia e proteção ao consumidor.	Aula expositiva e dialogada.

18/10/2016 19:00 - 22:35	Poder de polícia e proteção ao consumidor. Procons: competências, deveres. Aplicação de penalidade administrativas.	Aula expositiva e dialogada.
25/10/2016 19:00 - 22:35	Processo coletivo e defesa do consumidor. Direitos difusos, coletivos e individual homogêneo.	Aula expositiva e dialogada.
01/11/2016 19:00 - 22:35	Processo coletivo. Legitimidade, competência, liquidação de sentença.	Aula expositiva e dialogada.
08/11/2016 19:00 - 22:35	Prova A1 abrangente.	Avaliação.
TAE	Fichamento do livro.	
22/11/2016 19:00 - 22:35	Correção da prova.	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada pela média entre a notas de A1 parcial e A1 abrangente. A nota de A1 parcial será composta por uma prova valendo 8,0 pontos e o fichamento de capítulo de livro, valendo 2,0 pontos. A nota de A1 abrangente valerá 10 pontos. As avaliações serão elaboradas com base em questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas na área do Direito do Consumidor, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula. Serão considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequencia lógica na elaboração das respostas. No que tange a média para aprovação, o critério é o estabelecido pela entidade de ensino, devendo o acadêmico obter 7,0 para ser aprovado e possuir no mínimo 75% de frequência. O professor poderá aplicar trabalhos em sala de aula como um acréscimo a pontuação do aluno. Neste caso, somente será considerada a nota dos alunos que realizarem a atividade em sala de aula. O fichamento do livro deverá ser entregue até o dia 22/11.

Em caso de ausência a prova de A1 parcial o acadêmico deverá apresentar justificativa, sendo que a prova de segunda chamada será realizada na forma oral.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALMEIDA, João Batista de. Manual de direito do consumidor . 5. ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2011. 266 p. ISBN 9788502110533.	Básica
BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor . 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 496 p. ISBN 9788520342862.	Básica
BRASIL. Código de proteção e defesa do consumidor . Brasília: Ministério da Justiça, 2013. 160 p.	Básica
MANDELBAUM, Renata. Contratos de adesão e contratos de consumo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. 256 p. (Biblioteca de direito do consumidor ; 9) ISBN 8520314058.	Básica
NUNES, Rizzatto. Curso de direito do consumidor . 10. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015. 936 p. ISBN 9788502617704.	Básica
GRINOVER, Ada Pellegrini. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 9. ed., rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: 2007.	Complementar
MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 5. ed., rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.	Complementar
MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao código de defesa do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	Complementar
TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorin Assumpção. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Método, 2013. OLIVEIRA, James Eduardo. Código de defesa do consumidor: anotado e comentado : doutrina e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/10
Componente curricular:	11116 - Estágio de Prática Jurídica IV - Turma: CHADIR-10A
Professor:	288348 - Adam Haas 248312 - Elizabete Geremias
Nr. créditos/Carga Horária:	5/75
Período letivo:	2016/2

2 EMENTA

Conforme regulamento específico aprovado pelo Colegiado do Curso.

3 JUSTIFICATIVA

A presente disciplina pretende desenvolver aptidões profissionais no que tange à elaboração de peças processuais da esfera trabalhista e tributária, além de outros instrumentos indispensáveis ao exercício da profissão, como audiências (conciliatórias e instrutórias) e análise de processos, buscando aplicar o conhecimento adquirido nas disciplinas do eixo fundamental e profissional do Curso de Direito, inserindo o aluno no ambiente da resolução de casos concretos, priorizando, sempre que possível, meios extrajudiciais de acesso à justiça.

4 OBJETIVOS

A presente disciplina pretende desenvolver aptidões profissionais no que tange à elaboração de peças processuais da esfera trabalhista e tributária, além de outros instrumentos indispensáveis ao exercício da profissão, como audiências (conciliatórias e instrutórias) e análise de processos, buscando aplicar o conhecimento adquirido nas disciplinas do eixo fundamental e profissional do Curso de Direito, inserindo o aluno no ambiente da resolução de casos concretos, priorizando, sempre que possível, meios extrajudiciais de acesso à justiça.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
27/07/2016 08:00 - 11:50	Apresentação do plano de ensino. Ações tributárias.	Aula expositiva e dialogada.
03/08/2016 08:00 - 11:50	Embargos de terceiro.	Peça processual.
10/08/2016 08:00 - 11:50	Mandado de Segurança	Peça processual.
17/08/2016 08:00 - 11:50	Ação de repetição do indébito.	Peça processual.
24/08/2016 08:00 - 11:50	Consignação em pagamento.	Peça processual.
31/08/2016 08:00 - 11:50	Embargos à execução fiscal.	Peça processual.
14/09/2016 08:00 - 11:50	Exceção de pré executividade.	Peça processual.
21/09/2016 08:00 - 11:50	Prova.	
28/09/2016 08:00 - 11:50	Correção da prova.	
05/10/2016 08:00 - 11:50	Apresentação do Plano de Ensino. Aspectos introdutórios da petição inicial trabalhista.	Aula Expositiva Dialogada/ Peça simulada.
19/10/2016 08:00 - 11:50	Correção da peça inicial trabalhista.	Aula Expositiva Dialogada/Peça simulada.
26/10/2016 08:00 - 11:50	Aspectos introdutórios da contestação trabalhista.	Aula Expositiva Dialogada/ Peça simulada.
09/11/2016 08:00 - 11:50	Correção da peça contestação trabalhista.	Aula Expositiva Dialogada/ Peça simulada.
16/11/2016 08:00 - 11:50	Elaboração de peça processual Recurso Ordinário.	Aula Expositiva Dialogada/ Peça simulada.
23/11/2016 13:30 - 17:30	Correção da peça Recurso Ordinário trabalhista.	Aula expositiva Dialogada/ Peça simulada.
23/11/2016 08:00 - 11:50	Continuação das atividades.	Aula Expositiva Dialogada/ Peça simulada.

30/11/2016 13:30 - 17:30	Avaliação.	Avaliação escrita individual, com análise de caso concreto.
30/11/2016 08:00 - 11:50	Correção e entrega da avaliação.	Correção e entrega da avaliação.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

6.FORMAS DE AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO

a) O aluno deverá cumprir integralmente cada uma das atividades requeridas pelos professores do Estágio. Os casos reais poderão ser trabalhados em dupla, os simulados de forma individual, vedada cópia da internet.

b) Cada aula gera uma atividade, sendo esta simulada ou real, devendo ser realizado o respectivo relatório.

1- Serão consideradas, para efeitos de avaliação, 4 notas. Cada avaliação valerá de zero a dez.

1.1- Uma nota correspondente ao Relatório de Estágio - Prática Trabalhista.

1.2 - Uma nota correspondente ao Relatório de Estágio - Prática tributária

1.3 - Uma nota decorrente de Avaliação Final (Prova Escrita Trabalhista- com consulta apenas a legislação sem comentários, com peso 10).

1.4- Uma nota decorrente de Avaliação (Prova Escrita peça tributária - com consulta apenas a legislação sem comentários, com peso 10).

A nota final corresponderá à média aritmética das avaliações e dos relatórios apresentados.

Obs.: a perda do prazo estipulado pelo NPJ para acompanhamento dos casos reais bem como a ausência de pelo menos um membro dos

grupos nas audiências vinculadas ao NPJ implicam a atribuição de 0,0 (ZERO) na disciplina de estágio e reprovação automática do grupo.

1.5- O aluno que for flagrado no dia da prova com "cola e anotações no código não autorizadas pelo professor orientador" terá automaticamente a nota zero atribuída, inclusive com a retirada imediata da prova.

c) O relatório de estágio deverá conter todas as atividades realizadas durante o estágio:

- peças processuais propostas;

- formulário de acompanhamento de 04 (quatro) audiências trabalhistas, sendo duas de instrução e duas de conciliação;

- formulário de análise de 3 (três) autos findos trabalhistas.

- formulário de acompanhamento de 02 (duas) audiências de instrução cuja pauta pode ser verificada na Justiça Federal ou na Vara da Fazenda Pública Estadual na prática tributária.

d) Para Avaliação do Relatório, serão considerados os seguintes itens:

1 - Relatório de Atendimentos realizados

2 - Elaboração das Peças com a devida utilização das normas técnico-jurídicas, correta utilização da terminologia jurídica, com pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência e da doutrina, bem como utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica (art.4º Res.9/2004 CNE/CES),

3 - Frequência e pontualidade, bem como o relacionamento com usuários e equipe/participação e colaboração, relatório de acompanhamento de audiências, relatório de análise de autos findos e relatório das visitas orientadas e Acompanhamento Processual.

Obs.: Faz parte das atividades realizadas pelo do NPJ os projetos de mediação e conciliação, Balcão do Consumidor, bem como outras

atividades de cunho assistencial e pedagógico em parceria com agentes da comunidade, como por exemplo o projeto de "Olho na Cidadania", a ser realizado no bairro Expoente de Chapecó. A participação dos alunos em tais atividades válida como encontro presencial no estágio.

4 - Uma visita orientada na Justiça do Trabalho ou na Procuradoria da Fazenda Nacional em data a ser designada pelos professores orientadores.

O relatório deverá ser entregue na semana do dia 21.11 ao dia 25.11.2016 na secretaria do NPJ. Não serão aceitos relatórios após referida data, ocasionando, assim, a reprovação automática do aluno.

DO VISTO NAS PEÇAS PROCESSUAIS

As peças processuais não exibidas ao professor orientador durante o semestre não serão avaliadas no relatório final. Ao longo do semestre os alunos deverão imprimir as peças e obter o visto do professor orientador, antes da composição do relatório final, sob pena de reprovação automática.

As peças processuais copiadas da internet implicarão reprovação automática.

DOS ATENDIMENTOS REAIS

A pasta do respectivo atendimento deverá ser entregue ao professor, no final do dia de estágio, para conferência dos registros pertinentes.

O registro no relatório de atendimento, deverá sempre ser iniciado pela data.

A peça processual elaborada a partir de atendimento real deverá ser entregue no prazo final de 05 (cinco) dias, à exceção de peças com prazo diverso.

DA REPOSIÇÃO DE AULA

A frequência no estágio é de 100%. Contudo, o aluno poderá requerer a reposição de no máximo 3 (três) ausências (art.14 do Regulamento de Estágio).

O requerimento de reposição deverá ser solicitado na secretaria do NPJ e assinado pelo professor orientador que recebeu o aluno para reposição. A reposição deverá ser feita na aula prática que o aluno faltou. Não será aceita reposição em turma diversa, sob pena de reprovação.

DA ESCALA DE PLANTÃO

É compulsória a escala de plantão estipulada aos alunos pelos professores orientadores de estágio, durante os meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, sendo obrigatória a participação do aluno.

Obs.: As audiências de processos do NPJ poderão ser acompanhadas pelo aluno no dia de estágio, sob a orientação do professor orientador.

DO SIGILO PROFISSIONAL E DA VESTIMENTA

É expressamente proibido indicar telefones particulares, ou outros meios de comunicação de cunho particular aos clientes. O telefone de contato será sempre do NPJ, devendo assim o acadêmico manter sigilo nas informações trazidas através dos atendidos reais. O acadêmico também deverá cuidar da sua vestimenta e postura quando da realização dos atendimentos no NPJ.

DO HORÁRIO DE ESTÁGIO

O acadêmico deve observar os horários de início e fim de cada aula do estágio, sob pena de reprovação pelo não cumprimento dos horários.

Obs.: Prova preparatório OAB/ENADE - observação: Os alunos que atingirem média 7,0 receberão bônus de 1,0 (um ponto) em uma das

avaliações parciais, a critério do professor. Essa pontuação não se aplica às atividades do estágio

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito tributário na constituição e no STF: teoria e jurisprudência . 15ª ed., rev. e atual. São Paulo: Método, 2009. 304 p. ISBN 9788530903923.	Básica
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro . 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 544 p. ISBN 9788547203580.	Básica
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário . 29. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2008. 543 p. ISBN 9788574208647.	Básica
MELO, José Eduardo Soares de. Curso de direito tributário . 10.ed. São Paulo: Dialética, 2012. 702 p. ISBN 9788575002308.	Básica
PAULSEN, Leandro. Direito tributário: constituição, código tributário e lei de execução fiscal à luz da doutrina e da jurisprudência . 10. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. 1420 p. ISBN 9788573485387.	Básica
www.trt12.gov.br	Complementar
BRASIL. CONSTITUIÇÃO. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília: Senado Federal, 2015. 119 p.	Complementar
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 11.ed. São Paulo: LTr, 2013. 1503 p. ISBN 9788536124735.	Complementar
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho . 24. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. xxvii, 1415 p. ; ISBN 9788502073616	Complementar
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho . 38. ed. São Paulo: LTr, 2013. 604 p. ISBN 9788536123783.	Complementar
ROCHA, João Marcelo. CESPE/UnB: direito tributário . Rio de Janeiro: Ferreira, 2003. 90 p. : ISBN 8589521044	Complementar
ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. Manual de direito financeiro & direito tributário . 16. ed., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. 831 p. ISBN 8571476824.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/6/9
Componente curricular:	12387 - Títulos de Crédito - Turma: CHADIR-9N
Professor:	237750 - Rodrigo Ernani Mesa Casa
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2016/2

2 EMENTA

Títulos de crédito: conceito e princípios. Títulos de crédito em espécie.

3 JUSTIFICATIVA

Considerando-se os objetivos da UNOESC, bem como os do Curso de Direito, previstos no respectivo Plano Político Pedagógico, a disciplina de Títulos de Crédito, justifica-se pela necessidade institucional em oferecer ao acadêmico um ensino integrado e voltado à realidade das transações comerciais/empresariais e capacitá-lo para o bom desempenho profissional. Nesse sentido, o presente componente curricular visa fornecer ao acadêmico conhecimentos abrangentes no tocante as modalidade de circulação de recursos pecuniários, onde o estudo das espécies de títulos de crédito existentes se faz necessária, pois serão objeto ao cotidiano do profissional jurídico, tendo necessidade ímpar de fomentar o seu conhecimento, entendimento sobre estas modalidade de transações pecuniárias.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao discente a análise crítica-reflexiva ao respeito da emissão e circulação dos títulos de crédito, à luz do Código Civil de 2002 e demais legislações esparsas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar os títulos de crédito como documentos representativos de obrigações pecuniárias.
- Conhecer os princípios gerais do Direito Cambiário.
- Aprender como se dá a constituição do crédito cambiário.
- Estudar os requisitos legais dos títulos de crédito.
- Estudar os títulos de crédito em espécies.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
TAE	Encaminhamento de material preparatório à disciplina e envio de trabalho extraclasse.	Atividade extraclasse.
07/10/2016 19:00 - 22:35	Apresentação do professor; metodologia; plano de ensino; didática; avaliações; apresentação alunos. Aspectos conceituais à disciplina; crédito; títulos; cambiabilidade. Aspectos gerais; definição legal; legislação; classificações e requisitos.	Aula Expositiva e debates em sala de Aula.
14/10/2016 19:00 - 22:35	Transferência de títulos; sucessão de direitos; endosso e suas características; dano, perda, extravio e desapossamento injusto de título; aval	Aula Expositiva e debates em sala de Aula.
21/10/2016 19:00 - 22:35	Adimplemento e inadimplemento; Pagamento; protesto; sustação e prescrição.	Aula Expositiva e debates em sala de Aula.
28/10/2016 19:00 - 22:35	Estudo da Letra de Câmbio; Nota Promissória e Cheque.	Aula Expositiva, debates em sala de Aula e exercício.
04/11/2016 19:00 - 22:35	Estudo da Duplicata; Notas e Cédulas de Crédito; Cédula de Crédito bancário e Letras Financeiras.	Aula Expositiva ; debates em sala de Aula e exercício.
11/11/2016 19:00 - 22:35	Conhecimento de Depósito e Warrant; Títulos de Garantia Imobiliária e Títulos de Agronegócio.	Aula Expositiva ; debates em sala de Aula e exercício.

18/11/2016 19:00 - 22:35	Prova A1 Final.	Prova individual, sem consulta e com questões discursivas e objetivas.
25/11/2016 19:00 - 22:35	Entrega e debate sobre a prova; finalização da disciplina.	Aula Expositiva ; debates em sala de Aula.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Frequência mínima de 75% em aula;

Compõe notas de Avaliação:

O acadêmico deverá ser avaliado de forma contínua, considerando o perfil profissional do graduado definido no Projeto Pedagógico do curso, nos seguintes itens:

As notas dos componentes curriculares, que compreendem a realização da disciplina, serão atribuídas da seguinte forma:

Nota 1 = Peso 10

Realização de 01 Trabalho sobre títulos de crédito, onde será avaliado a capacidade de raciocínio, escrita e metodologia;

Nota 2 = Peso 10

Realização de 01 prova de todo o semestre, contendo questões discursivas e objetivas.

Observações:

- 1 - As provas seguirão o regimento da Unoesc;
- 2 - As provas são individuais e sem consulta. Alunos que forem flagrados usando tentativa de auxílio "colas" terão nota atribuída de zero e retirada de prova.
- 3 - Os alunos que eventualmente não realizarem prova no dia marcado, poderão realizar nova prova, em até 15 dias, desde que autorizada pela coordenação, com prova valendo 80% da nota original.
- 4 - A prova A1 final será conforme regimento;
- 5 - Atestados médicos não abonam falta;
- 6 - Com relação aos trabalhos solicitados, caso ocorra a constatação de plágio, ao mesmo será atribuída a nota zero, bem como encaminhado à Coordenação para as medidas cabíveis;
- 7 - Aos alunos que participarem do simulado multidisciplinar e obtiverem nota acima de 7,0, terão somados na prova A1 final 1 ponto;
- 8 - Será aplicado a Portaria 55/2013 sobre regularidade de matrícula e presença em sala de aula.

Aos que não obtiverem a nota mínima para a aprovação, será realizada a Avaliação A2, nos moldes do regimento, com todo o conteúdo com questões discursivas e objetivas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito . 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 578 p. ISBN 9788502223554.	Básica
MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xxi, 380 p. ISBN 9788522491353(v.3).	Básica
ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. Títulos de crédito . 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. 790 p. ISBN 9788571478879.	Básica
BULGARELLI, Waldírio. Títulos de crédito . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 612 p. : ISBN 8522427798	Complementar
FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xxiv, 803 p. ISBN 9788522485024.	Complementar
MARTINS, Fran. Títulos de crédito . 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 570 p. ISBN 9788530947408.	Complementar
REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial . 30. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 858 p. ISBN 9788502190467 (v. 2).	Complementar
RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de crédito . 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. xvi, 300 p. ISBN 9788530949891.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/999
Componente curricular:	25415 - Direito Notarial - Turma: CHADIR-6N
Professor:	29462 - Jerri Adriani Barbieri
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2016/2

2 EMENTA

Noções preliminares. Fontes do Direito Notarial. Natureza jurídica do Notariado. A Constituição Federal, a Lei no 6.015/73 e a atividade notarial. Organização da atividade notarial. A função notarial: atribuição da escrituração, legalização, autenticação. A fé pública. Atos notariais. Responsabilidade, infrações e fiscalização. A atividade notarial e os negócios jurídicos. Retificações, restaurações e suprimientos de registros. Registros Públicos: espécies. Do registro civil das pessoas naturais. Do registro civil de pessoas jurídicas. Do registro de imóveis. Dos cartórios de títulos e documentos. Dos cartórios de protesto de títulos. A Lei Orgânica dos Notários e Registradores.

3 JUSTIFICATIVA

Na ciência do Direito, especificamente no domínio do Direito Privado, desponta com supremacia o Direito Civil, com características de Direito comum, básico ou fundamental, a reger a conduta dos indivíduos, em suas relações particulares. Em seqüência ao que foi ministrado nas disciplinas de Direito Civil, a disciplina de Direito Notarial é de suma importância na vida do acadêmico de Direito. Justifica-se seu aprendizado na necessidade de se ter uma boa orientação nas transações comerciais no dia-a-dia, conhecendo e analisando os tramites na esfera extrajudicial.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Trazer ao graduando condições para que possa aplicar as noções de Direito Notarial relacionando-as aos fatos cotidianos da vida profissional, desenvolvendo assim o senso crítico necessário para a formação e interpretação das diversas formas de contratos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Despertar o acadêmico para a importância do estudo do Direito Notarial e sua constante atualização;
- Proporcionar elementos atualizados de informação, relativos ao sistema extrajudicial;
- Capacitar e estimular o acadêmico para a análise e o raciocínio crítico;
- Capacitar o acadêmico para que este saiba fundamentar suas idéias num contexto de inter-relação da teoria com a prática.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
06/08/2016 08:00 - 11:30	Noções preliminares. Fontes do Direito Notarial. Natureza jurídica do Notariado.	Aula expositiva
06/08/2016 13:00 - 16:30	A Constituição Federal, a Lei no 6.015/73 e a atividade notarial. Organização da atividade notarial.	Aula expositiva
13/08/2016 08:00 - 11:30	A função notarial: atribuição da escrituração, legalização, autenticação. A fé pública. Atos notariais. Responsabilidade, infrações e fiscalização.	aula expositiva
13/08/2016 13:00 - 16:30	A atividade notarial e os negócios jurídicos. Retificações, restaurações e suprimientos de registros.	aula expositiva
20/08/2016 08:00 - 11:30	Registros Públicos: espécies. Do registro civil das pessoas naturais. Do registro civil de pessoas jurídicas.	Aula expositiva
TAE	Avaliação	Aula expositiva
03/09/2016 08:00 - 11:30	Do registro de imóveis. Dos cartórios de títulos e documentos.	Aula expositiva

03/09/2016 13:00 - 16:30	Dos cartórios de protesto de títulos. A Lei Orgânica dos Notários e Registradores.	Aula expositiva
10/09/2016 08:00 - 11:30	Avaliação -	Avaliação

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Para obter aprovação o acadêmico deve contar com, no mínimo, 75% de frequência às aulas.

O ato de avaliar está presente em todos os momentos de nosso cotidiano, quando o indivíduo assume juízos e opiniões, que julga serem corretos, para a tomada de decisões. Ao tomar essas decisões, formando então juízos de valores, o indivíduo utiliza os aspectos pessoais somados às relações pessoais.

A avaliação efetiva se dará no curso do processo, com a cumulatividade do conteúdo ministrado no curso, nas relações de sala de aula, na compreensão e produção de conhecimento do aluno, através do seu desempenho no grupo e individual, resolução de questões subjetivas e objetivas, pesquisas (bibliográfica, livros, revistas, internet, jurisprudencial e casuística), arguições, trabalhos escritos, casos concretos, questionamentos orais e escritos, assiduidade, pontualidade e respeito nas relações de sala de aula.

Avaliação Conceitual: Participação, assiduidade e pontualidade nas aulas.

Prova em outra data: Só será feita segunda prova, após o aluno ter entrado com processo para abono de falta, conforme previsão legal, e, sendo este deferido será agendado com o professor a 2ª prova, em horário diferente da aula não ultrapassando 15 dias da data da aplicação da prova.

Abono de falta: Somente será abonado a falta o aluno que apresentar, dentro do prazo legal, atestado junto a coordenação observando os critérios do regimento interno.

Será realizado duas avaliações: uma A1.1 parcial e uma avaliação A1.2 abrangente, ambas com o auxílio do Código Civil, com datas previamente agendadas no plano de ensino. Estas datas poderão sofrer alterações no decorrer das aulas tendo em vista o acompanhamento da turma em relação a matéria, sendo as alterações previamente anunciadas com 15 dias de antecedência em sala de aula.

A prova, enquanto instrumento de avaliação, conterá questões de múltipla escolha (objetivas) e discursivas.

Demais orientações serão transcritas na prova.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CENEVIVA, Wálter. Lei dos registros públicos comentada . 15. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2003. xliii, 641 p. ISBN 8502042017.	Básica
GOMES, Orlando. Direitos reais . 21. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. xxxvi, 462 p. ISBN 9788530942595.	Básica
GONÇALVES, Vania Mara Nascimento. Direito notarial e registral . Rio de Janeiro: Forense, 2006. xiv, 164 p. ISBN 9788530924461.	Básica
BRANDELLI, Leonardo. Teoria geral do direito notarial . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 197p. ISBN 8573480807.	Complementar
MUKAI, Toshio. O estatuto da cidade : anotações à lei n. 10.257, de 10-7-2001. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. 257 p. ISBN 9788502182639.	Complementar
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Condomínio e incorporações . 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. 566 p. ISBN 853090172X.	Complementar
SÉGUIN, Elida. Estatuto da cidade . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 211 p. ISBN 8530922417.	Complementar
TEPEDINO, Gustavo. Multipropriedade imobiliária . São Paulo: Saraiva, 1993. 137 p. ; ISBN 8502011308	Complementar

SOLANGE MARIA
GUARDA:86280023
915

Assinado de forma digital por
SOLANGE MARIA
GUARDA:86280023915
Dados: 2020.10.15 14:10:44 -03'00'